

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DEGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG
PAULO CÉSAR BARROS PEREIRA

**O NOVO ARCO E FLECHA: A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS
DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DO TERRITÓRIO PAITER SURUÍ**



MANAUS - AM
MARÇO DE 2026

PAULO CÉSAR BARROS PEREIRA

**O NOVO ARCO E FLECHA: a influência das tecnologias da informação na
gestão do território Paiter Suruí**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas – PPGEOP/UFAM, como requisito para obtenção de título de Doutor. Área de concentração e Linha de Pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira

Coorientador: Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva

Março de 2026.

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- P436n Pereira, Paulo César Barros
O novo arco e flecha: a influência das tecnologias da informação na
gestão do território Paiter Suruí / Paulo César Barros Pereira. - 2026.
121 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Amélia Regina Batista Nogueira.
Coorientador(a): Adnilson de Almeida Silva.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Manaus - Am, 2026.
1. Paiter Suruí. 2. Defesa cultural. 3. Novas tecnologias. 4. Novo arco e
flecha. I. Nogueira, Amélia Regina Batista. II. Silva, Adnilson de Almeida.
III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. IV. Título
-

DEDICATÓRIA

*Ao povo PAITER SURUÍ, em especial aos Paiter das linhas 09 e 11 da Terra
Sete de Setembro, em Cacoal, Rondônia.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese de doutorado representa uma construção coletiva, tecida a partir de múltiplos apoios, encontros e aprendizagens ao longo do percurso acadêmico desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (PPGEOG/UFAM). Nenhuma produção científica se faz de forma isolada, e este trabalho é expressão de relações humanas, acadêmicas e institucionais que merecem reconhecimento.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por sustentar cada etapa deste caminho, concedendo força, discernimento e perseverança nos momentos de desafio, dúvida e superação.

À minha esposa, companheira de vida e de caminhada acadêmica, Prof^a Ma. Maria Liziane Souza Silva, por compartilhar sonhos, suportar ausências, incentivar nos momentos difíceis e transformar este doutorado em um projeto construído a dois. Sua presença foi essencial para que este percurso se concretizasse com equilíbrio, coragem e esperança.

Aos meus filhos, Isabela Silva Barros Pereira e Paulo Arthur Silva Barros Pereira, fontes permanentes de motivação e sentido. Que este trabalho também seja para vocês um testemunho de que o conhecimento é caminho de transformação e resistência.

A minha querida mãe, Odinei Barros Pereira (in memoriam), pelo tempo dedicado à minha criação e educação, ajudando de todas as formas os filhos e netos;

À minha querida sogra Maria de Lourdes Souza Silva, uma segunda mãe, que está sempre do meu lado após o falecimento de minha amada mãe, pelos belos e sábios conselhos;

Aos meus cunhados e cunhadas, que me ajudaram durante a fase de Doutorado; às irmãs e aos irmãos que acreditaram e incentivaram. Amo vocês, meu muito obrigado pela força e dedicação!

Ao meu pai Artur José Pereira (*in memoriam*). Você se foi tão repentinamente! Obrigado pela prontidão, pelas suas orações e preces feitas a mim sempre;

À minha querida vozinha, Filomena Vieira Barros (*in memoriam*), que nos seus 106 anos de idade, antes de partir me disse: “nunca desista meu filho, você vai conseguir vencer as batalhas”. Te amo vó!

À minha família, que mesmo diante das ausências e perdas, manteve-se como base afetiva e espiritual. Em especial, à memória de meus pais e avós, cujos ensinamentos, valores e palavras seguem presentes em cada conquista.

Ao Prof. Dr. Almir Narayamoga Suruí, pois, sem sua autorização para pesquisar na T. I. Setembro, nada disso seria possível. Muito obrigado, grande líder Paiter Suruí.

A meu amigo Dr. Gasodá Suruí, que me apresentou ao seu povo e com quem tive o grande prazer de aprender sobre sua cultura e seus costumes. Grato por tudo meu amigo!

Ao povo Paiter Suruí, em especial às lideranças, anciãos, jovens e famílias das linhas 09 e 11 da Terra Indígena Sete de Setembro, em Cacoal, Rondônia, pela confiança, acolhida e generosidade em compartilhar saberes, experiências e visões de mundo. Esta tese não seria possível sem o protagonismo, a palavra e a escuta atenta desse povo, verdadeiro sujeito da pesquisa.

Ao meu grande amigo escritor e membro da Academia Brasileira de Letras do Estado do Acre, Prof. Dr. Jefferson Henrique Cidreira. Deus te abençoe, obrigado por tudo.

À Universidade Federal do Amazonas, por meio do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG), pela formação acadêmica sólida e pelo espaço de reflexão crítica proporcionado ao longo do doutorado.

À minha orientadora, Prof^a Dra. Amélia Regina Batista Nogueira, gratidão eterna pela condução ética, sensível e rigorosa do processo de orientação, pela

confiança intelectual e pelo incentivo à autonomia científica, fundamentais para a consolidação desta tese.

Ao coorientador, Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva, por sua contribuição intelectual, disponibilidade constante e profundo conhecimento sobre território, povos indígenas e Amazônia, que enriqueceram significativamente este trabalho.

Aos professores e professoras do PPGEOG/UFAM, pelas disciplinas, debates e contribuições teóricas que ampliaram minha formação e fortaleceram o percurso doutoral.

Aos Grupos de Pesquisa do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR): GENTEH, na pessoa do Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva; GEPCULTURA, na pessoa do Prof. Dr. Josué da Costa Silva; e GEPGÊNERO, na pessoa da Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

À banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Mircia Ribeiro Fontes e Prof. Dr. Jefferson Henrique Cidreira, gratidão pelos apontamentos e sugestões, que contribuíram para o direcionamento científico desta tese.

Aos colegas de doutorado, pelas trocas acadêmicas, diálogos críticos e apoio mútuo ao longo dessa jornada, especialmente em um período marcado por desafios institucionais e sociais em meio a pandemia.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta tese, reafirmando que o conhecimento científico se constrói no encontro, no respeito e na coletividade.

A todos vocês, a gratidão!

APRESENTAÇÃO

Esta tese é resultado de um percurso acadêmico, intelectual e existencial desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (PPGEOG/UFAM), no contexto do curso de Doutorado em Geografia, na linha de pesquisa Espaço, Território e Cultura na Amazônia. Trata-se de uma investigação que se construiu a partir da maturação teórica, metodológica e ética própria de um processo doutoral, comprometido com a produção de conhecimento original, crítico e socialmente implicado.

O doutorado representou, mais do que uma etapa formal de formação acadêmica, um espaço de aprofundamento epistemológico e de consolidação de uma postura científica comprometida com a Amazônia e com os povos que nela constroem seus territórios, saberes e modos de vida. Foi nesse contexto que emergiu a necessidade de compreender, de forma rigorosa e sensível, a relação entre território, tecnologias da informação e comunicação e as estratégias contemporâneas de resistência indígena.

A escolha do povo Paiter Suruí como sujeito central da pesquisa decorre do reconhecimento de seu protagonismo histórico na defesa territorial e na construção de formas inovadoras de governança indígena. Ao longo do doutorado, tornou-se evidente que a apropriação crítica das Tecnologias da Informação e Comunicação pelos Paiter não pode ser interpretada apenas como adaptação à modernidade, mas como uma reconfiguração profunda das territorialidades, ancorada em valores ancestrais, cosmológicos e coletivos.

A tese parte do entendimento de que o território não se restringe à dimensão física ou jurídica, mas constitui um espaço vivido, simbólico e relacional. A partir de uma abordagem fenomenológica, articulada à geografia humanista e à perspectiva decolonial, buscou-se compreender como as tecnologias digitais são incorporadas à experiência territorial indígena, ressignificando práticas de vigilância, comunicação, memória e resistência. Nesse sentido, a metáfora do “novo arco e flecha” emerge como síntese interpretativa central: se no passado o arco e flecha assegurava a defesa física

do território, no presente as tecnologias digitais operam como instrumentos de proteção política, simbólica e informacional.

O desenvolvimento da pesquisa ao longo do doutorado foi marcado por intensos diálogos teóricos, leituras críticas, debates acadêmicos e experiências de campo, que permitiram amadurecer o conceito de território tecnoancestral, proposto como contribuição original desta tese à Geografia. Tal conceito expressa a coexistência entre ancestralidade e inovação, evidenciando que as tecnologias, longe de romperem com os modos de vida indígenas, podem ser apropriadas como extensões do corpo-território e da memória coletiva.

Realizada em um contexto marcado por desafios institucionais, sociais e sanitários, especialmente durante o período da pandemia de COVID-19, a pesquisa reafirmou a importância das tecnologias digitais também no âmbito acadêmico. As atividades remotas, os intercâmbios científicos virtuais e os congressos online ampliaram horizontes e fortaleceram redes de diálogo, demonstrando que o conhecimento pode se reinventar sem perder densidade teórica e rigor metodológico.

Esta tese apresenta-se como resultado de um processo doutoral que buscou articular ciência, ética e compromisso social. Mais do que responder a um problema de pesquisa, ela se insere no esforço de construir uma Geografia sensível às diferenças, aberta a epistemologias plurais e capaz de reconhecer os povos indígenas como produtores legítimos de conhecimento, território e futuro.

Durante o doutorado, conheci professoras extraordinárias, como Prof^a Dr^a Amélia Regina Batista Nogueira e Prof^a Dr^a Mircia Ribeiro Fontes, mulheres que, mesmo à distância, demonstraram empatia, ética e sensibilidade. Em meio a experiências de arrogância e prepotência comuns na academia, foram elas que me lembraram que o conhecimento deve ser compartilhado, e que a universidade pertence a todos que desejam aprender e contribuir.

Assim, concluo esta apresentação com gratidão e esperança. A trajetória que começou em Rio Branco, entre o trabalho e o sonho, segue agora pelos caminhos da pesquisa, com o propósito de continuar aprendendo, ensinando e resistindo. Que o próximo passo — o pós-doutorado — seja apenas mais uma

etapa de uma caminhada que começou muito antes dos muros acadêmicos da universidade.

A Geografia é também possibilidade de valorizar as experiências e vivências em sua multiplicidade objetiva e subjetiva estabelecidas na cotidianidade do espaço de ação.

(Adnilson de Almeida Silva)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a inserção das novas tecnologias da informação e comunicação dentro do Território Indígena dos Paiter Suruí como meio de defesa territorial. Para refletirmos sobre tais questões adotamos o método fenomenológico que consiste na ciência dos fenômenos. O método propõe olhar para as nossas experiências com uma postura científica, pois acredita que tudo o que é real é fenômeno — e aí está a essência das coisas. Em outras palavras, o método consiste no acesso ao campo da consciência, para então submetê-lo à análise. A técnica adotada foi a fonte oral, considerada a mais antiga na difusão e propagação do saber, através de entrevistas colhidas com este povo. Também recorreremos à análise documental do Plano de Gestão dos Paiter e apoiamo-nos numa revisão bibliográfica de cunho geográfico através das ideias de autores que abordam a temática. Nos últimos anos, alguns povos indígenas da Amazônia brasileira têm buscado novos métodos de melhorar seu bem viver, defendendo seu território e preservando sua herança cultural. As perdas culturais depois do contato com o não indígena foram incalculáveis. Diante disso, alguns destes povos têm se posicionado no enfrentamento diante tais ameaças. A exemplo disso está o povo Paiter Suruí, residente na Terra Indígena Sete de Setembro no município de Cacoal, em Rondônia, que nos últimos anos vem utilizando ferramentas tecnológicas de última geração para combater os males causados pelo processo do contato, auxiliando-o no monitoramento de seu território e também na divulgação de suas riquezas naturais e culturais. O método inovador que os Paiter encontraram para minimizar seus conflitos e perdas, estabelece perspectivas para o futuro, diante da criação de um plano de gestão ambiental. Os modernos aparatos surgem como oportunidade não somente de ressignificação ancestral e histórica, mas, de autonomia indígena, em um cenário multifacetado e complexo. Este seria um novo arco e flecha indígena?

Palavras Chaves: Paiter Suruí; defesa cultural; novas tecnologias; novo arco e flecha.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the insertion of new information and communication technologies within the Paiter Suruí Indigenous Territory as a means of territorial defense. To reflect on these issues, we adopted the phenomenological method, which consists of the science of phenomena. The method proposes looking at our experiences from a scientific perspective, believing that everything real is a phenomenon—and therein lies the essence of things. In other words, the method consists of accessing the field of consciousness and then subjecting it to analysis. The technique adopted was oral sources, considered the oldest in the dissemination and propagation of knowledge, through interviews with this people. We also used documentary analysis of the Paiter Management Plan and relied on a geographical bibliographic review through the ideas of authors who address the topic. In recent years, some Indigenous peoples of the Brazilian Amazon have sought new methods to improve their well-being, defending their territory, and preserving their cultural heritage. The cultural losses following contact with non-Indigenous peoples have been incalculable. In light of this, some of these peoples have taken a stand against these threats. An example is the Paiter Suruí people, residing in the Sete de Setembro Indigenous Land in the municipality of Cacoal, Rondônia, who in recent years have been using cutting-edge technological tools to combat the harm caused by the contact process, assisting them in monitoring their territory and also in promoting their natural and cultural riches. The innovative method the Paiter have found to minimize their conflicts and losses establishes prospects for the future, given the creation of an environmental management plan. Modern devices emerge as an opportunity not only for ancestral and historical resignification, but also for Indigenous autonomy, in a multifaceted and complex scenario. Could this be a new Indigenous bow and arrow?

Keywords: Paiter Suruí; Cultural Defense; New Technologies; new bow and arrow.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Organograma das etapas da pesquisa	25
Figura 02: conexão entre tradição e tecnologia nos territórios.....	29
Figuras 03: Povo indígena Paiter Suruí	53
Figura 04 a 07: momentos do contato, 1969.....	66
Figuras 08 a 10: Fontes de recursos do Plano de Gestão do Povo Suruí; treinamento dos Suruí pela Google; divulgação cultural pelas redes sociais	78
Figura 11: Fluxo analítico da reterritorialização Paiter Suruí: do contato a tecnoancestralidade.....	102

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Da esquerda para direita: Agamenon Suruí, Almir Narayamoga Suruí (liderança maior do povo) e Mopiry Suruí	81
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Aldeias da Terra Indígena Sete de Setembro	62
Quadro 02: O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA): um novo paradigma	72
Quadro 03: Estruturação das perguntas realizadas a Almir Suruí	83
Quadro 04: Marcadores territoriais tradicionais e tecnológicos do povo Paiter Suruí	99
Quadro 05: Funções analíticas dos marcadores territoriais Paiter Suruí	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Terra Indígena Sete de Setembro entre Rondônia e Mato Grosso	59
Mapa 02: Terra indígena Sete de Setembro – Cacoal, RO	60

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	04
AGRADECIMENTOS	05
RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	13
LISTA DE FIGURAS	14
LISTA DE IMAGENS.....	14
LISTA DE QUADROS	14
LISTA DE MAPAS.....	15
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 01 - TERRITÓRIO COMO EXPERIÊNCIA E LUTA: bases para compreender os Paiter Suruí	29
1.1 Metamorfoses do território: uma leitura relacional e fenomenológica ..	30
1.2 Desterritorialização, reterritorialização, fenomenologia, corpo e lugar .	33
1.3 Território, decolonialidade e luta indígena	39
1.4 Território, tecnologia e decolonialidade: experiência, reconfiguração e resistência entre os Paiter Suruí	42
1.5 Território tecnoancestral: síntese e contribuição teórica	46
CAPÍTULO 02 - A NAÇÃO PAITER SURUÍ	53
2.1 Do território tecnoancestral à nação viva	54
2.2 A nação Paiter Suruí: quem é esse povo	56
2.2.1 Origem e autodenominação Paiter	56
2.2.2 Organização social e política	57
2.2.3 Cosmologia e práticas culturais	58
2.3 Localização geográfica e contexto ambiental	58
2.3.1 A Terra Indígena Sete de Setembro	58
2.3.2 Ecossistemas, bacias e pressões antrópicas	64
2.4 O primeiro contato e os impactos da colonização.....	66
2.5 O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA): um novo paradigma	70

2.5.1 Dimensão cultural, econômica e simbólica	73
2.5.2 Multiterritorialidade e escalas	75
2.5.3 O PGTA como marco de reterritorialização.....	76
2.6 Contato com as novas tecnologias e o território tecnoancestral	77
2.6.1 O uso das TICs na comunicação e no monitoramento	78
CAPÍTULO 03 - AS TECNOLOGIAS COMO O NOVO ARCO E FLECHA NO POVO PAITER SURUÍ: um território tecnoancestral	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXO	122

INTRODUÇÃO

A colonização europeia nas Américas constituiu um processo marcado pela imposição de tecnologias, valores e formas de organização que se sobrepuseram violentamente aos povos originários. Os colonizadores, munidos do que se considerava à época como técnicas e instrumentos “avançados”, buscaram não apenas conquistar territórios, mas também impor sua visão de mundo e seus sistemas de saber. Tal imposição significou a subalternização das formas de conhecimento indígena, compreendidas como “atrasadas” diante da racionalidade eurocêntrica (Pappiani, 2018). Esse processo resultou em usurpação territorial, destruição de culturas e silenciamento de epistemologias.

No entanto, nas últimas décadas, observa-se um movimento de ressignificação. Povos indígenas da Amazônia, historicamente afetados por esses processos de exclusão, têm se apropriado de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas de resistência, fortalecimento cultural e gestão territorial. No caso dos Paiter Suruí, habitantes da Terra Indígena Sete de Setembro, em Rondônia, esse movimento é paradigmático. Depois de enfrentar décadas de pressões externas - madeireiros, garimpeiros, agricultores e projetos desenvolvimentistas -, elaboraram seu Plano de Gestão Territorial e perceberam, nas TICs, instrumentos para dar visibilidade à sua cultura, monitorar a floresta e articular parcerias globais.

Esse processo pode ser compreendido como uma transformação simbólica e prática: o arco e a flecha, símbolos tradicionais de defesa e sobrevivência, ressignificam-se no contexto contemporâneo e encontram correspondência nas novas tecnologias. As TICs tornam-se, assim, o “¹novo arco e flecha”, metáfora que sintetiza a incorporação desses instrumentos como meios de luta, proteção e reafirmação identitária.

Assim, a hipótese central desta tese é a de que as TICs tornaram-se instrumentos fundamentais de gestão territorial para os Paiter Suruí,

¹ Para os Paiter Suruí o arco e flecha é representado como um símbolo muito forte, é sua identidade. O cacique Uraiué Suruí, da linha 09, Terra Indígena Sete de Setembro, afirma que ele representa a arte de seu povo, representa segurança, preparo e responsabilidade (PEREIRA, 2020).

possibilitando novas formas de territorialidade. As tecnologias, antes vistas como símbolos de opressão e dominação, agora representam o novo “arco e flecha”, um recurso de defesa, de visibilidade e de afirmação cultural.

A justificativa deste estudo repousa na necessidade de compreender tais processos a partir de uma perspectiva que valorize a experiência indígena, rompendo com abordagens que reduzem o território a um espaço físico ou as tecnologias a meros instrumentos técnicos. A pesquisa, ao dialogar com a fenomenologia e a decolonialidade, busca construir uma análise que reconheça o protagonismo indígena e a pluralidade epistemológica.

Objetivo geral

O objetivo geral foi compreender a influência das TICs na gestão territorial dos Paiter Suruí na Terra Indígena Sete de Setembro.

Os objetivos específicos são:

1. Averiguar o que significa gestão do território para os Paiter Suruí;
2. Identificar os instrumentos tradicionais de gestão e as tecnologias atualmente utilizadas;
3. Analisar como as TICs são incorporadas ao Plano de Gestão Territorial;
4. Verificar de que modo as TICs influenciam as territorialidades Paiter;
5. Demonstrar as mudanças ocorridas após a adoção dessas tecnologias.

Processo metodológico da pesquisa:

➤ A perspectiva fenomenológica:

Para compreender esse fenômeno, torna-se necessário recorrer à fenomenologia como abordagem teórica e metodológica. A fenomenologia, em sua acepção clássica, propõe compreender o mundo vivido (*Lebenswelt*), privilegiando a experiência subjetiva e intersubjetiva dos sujeitos. Maurice Merleau-Ponty, em *Fenomenologia da Percepção* (1999), rompe com a

dicotomia cartesiana entre sujeito e objeto, defendendo que a percepção não é uma operação puramente intelectual, mas está enraizada na corporeidade e na relação sensível com o mundo. Como afirma Merleau-Ponty (1999, p. XII): “O mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável”.

Essa perspectiva mostra-se fecunda para interpretar a experiência dos Paiter Suruí, uma vez que o uso das TICs não pode ser reduzido a um aspecto técnico, mas deve ser compreendido como elemento incorporado à experiência do território. O Google Earth, os celulares, os computadores e as redes sociais passam a adquirir sentido à medida que são integrados ao cotidiano indígena, transformando práticas de gestão e modos de representação.

Na geografia humanista, Yi-Fu Tuan (1983) já afirmava que o espaço só se torna lugar a partir da experiência, da vivência e da percepção. Edward Relph (1976) complementa esse raciocínio ao destacar que a intencionalidade e a consciência moldam a experiência do lugar, o que torna impossível compreendê-lo de forma neutra ou objetiva. No Brasil, Holzer (1997) e Marandola Jr. (2008) reforçam que a fenomenologia é um caminho essencial para analisar o espaço vivido, pois permite dar centralidade às práticas, às emoções e às significações construídas pelos sujeitos.

Essa abordagem é crucial para compreender o fenômeno desta tese: as TICs, ao serem incorporadas, não são apenas recursos externos, mas passam a fazer parte da corporeidade territorial dos Paiter, constituindo uma nova experiência espacial e cultural.

➤ *Fenomenologia e Territorialidade Indígena*

A fenomenologia ajuda a compreender como a territorialidade indígena é constituída pela experiência vivida. O território, nesse caso, não é apenas um recorte físico delimitado por fronteiras legais, mas um espaço carregado de significados culturais, espirituais e políticos. Para os Paiter Suruí, a Terra

Indígena Sete de Setembro representa não apenas um espaço de sobrevivência, mas a materialização de sua identidade coletiva.

Ao apropriar-se das TICs, esse povo passa a produzir novas formas de percepção e de relação com o território. A incorporação de satélites, drones, aplicativos de mapeamento e redes sociais ressignifica a relação entre corpo, espaço e cultura. A experiência do território passa a incluir elementos tecnológicos que ampliam a capacidade de monitorar, representar e comunicar o espaço vivido.

Trata-se, portanto, de uma metamorfose territorial. O corpo fenomenológico descrito por Merleau-Ponty (1999) - aquele que vive, sente e percebe o mundo - agora se expande para incluir novos dispositivos. A experiência da floresta, da caça, da roça e do rio, antes mediada apenas por instrumentos tradicionais, agora é também mediada por aplicativos de georreferenciamento, relatórios digitais e vídeos publicados em redes sociais. Essa ressignificação não rompe com a tradição, mas a reconfigura.

➤ A Perspectiva Decolonial

Esse processo deve ser analisado também sob a ótica da decolonialidade. Como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2010), é necessário “descolonizar o pensamento” e reconhecer epistemologias que foram historicamente silenciadas. A incorporação das TICs pelos Paiter Suruí não pode ser compreendida apenas como um processo de modernização tecnológica, mas como uma estratégia de resistência epistêmica.

Walter Mignolo (2003) e Aníbal Quijano (2005) destacam que o colonialismo não se restringiu à ocupação territorial, mas também à imposição de um padrão eurocêntrico de conhecimento. Nesse sentido, o uso das TICs pelos Paiter representa uma forma de “antropofagia pós-moderna” (MELLO CARVALHO; ALMEIDA SILVA, 2016), isto é, de apropriação estratégica de ferramentas externas para fortalecer a própria identidade cultural.

Portanto, a fenomenologia e a decolonialidade convergiram neste trabalho: ambas permitem compreender que o protagonismo indígena não reside

apenas na adoção das TICs, mas na ressignificação que lhes atribuem a partir de sua experiência de mundo.

➤ Técnicas da Pesquisa:

As técnicas de pesquisa constituem o caminho concreto por meio do qual a investigação se materializa e permite o acesso ao universo empírico do objeto estudado. No caso desta tese, que buscou compreender como os Paiter Suruí incorporam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em seu Plano de Gestão Territorial, a escolha das técnicas precisa estar em consonância com a abordagem fenomenológica e decolonial, valorizando a experiência vivida, a subjetividade e o protagonismo indígena na produção do conhecimento.

➤ Fonte oral

A técnica da fonte oral foi central nesta investigação. Como ressalta Thompson (1992, p. 44), *“a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras e dá-lhes dignidade”*. No contexto amazônico, a oralidade sempre foi um dos principais mecanismos de transmissão de saberes e memórias. A opção metodológica por entrevistas abertas com anciãos, lideranças e jovens Paiter Suruí não se trata apenas de coleta de dados, mas de reconhecimento de uma forma legítima de produção de conhecimento.

Segundo Minayo (2001, p. 23), a pesquisa qualitativa *“trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”*. A história oral, nesse sentido, permite acessar as memórias de contato, as narrativas sobre a perda e recuperação de territórios, bem como as experiências recentes de apropriação das TICs como novos instrumentos de luta.

No caso desta tese, a história oral se conectou à fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), pois privilegia a percepção e o vivido, reconhecendo no relato dos sujeitos não apenas informações factuais, mas expressões de sua experiência de mundo. Dessa forma, compreender como os Suruí narram o uso

de celulares, computadores e satélites em sua gestão territorial não é apenas registrar dados técnicos, mas captar o sentido atribuído a essas práticas.

➤ Pesquisa documental

A pesquisa documental constitui-se como técnica complementar indispensável nesta tese, uma vez que possibilitou o acesso a registros escritos e visuais que documentam o processo histórico, político e cultural do povo Paiter Suruí. Diferentemente da pesquisa bibliográfica, que se concentra em produções científicas, a pesquisa documental privilegia fontes primárias e secundárias como planos de gestão, relatórios técnicos, legislações, registros institucionais, atas de reuniões comunitárias, acordos firmados com organizações governamentais e não governamentais, além de produções digitais elaboradas pelos próprios indígenas.

Segundo Cellard (2008, p. 295), *“os documentos constituem uma fonte estável e rica, uma vez que permitem compreender os processos em sua duração e fornecem acesso a informações impossíveis de serem obtidas apenas por observação direta”*. No contexto desta pesquisa, isso significa analisar o Plano de Gestão Territorial Paiter Suruí – 50 anos, os relatórios das associações Kanindé e Metareilá, os registros do projeto de carbono florestal e os materiais divulgados em plataformas digitais, como websites e redes sociais oficiais dos Suruí.

Essa técnica é ainda mais relevante porque os documentos revelam o modo como os Paiter se apropriam das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para construir narrativas sobre si mesmos. Ao elaborar e divulgar relatórios em formato digital, publicar vídeos em redes sociais ou utilizar mapas no Google Earth, os Suruí produzem documentos que, além de registrar práticas, constituem estratégias de afirmação identitária e de resistência territorial.

Para Flick (2009, p. 234), *“a análise documental é essencial para entender a relação entre discurso e prática social, pois os documentos não apenas refletem, mas também produzem realidades”*. Assim, ao examinar os

documentos produzidos pelos Paiter Suruí, compreende-se não apenas como narram sua história, mas como utilizam as TICs para intervir no debate público, firmar parcerias e legitimar sua territorialidade perante instâncias nacionais e internacionais.

Do ponto de vista da perspectiva decolonial, a pesquisa documental contribui para valorizar fontes que tradicionalmente foram negligenciadas ou interpretadas apenas sob a ótica externa. Ao reconhecer os documentos elaborados pelos próprios indígenas como fontes centrais de análise, esta pesquisa rompe com a lógica do epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2010) e afirma a legitimidade das narrativas Paiter sobre si mesmos.

Portanto, a técnica documental, articulada à fonte oral, amplia a compreensão sobre a incorporação das TICs no Plano de Gestão Territorial, permitindo uma análise mais abrangente do fenômeno.

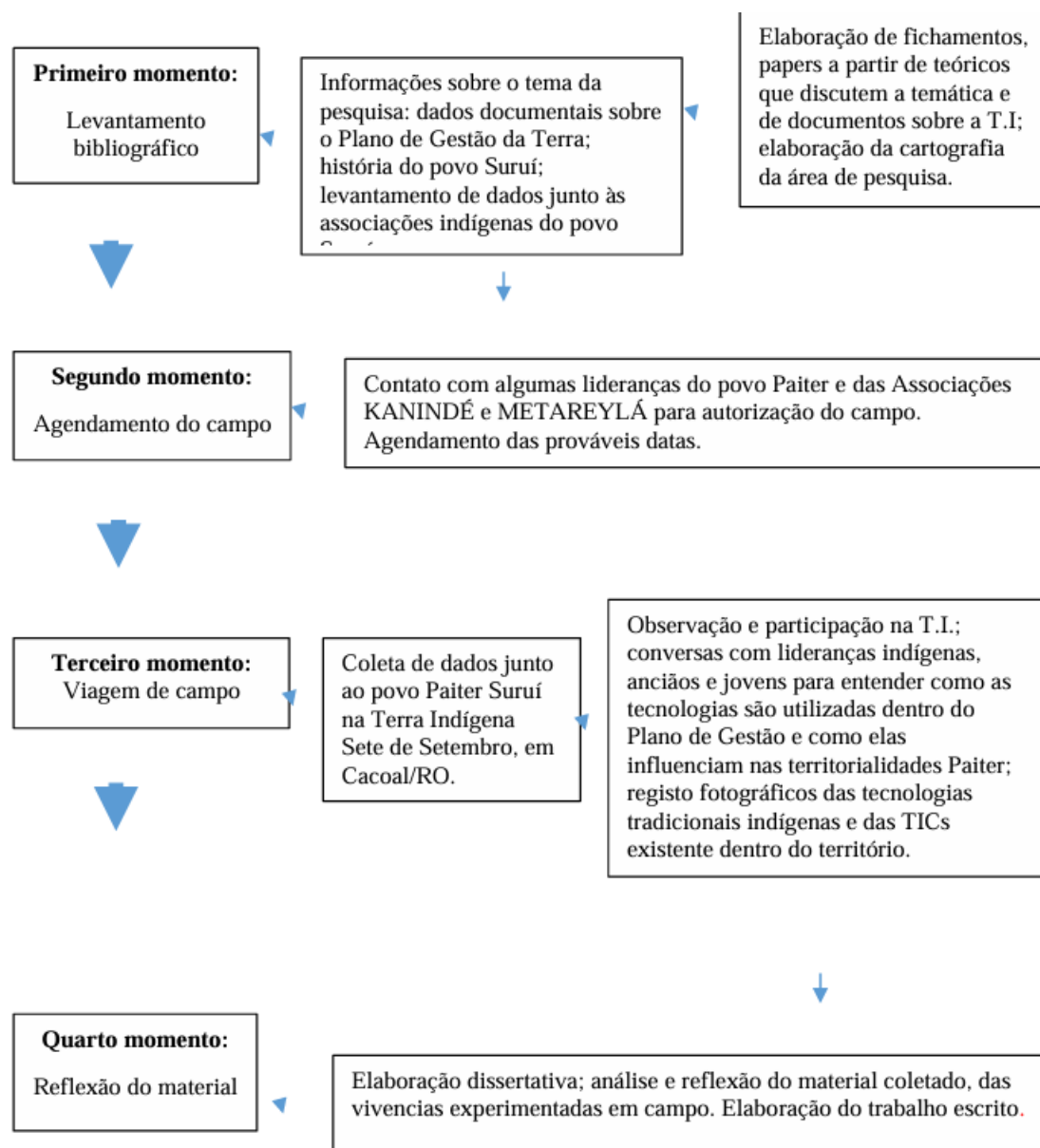
Ao adotar essas técnicas, a pesquisa assumiu uma postura decolonial. Como observa Walsh (2009, p. 15), *“a decolonialidade exige metodologias que não apenas incluam os sujeitos historicamente subalternizados, mas que se façam com eles e a partir deles”*. As técnicas utilizadas atenderam a essa exigência, pois reconhecem o protagonismo indígena e rompem com a tradição de pesquisas extrativas que tratavam os povos originários como meros informantes.

Assim, ao acompanhar de perto a forma como os Paiter utilizam as TICs em seu Plano de Gestão Territorial, a pesquisa não buscou apenas comprovar hipóteses externas, mas compreender e valorizar os significados que eles atribuem a esse processo. Nesse sentido, as técnicas escolhidas permitiram correlacionar a teoria fenomenológica² de Merleau-Ponty com a prática vivida dos Suruí, revelando como as tecnologias são ressignificadas em novas territorialidades.

² A fenomenologia, na perspectiva de Merleau-Ponty, é uma abordagem filosófica que busca compreender o mundo a partir da experiência vivida, anterior a explicações abstratas ou reduções objetivistas. Para o autor, o conhecimento não se constitui por uma separação entre sujeito e objeto, mas emerge da relação indissociável entre corpo, percepção e mundo, sendo o corpo o meio primordial de acesso à realidade (MERLEAU-PONTY, 1999).

A seguir, apresentam-se, por meio do Organograma 01, as etapas percorridas pela pesquisa:

Figura 01: Organograma das etapas da pesquisa



Fonte: elaborado por PEREIRA, Paulo César B., 2025.

A presente tese analisou como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se tornaram instrumentos contemporâneos de resistência, gestão e reatualização territorial entre os Paiter Suruí, configurando-se como o

“novo arco e flecha” - uma metáfora que sintetiza a capacidade de apropriação criativa e política das ferramentas digitais por povos indígenas na Amazônia. A pesquisa foi organizada em três capítulos, seguidos das considerações finais, que consolidam o percurso teórico, metodológico e empírico da investigação.

Capítulo 01 *“TERRITÓRIO COMO EXPERIÊNCIA E LUTA: bases para compreender os Paiter Suruí”*. Este capítulo apresenta o fundamento teórico-conceitual da tese. A discussão parte da compreensão de território como categoria central da Geografia, mas ressignificada a partir de uma perspectiva fenomenológica e crítica, que o entende como espaço vivido, simbólico e relacional. Amparado em autores como Milton Santos, Haesbaert e Raffestin, o texto propõe que o território não é apenas extensão física, mas também expressão de poder, identidade e pertencimento. No contexto indígena, o território assume o caráter de espaço ancestral e político, onde se entrelaçam memórias, cosmologias e práticas de resistência. O capítulo revisita, ainda, o conceito de territorialidade como processo de enraizamento e atualização contínua — uma prática de estar e significar o mundo. Com base nesse referencial, a pesquisa adota o entendimento de que as tecnologias, longe de ameaçarem a cultura indígena, podem ser compreendidas como extensões simbólicas do território, operando na produção de novas territorialidades.

Capítulo 02 *“A Nação Paiter Suruí”*. O segundo capítulo descreve o contexto histórico, social e ambiental dos Paiter Suruí, enfatizando o modo como o povo estruturou sua sobrevivência diante das transformações impostas pelo contato e pela colonização. O texto retoma o processo de ocupação do território, os impactos das frentes de expansão econômica e os movimentos de resistência que marcaram a consolidação da Terra Indígena Sete de Setembro. A partir dessa trajetória, o capítulo introduz o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) como uma forma inovadora de governança indígena, que articula saberes tradicionais, práticas sustentáveis e o uso estratégico das TICs. As tecnologias são descritas como ferramentas fundamentais para o monitoramento ambiental, mapeamento participativo, comunicação política e difusão de saberes tradicionais. Assim, o capítulo demonstra que a Nação Paiter Suruí transformou as TICs em instrumentos de autonomia e mediação intercultural, articulando redes locais e globais em defesa do território e do futuro coletivo.

Capítulo 03 “AS TECNOLOGIAS COMO O NOVO ARCO E FLECHA NO POVO PAITER SURUÍ: um território tecnoancestral”.

O terceiro capítulo apresenta e analisa as entrevistas realizadas com lideranças e integrantes da comunidade Paiter Suruí, com destaque para as falas de Almir Narayamoga Suruí, que consolidam empiricamente a hipótese da tese. As narrativas evidenciam que o uso das TICs é guiado por valores de coletividade, ética e responsabilidade. As tecnologias aparecem como meios de documentar o território, educar as novas gerações, denunciar invasões, dialogar com instituições e fortalecer alianças políticas. O domínio das mídias digitais, portanto, não rompe com a tradição: ele reatualiza o papel do guerreiro e do protetor, agora através de instrumentos técnicos que garantem visibilidade e presença no mundo global. As entrevistas confirmaram que o “novo arco e flecha” traduz um modo de ser tecnológico indígena, em que a apropriação da técnica está subordinada à lógica comunitária e ao cuidado com o território, as florestas e as pessoas. A dimensão ética aparece de forma recorrente - o uso das imagens, das vozes e dos dados é sempre mediado por consentimento, reciprocidade e respeito à memória coletiva. Ao final, o capítulo apresenta a noção de governança tecnopolítica indígena, para designar o arranjo que une o PGTA, o Parlamento Paiter e o uso estratégico das TICs como estrutura integrada de gestão, defesa e representação do povo.

As considerações finais retomam o percurso da pesquisa, reafirmando que as tecnologias digitais, quando apropriadas a partir de epistemologias indígenas, tornam-se ferramentas de continuidade cultural e resistência política. A metáfora do “novo arco e flecha” expressa esse movimento de reterritorialização: o gesto ancestral de defesa e proteção é traduzido, no presente, em ações de monitoramento, registro e articulação em rede. A tese demonstra que as TICs não se impõem de fora para dentro, mas são reinterpretadas e ressignificadas conforme as referências simbólicas e espirituais dos Paiter Suruí. Assim, o território deixa de ser apenas um espaço geográfico e se torna um sistema vivo de comunicação, memória e cuidado.

Esta última etapa também ressalta que o processo de apropriação tecnológica reforça uma nova forma de autonomia indígena, sustentada por práticas de governança próprias e pela capacidade de gerir informações,

narrativas e alianças. O “novo arco e flecha” simboliza, portanto, uma pedagogia política: o saber de manejar tecnologias sem perder o vínculo com a floresta, com os ancestrais e com a coletividade. A pesquisa aponta para a urgência de políticas públicas que ampliem o acesso às TICs nas comunidades indígenas de modo ético, seguro e participativo, reconhecendo-as como parte essencial de sua soberania informacional e cultural.

As considerações finais consolidam a tese de que o território Paiter Suruí é um território tecnopolítico, onde ancestralidade e inovação convivem em harmonia, produzindo novas formas de existência e resistência. As tecnologias, longe de representarem ameaça, constituem-se como extensões do corpo-território, reafirmando o direito de existir e de narrar a própria história - com a força e a precisão simbólica do “novo arco e flecha”.

A relevância científica desta pesquisa está em ampliar o debate geográfico sobre o uso das TICs em contextos indígenas, tema ainda pouco explorado na literatura brasileira. Ao integrar a fenomenologia, a geografia humanista e a perspectiva decolonial, a tese busca contribuir para a construção de uma ciência mais plural, capaz de reconhecer diferentes modos de viver, perceber e organizar o território.

Socialmente, a pesquisa se mostra relevante por dar visibilidade às estratégias de resistência dos Paiter Suruí, valorizando seus saberes e fortalecendo a luta pela autonomia territorial. Ao demonstrar como as TICs são ressignificadas em contextos indígenas, a tese contribui também para o debate sobre políticas públicas, direitos territoriais e preservação cultural na Amazônia brasileira.

CAPÍTULO 01: TERRITÓRIO COMO EXPERIÊNCIA E LUTA: bases para compreender os Paiter Suruí

Figura 02: conexão entre tradição e tecnologia nos territórios



Fonte: Elaborado por Paulo Cesar B. Pereira, 2026, utilizando a ferramenta ia.

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.

(Milton Santos)

O conceito de território é um dos mais centrais e, ao mesmo tempo, mais polissêmicos da Geografia. Sua importância reside no fato de que o território não é apenas uma categoria analítica, mas também uma realidade vivida, carregada de dimensões políticas, culturais, econômicas e simbólicas. Para compreender a relação entre os povos indígenas da Amazônia e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), é imprescindível revisitar esse conceito e explorar como ele se articula às práticas sociais contemporâneas.

No caso dos Paiter Suruí, o território não se reduz ao espaço delimitado juridicamente como Terra Indígena Sete de Setembro, em Rondônia. Ele representa o lugar onde se inscrevem as memórias, as práticas culturais, os vínculos espirituais e as estratégias políticas de resistência. O Plano de Gestão Territorial, elaborado por este povo, expressa justamente essa visão ampliada de território, que não se dissocia da vida coletiva. Nesse contexto, a adoção das TICs para monitoramento do seu território, difusão da cultura e articulação de parcerias deve ser interpretada como uma atualização das territorialidades indígenas diante de novas conjunturas.

Este capítulo se propõe a discutir os fundamentos teóricos do território e da territorialidade na Geografia, com ênfase em autores clássicos e contemporâneos e, em seguida, examinar as transformações conceituais e práticas trazidas pelas tecnologias, em especial pelas TICs e, por fim, articular essa discussão com a experiência Paiter Suruí, demonstrando ao apropriar-se de um espaço - concreta ou simbolicamente - do como o território é ressignificado pela incorporação de novos instrumentos técnicos e simbólicos.

1.1 Metamorfoses do Território: uma leitura relacional e fenomenológica

O território constitui uma das categorias centrais da Geografia contemporânea, tendo seu significado ampliado para além de uma concepção estritamente físico-jurídica ou político-administrativa. Historicamente associado ao controle, à soberania e à delimitação espacial exercida pelo Estado, o conceito passou, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, por um profundo processo de ressignificação teórica. Na Geografia crítica e humanista, o território deixa de ser compreendido apenas como superfície delimitada para

assumir o estatuto de espaço vivido, produzido, apropriado e significado pelos sujeitos em suas práticas sociais, culturais e políticas.

No contexto desta tese, que analisa a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na gestão territorial do povo Paiter Suruí, essa ampliação conceitual é fundamental. Ela permite compreender o território indígena não apenas como área oficialmente demarcada pelo Estado brasileiro, mas como experiência histórica, corporal, simbólica e política, continuamente construída e defendida. O território passa a ser entendido como lugar de vida, de memória, de espiritualidade e de luta, no qual se articulam dimensões materiais e imateriais da existência coletiva.

Após apresentar o território como categoria central da Geografia e evidenciar como, no caso Paiter Suruí, ele se configura como espaço vivido, simbólico e político atravessado pelo uso das TICs, torna-se necessário aprofundar os processos que dinamizam essa relação entre sujeitos e espaço. Nesse sentido, os conceitos de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização permitem compreender, de forma mais precisa, como o território não é uma realidade fixa ou estática, mas um campo em constante construção, marcado por enraizamentos, rupturas e recriações.

Articulados à perspectiva fenomenológica adotada nesta tese, esses conceitos ajudam a iluminar como as experiências corporificadas dos sujeitos — seus modos de perceber, habitar e significar a Terra Indígena Sete de Setembro — são atravessadas por conflitos históricos, pressões externas e, ao mesmo tempo, por movimentos de retomada e fortalecimento identitário. O território, nessa abordagem, é vivido pelo corpo, mediado pela percepção e constituído na relação entre passado, presente e projeto de futuro.

A seguir, são apresentados esses conceitos fundamentais, que servem de base para interpretar as metamorfoses territoriais vividas pelos Paiter Suruí, especialmente diante da incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação como parte de seu “novo arco e flecha”. Essa metáfora, utilizada pelos próprios indígenas e retomada nesta pesquisa, expressa a articulação entre tradição e contemporaneidade, revelando como instrumentos tecnológicos

são apropriados e ressignificados como parte das estratégias de defesa, vigilância, comunicação e afirmação territorial.

Segundo Claude Raffestin (1993), a territorialidade refere-se ao conjunto de relações e práticas mediante as quais os sujeitos produzem, organizam e significam o espaço. Para o autor, o território não existe em si mesmo, mas é resultado da ação humana sobre o espaço, mediada por relações de poder. Ao apropriar-se de um espaço - concreta ou simbolicamente -, o ator territorializa, transformando o espaço em território. A territorialidade, nesse sentido, expressa a dimensão relacional do território, evidenciando os vínculos estabelecidos entre sujeitos, espaço e poder.

Rogério Haesbaert (2004) amplia essa compreensão ao afirmar que a territorialidade manifesta dimensões políticas, culturais, simbólicas e existenciais do viver territorial. Para o autor, o território não deve ser visto apenas como espaço de dominação, mas também como espaço de apropriação, pertencimento e identidade. Essa perspectiva evidencia que a territorialidade não é uma condição estática ou definitiva, mas um processo contínuo de afirmação identitária, no qual o espaço torna-se meio e expressão das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos e coletividades.

Nessa direção, Marcelo Lopes de Souza (1995) acrescenta que a territorialidade envolve tanto a apropriação concreta do espaço quanto a sua dimensão imaterial, constituída por afetos, narrativas, representações, símbolos e práticas cotidianas que orientam a experiência espacial. Essa dimensão imaterial é particularmente relevante para a compreensão dos territórios indígenas, nos quais memória, ancestralidade, espiritualidade e vínculo com a terra constituem elementos indissociáveis da territorialidade.

Ao aprofundar esse debate, Haesbaert (2004) destaca que a territorialidade é sempre plural e multiescalar, pois os sujeitos e coletividades vivem e acionam diferentes territorialidades simultaneamente. Essas territorialidades articulam desde vínculos mais íntimos e comunitários até relações que se projetam em redes mais amplas, regionais, nacionais ou globais. Dessa forma, a vida social não se realiza em um único território, mas em

múltiplas territorialidades que se sobrepõem, se cruzam e, por vezes, entram em tensão.

Isso significa que o território não se reduz a fronteiras físicas ou delimitações cartográficas, mas se materializa nas práticas sociais, nas relações de poder, nas memórias coletivas e nos modos de habitar o mundo. Compreender a territorialidade implica, portanto, reconhecer que ela resulta da interação entre condicionantes materiais e dimensões simbólicas que produzem sentido ao espaço vivido.

No caso dos Paiter Suruí, essa multiescalaridade manifesta-se de forma exemplar. A territorialidade indígena não se limita à Terra Indígena Sete de Setembro enquanto espaço físico demarcado, mas se estende a territórios simbólicos, espirituais e políticos, bem como a novos territórios em rede, construídos por meio do uso das TICs. Assembleias indígenas, articulações com organizações nacionais e internacionais, presença em plataformas digitais e sistemas de monitoramento territorial revelam a capacidade de transitar entre diferentes escalas sem perder a centralidade do vínculo com a terra ancestral.

Dessa forma, a territorialidade Paiter Suruí expressa um modo próprio de habitar e significar o território, no qual tradição e inovação coexistem. As Tecnologias da Informação e Comunicação, ao serem incorporadas às práticas territoriais, não substituem os saberes tradicionais, mas se articulam a eles, fortalecendo estratégias de proteção territorial, visibilidade política e afirmação identitária.

1.2 Desterritorialização, Reterritorialização, Fenomenologia, Corpo e Lugar

A desterritorialização, conforme formulada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), corresponde aos processos de ruptura, mobilidade ou desagregação das relações estabelecidas com determinado território. Trata-se de um conceito que permite compreender os deslocamentos físicos, simbólicos e existenciais que afetam os vínculos entre sujeitos e espaço. Entretanto, como destaca Rogério Haesbaert (2004), esses processos não devem ser

compreendidos exclusivamente como perda ou ausência de território, pois implicam transformações profundas nas práticas, nos sentidos do habitar e nas formas de relação com o espaço vivido.

A desterritorialização envolve, portanto, a suspensão, o enfraquecimento ou o deslocamento das formas tradicionais de vínculo territorial, mas também pode abrir possibilidades para novas construções identitárias e territoriais. Essa dinâmica manifesta-se tanto em situações de deslocamento forçado, conflito fundiário, pressão econômica e violência territorial quanto em transformações culturais internas que reorganizam a maneira como o território é vivido, percebido e significado pelos sujeitos. Assim, a desterritorialização não deve ser entendida apenas como negação do território, mas como parte de um movimento mais amplo de reorganização socioespacial.

No contexto indígena, esses processos assumem contornos específicos. A história dos povos indígenas no Brasil é marcada por intensos processos de desterritorialização, resultantes da colonização, da expansão da fronteira agrícola, da exploração mineral e madeireira, bem como da imposição de racionalidades externas sobre seus modos de vida. No caso dos Paiter Suruí, as pressões históricas e contemporâneas sobre a Terra Indígena Sete de Setembro expressam formas recorrentes de desterritorialização, que ameaçam não apenas a posse da terra, mas também os vínculos simbólicos, culturais e espirituais que estruturam a territorialidade indígena.

Entretanto, conforme enfatiza Haesbaert (2004), a desterritorialização não ocorre de forma isolada. Ela está sempre associada a processos de reterritorialização, entendidos como a criação de novos vínculos, significados e formas de apropriação espacial após situações de deslocamento, conflito ou inovação técnica. Desterritorialização e reterritorialização não devem ser compreendidas como opostos estanques, mas como processos indissociáveis que se retroalimentam. Toda desterritorialização implica uma reterritorialização posterior, ainda que provisória, híbrida ou conflitiva.

A reterritorialização, nesse sentido, pode assumir múltiplas formas: desde a reconstrução de vínculos com o território ancestral até a criação de novos

territórios simbólicos, políticos ou em rede. Para os povos indígenas, esses processos frequentemente se expressam por meio de estratégias de resistência, retomadas territoriais, reorganização das práticas culturais e apropriação seletiva de instrumentos externos, como as Tecnologias da Informação e Comunicação. No caso dos Paiter Suruí, a incorporação das TICs pode ser compreendida como parte de um processo contemporâneo de reterritorialização, no qual tecnologias são ressignificadas como ferramentas de defesa territorial, vigilância ambiental, comunicação política e fortalecimento identitário.

Essa compreensão é fundamental para analisar contextos indígenas, nos quais rupturas históricas, pressões econômicas e transformações socioculturais convivem com movimentos de reafirmação territorial e recriação simbólica. A reterritorialização não significa retorno a um estado anterior idealizado, mas a construção de novas formas de habitar, resistir e projetar o futuro, articulando tradição e inovação.

Partindo da perspectiva metodológica fenomenológica desta tese, a compreensão desses processos exige considerar o território como experiência vivida. Maurice Merleau-Ponty (1999) compreende a relação do sujeito com o mundo a partir da noção de corporeidade. Para o autor, o corpo próprio é o meio fundamental de relação com o mundo vivido; é por meio dele que o sujeito percebe, se orienta e atribui sentido ao espaço. A percepção, nessa perspectiva, não é uma operação puramente intelectual, mas uma experiência encarnada, situada e histórica.

Aplicada à análise territorial, a fenomenologia permite reconhecer que territorialidade, desterritorialização e reterritorialização são processos vividos pelo corpo, mediados por intencionalidades perceptivas e pela historicidade dos sujeitos. O território não é apenas um “objeto externo” ou uma realidade abstrata, mas uma dimensão inseparável da existência, um campo de significações que se renova continuamente a partir da experiência encarnada dos sujeitos.

O conceito de lugar, amplamente discutido por Yi-Fu Tuan (1983) e Edward Relph (1976), reforça essa abordagem ao evidenciar que o espaço vivido é carregado de afetividade, memória e sentido. Para Tuan, o lugar emerge da

experiência, do envolvimento emocional e da familiaridade construída ao longo do tempo. Relph, por sua vez, destaca a importância da identidade do lugar, entendida como o conjunto de significados e valores atribuídos a um espaço pelos sujeitos que o habitam.

Reinterpretado à luz da fenomenologia merleau-pontyana, o conceito de lugar revela que o território se enraíza na experiência sensível, nas memórias corporais e nas práticas cotidianas. O lugar não é apenas localização geográfica; é horizonte afetivo e perceptivo construído na relação entre corpo, espaço e tempo. Nesse contexto, tanto a desterritorialização quanto a reterritorialização podem ser compreendidas como movimentos que reconfiguram o sentido do lugar: ora fragilizando vínculos históricos, ora reinventando-os como formas de resistência, continuidade e ressignificação identitária.

Compreender a dinâmica territorial implica, portanto, reconhecer como os sujeitos percebem, habitam e ressignificam o mundo ao seu redor. No caso dos povos indígenas, essa percepção está profundamente vinculada à corporeidade, à memória coletiva, aos rituais e às narrativas que conectam passado, presente e futuro. O território é vivido como extensão do corpo e da coletividade, constituindo-se como espaço de pertencimento e de sentido.

Assim, ao compreender a territorialidade como experiência vivida e situada, e a desterritorialização e reterritorialização como movimentos dinâmicos que expressam tanto rupturas quanto reconfigurações identitárias, torna-se possível reconhecer que os territórios indígenas não se limitam a delimitações cartográficas. Eles se constituem como espaços de sentido, de memória e de luta, nos quais o corpo e a percepção desempenham papel central, conforme aponta Merleau-Ponty (1999).

No caso dos Paiter Suruí, esses processos manifestam-se em múltiplas escalas: nas tensões históricas que ameaçam a integridade da Terra Indígena Sete de Setembro; nas estratégias de defesa, vigilância e monitoramento territorial que emergem diante dessas ameaças; e nas recriações simbólicas, políticas e tecnológicas que reafirmam sua presença no mundo contemporâneo. As Tecnologias da Informação e Comunicação, ao serem apropriadas nesse

contexto, tornam-se parte constitutiva dessas reterritorializações, ampliando as possibilidades de resistência e de afirmação territorial.

Isto posto, significa consolidar a compreensão de que os movimentos de desterritorialização e reterritorialização não representam apenas impactos externos ou rupturas impostas, mas também a potência de reinventar modos de habitar, resistir e projetar o futuro coletivo, a partir da experiência vivida e da corporeidade dos sujeitos.

A contribuição de Marcos Aurélio Saquet é central para a compreensão do território como processo relacional, histórico e multidimensional. O autor propõe uma abordagem territorial que reconhece a unidade entre tempo e espaço, entre continuidades e descontinuidades históricas, bem como a relação indissociável entre sociedade e natureza. Para Saquet, o território não pode ser compreendido como uma realidade estática ou meramente delimitada, mas como resultado de processos históricos que articulam dimensões materiais e imateriais da vida social.

Segundo Saquet (2007), a abordagem territorial fundamenta-se na compreensão da relação espaço-tempo como indissociável, na qual se articulam práticas sociais, relações de poder, identidades e projetos coletivos. O autor enfatiza que os territórios são produzidos por meio da territorialização, entendida como processo histórico e relacional, no qual se combinam territorialidades e temporalidades diversas. Há, portanto, uma coexistência de mudanças e permanências, de rupturas e continuidades, que configuram a complexidade dos territórios contemporâneos.

Saquet destaca que a territorialização envolve tanto a materialidade das formas espaciais quanto a imaterialidade das relações sociais, das representações, dos símbolos e das práticas cotidianas. Essa (i)materialidade constitui o mundo da vida e expressa-se nos lugares por meio das ações dos sujeitos. O território, nessa perspectiva, é simultaneamente condição e resultado das práticas sociais, sendo continuamente produzido e reproduzido no tempo e no espaço.

Ao dialogar com Milton Santos, Saquet incorpora a noção de “território usado”, que ultrapassa a concepção areal e estatal do território, enfatizando os objetos, as ações e as redes que estruturam a vida social. Para Santos (1994), o território usado corresponde ao espaço geográfico socialmente organizado, no qual se articulam sistemas de objetos e sistemas de ações. Trata-se de um quadro de vida híbrido, que integra dimensões técnicas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

Saquet reconhece, entretanto, que a compreensão do território exige ir além da oposição entre perspectiva areal e perspectiva reticular. Para o autor, é fundamental considerar as combinações entre território, rede e lugar. Existem redes de territórios e territórios em redes, territórios que se constituem nas próprias redes e redes que se materializam nos territórios. Essa abordagem relacional permite compreender os rearranjos, as heterogeneidades e as contradições que conformam os territórios no contexto contemporâneo.

Nesse sentido, a abordagem territorial proposta por Saquet amplia as possibilidades analíticas da Geografia ao permitir a avaliação das condições existentes em cada território ou rede de territórios, contribuindo para a elaboração de projetos e programas de desenvolvimento mais justos, contextualizados e socialmente comprometidos. O território deixa de ser apenas objeto de análise para tornar-se base de ação política e social.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a tese aqui defendida, pois permite compreender a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação pelos Paiter Suruí como parte integrante dos processos contemporâneos de territorialização e reterritorialização. As TICs não se configuram como elementos externos ou alheios ao território indígena, mas passam a integrar as territorialidades, articulando-se às práticas tradicionais e aos projetos coletivos de defesa e gestão do território.

No caso dos Paiter Suruí, o uso das TICs - como sistemas de monitoramento ambiental, registros digitais, plataformas de comunicação e articulações em rede - expressa a constituição de territorialidades híbridas, nas quais diferentes temporalidades, saberes e práticas se entrecruzam. Essa

condição aproxima-se do que Saquet (2007) denomina territorialidades híbridas, caracterizadas pela coexistência de elementos tradicionais e contemporâneos na produção do território.

Ao reconhecer a importância da relação entre território, rede e lugar, a abordagem de Saquet permite compreender como as TICs ampliam as escalas de atuação territorial dos Paiter Suruí, conectando a Terra Indígena Sete de Setembro a redes mais amplas de articulação política, ambiental e cultural, sem que isso implique a perda do vínculo com o território ancestral. Pelo contrário, essas conexões reforçam a centralidade da terra como referência identitária e política.

Dessa forma, a abordagem territorial integrada de Marcos Aurelio Saquet oferece um arcabouço teórico consistente para interpretar as metamorfoses territoriais vividas pelos Paiter Suruí no contexto contemporâneo. Ela permite compreender o território indígena como espaço de produção simbólica e política, atravessado por disputas de poder, mas também por estratégias criativas de resistência e afirmação.

As Tecnologias da Informação e Comunicação, nesse quadro, assumem papel estratégico ao potencializar práticas de vigilância territorial, denúncia de ilegalidades, fortalecimento da memória coletiva e comunicação intercultural. Ao serem apropriadas e ressignificadas, as TICs tornam-se parte constitutiva das territorialidades indígenas, funcionando como o “novo arco e flecha” na luta pela preservação do território e da autonomia coletiva.

1.3 Território, decolonialidade e luta indígena

A compreensão do território enquanto experiência e luta encontra forte respaldo na perspectiva decolonial, especialmente nas contribuições de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Para o autor, o território não pode ser reduzido a uma categoria técnico-administrativa ou jurídica, pois ele expressa relações históricas de poder, disputas epistemológicas e modos distintos de produzir e significar a vida. Na América Latina, a luta pela terra é, fundamentalmente, uma luta pelo

território, isto é, pela possibilidade de existir segundo racionalidades próprias, em confronto com os padrões hegemônicos impostos pela modernidade ocidental.

Segundo Porto-Gonçalves (2006), reivindicar o território significa reivindicar a vida e os sentidos que lhe são atribuídos. Ao lutar pelo território, os povos indígenas afirmam seus próprios modos de existir, conhecer e habitar o mundo, colocando em questão a lógica eurocêntrica que buscou homogeneizar o espaço e subordinar a diversidade de saberes a uma racionalidade única. O território, nessa perspectiva, constitui-se como espaço de resistência e de produção de outras epistemologias, ancoradas na experiência vivida, na memória coletiva e na relação indissociável entre sociedade e natureza.

Essa leitura é particularmente relevante para a análise dos territórios indígenas, historicamente marcados por processos de expropriação, violência e invisibilização. A colonialidade do poder, do saber e do ser, conforme discutida no campo dos estudos decoloniais, manifesta-se de forma concreta nos conflitos territoriais que atingem os povos indígenas, negando-lhes o direito de existir segundo seus próprios projetos de vida. O território indígena, nesse sentido, não é apenas espaço físico de reprodução material, mas fundamento ontológico da existência coletiva.

No caso dos Paiter Suruí, o território constitui o eixo estruturante de sua identidade, organização social, espiritualidade e relação com o mundo. A Terra Indígena Sete de Setembro não se configura apenas como área de moradia ou de exploração de recursos naturais, mas como espaço sagrado, onde se inscrevem as narrativas ancestrais, os rituais, os saberes tradicionais e os projetos de futuro do povo. A luta pela defesa desse território expressa, portanto, uma luta mais ampla pela preservação de modos próprios de vida e de conhecimento.

A incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação pelos Paiter Suruí deve ser compreendida à luz dessa perspectiva decolonial. Longe de representar um processo de assimilação passiva ou de submissão às lógicas tecnocráticas externas, o uso das TICs configura-se como apropriação

estratégica e ressignificação de instrumentos contemporâneos em favor da autonomia territorial. As tecnologias tornam-se meios de fortalecer a vigilância ambiental, denunciar invasões e ilegalidades, comunicar-se com outros povos e instituições e afirmar a presença indígena em arenas políticas mais amplas.

Nesse sentido, as TICs integram-se aos processos de territorialização, reterritorialização e multiterritorialidade vividos pelos Paiter Suruí. Elas possibilitam a construção de novos territórios em rede, que se articulam ao território ancestral sem substituí-lo. Ao contrário, essas redes reforçam o vínculo com a terra, ampliando as possibilidades de defesa e gestão territorial. O território indígena passa, assim, a existir simultaneamente como lugar vivido, espaço simbólico, campo de luta política e território em rede.

Essa multiterritorialidade expressa a capacidade dos Paiter Suruí de transitar entre diferentes escalas - local, regional, nacional e global - sem perder a centralidade do vínculo com a Terra Indígena Sete de Setembro. Assembleias indígenas, articulações políticas, parcerias com organizações ambientais e presença no ciberespaço constituem dimensões complementares de uma territorialidade que se reinventa diante das transformações contemporâneas. A tecnologia, nesse contexto, não dissolve o território, mas o reconfigura, ampliando suas formas de existência e de defesa.

No percorrer deste debate evidencia-se que o território, compreendido como experiência e luta, constitui uma categoria fundamental para interpretar a realidade vivida pelos Paiter Suruí. A partir dos conceitos de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, articulados à perspectiva fenomenológica e à abordagem territorial integrada de Marcos Aurelio Saquet, foi possível evidenciar o caráter processual, relacional e multidimensional do território indígena.

A territorialidade foi compreendida como expressão das práticas, dos vínculos e dos sentidos que os sujeitos atribuem ao espaço vivido, envolvendo dimensões materiais e imateriais. A desterritorialização revelou-se como processo histórico recorrente, marcado por rupturas e violências, mas também como condição para novas formas de reorganização territorial. A

reterritorialização, por sua vez, evidenciou a capacidade de recriação, resistência e adaptação dos povos indígenas diante das adversidades impostas.

A fenomenologia permitiu reconhecer o território como experiência encarnada, vivida pelo corpo e mediada pela percepção, pela memória e pela historicidade dos sujeitos. Essa abordagem mostrou-se essencial para compreender o território indígena como dimensão inseparável da existência, na qual lugar, identidade e pertencimento se entrelaçam. A contribuição de Marcos Aurelio Saquet reforçou a compreensão do território como processo histórico e relacional, articulando território, rede e lugar, e oferecendo um arcabouço teórico consistente para analisar as transformações territoriais contemporâneas.

Por fim, a perspectiva decolonial destacou o território como espaço de luta política, epistemológica e existencial. No caso dos Paiter Suruí, essa luta manifesta-se tanto na defesa concreta da Terra Indígena Sete de Setembro quanto na apropriação estratégica das Tecnologias da Informação e Comunicação como instrumentos de resistência e afirmação cultural. As TICs, ressignificadas como o “novo arco e flecha”, integram-se às territorialidades indígenas, fortalecendo a autonomia coletiva e ampliando as possibilidades de projetar o futuro sem romper com os vínculos ancestrais.

Isso, significa, portanto, afirmar que o território é simultaneamente chão, história e horizonte vivido. Para os Paiter Suruí, o território não é apenas o espaço onde se vive, mas a própria condição de existência enquanto povo. Territorialidade, desterritorialização e reterritorialização expressam, nesse contexto, não apenas impactos externos ou processos impostos, mas a potência de reinventar modos de habitar, resistir e existir no mundo contemporâneo, articulando tradição, experiência e luta.

1.4 Território, tecnologia e decolonialidade: experiência, reconfiguração e resistência entre os Paiter Suruí

Como já enfatizado anteriormente, o território constitui um dos conceitos centrais desta tese, não apenas como categoria analítica da Geografia, mas

como chave interpretativa para compreender as formas pelas quais os Paiter Suruí vivem, significam e defendem a Terra Indígena Sete de Setembro em um contexto marcado por pressões externas, conflitos históricos e transformações tecnológicas. Partindo de uma abordagem fenomenológica e decolonial, o território é compreendido aqui como experiência vivida, atravessada por relações de poder, memória, corporeidade e projetos de futuro.

Também foi debatido que, sob a perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty (1999), a experiência humana é sempre encarnada: o corpo próprio é o meio pelo qual o sujeito se relaciona com o mundo. Essa compreensão permite deslocar o território de uma condição meramente objetiva ou cartográfica para reconhecê-lo como dimensão constitutiva da existência. O espaço é então vivido, percebido e significado a partir do corpo, tornando-se lugar de pertencimento, identidade e sentido. Para os povos indígenas, essa relação é profundamente enraizada, pois o território articula vida material, espiritualidade, memória ancestral e organização social.

Essa abordagem é fundamental para a análise desenvolvida nesta tese, pois permite compreender que as transformações contemporâneas vividas pelos Paiter Suruí - especialmente a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) - não representam uma ruptura com a experiência territorial, mas uma reconfiguração dessa experiência. As tecnologias passam a integrar os modos de perceber, habitar e defender o território, ampliando as possibilidades de ação sem romper com os fundamentos ancestrais da territorialidade indígena.

A tecnologia, nesse sentido, não pode ser entendida como um elemento neutro ou exclusivamente instrumental. Conforme argumenta Feenberg (2002), toda tecnologia carrega valores, escolhas e interesses sociais e políticos. Essa compreensão permite superar visões deterministas que associam a tecnologia apenas ao progresso técnico ou à modernização ocidental. Historicamente, a tecnologia passou por diferentes etapas - da técnica artesanal à revolução industrial e, mais recentemente, à revolução digital e à sociedade em rede (CASTELLS, 1999) -, produzindo profundas transformações nas formas de produzir, comunicar e organizar o espaço.

Entretanto, essa narrativa histórica tende a invisibilizar outras racionalidades técnicas. Para os povos indígenas, a tecnologia sempre esteve presente, materializada em instrumentos, saberes e práticas de manejo do território, como arcos, flechas, cerâmicas, sistemas agrícolas e conhecimentos ecológicos tradicionais. O que caracteriza o contexto contemporâneo não é a introdução da tecnologia em si, mas a incorporação de tecnologias digitais inicialmente externas, que passam a ser apropriadas e ressignificadas a partir das necessidades e projetos indígenas.

No caso dos Paiter Suruí, essa incorporação ocorre de forma estratégica e situada. As Tecnologias da Informação e Comunicação não substituem os saberes tradicionais, mas se articulam a eles, fortalecendo práticas de vigilância territorial, denúncia de invasões, comunicação política e afirmação cultural. A noção de TICs, mais ampla do que a de Tecnologia da Informação, mostra-se particularmente adequada para esta análise, pois integra informação e comunicação como dimensões indissociáveis da vida social. Conforme destaca Kenski (2012), as TICs configuram novas linguagens, modos de interação e formas de sociabilidade, transformando não apenas os meios, mas os próprios modos de relação com o mundo.

A incorporação das TICs pelos Paiter Suruí amplia suas territorialidades para além dos limites físicos da Terra Indígena Sete de Setembro. Por meio de redes digitais, plataformas de georreferenciamento e articulações em escala global, o território indígena passa a existir simultaneamente como espaço vivido, campo político e território em rede. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de multiterritorialidade, proposto por Haesbaert (2004), segundo o qual diferentes territorialidades coexistem e se sobrepõem, articulando escalas locais, nacionais e globais.

Essa ampliação territorial, contudo, não significa desterritorialização no sentido de perda ou enfraquecimento dos vínculos com a terra ancestral. Pelo contrário, trata-se de um processo de reterritorialização, no qual novas formas de apropriação espacial reforçam a centralidade do território como base da vida coletiva. A tecnologia, nesse contexto, não dissolve o território, mas o reconfigura, ampliando suas formas de existência e defesa.

A perspectiva decolonial aprofunda essa análise ao evidenciar que o território indígena é historicamente atravessado por relações de poder marcadas pela colonialidade. Conforme argumenta Quijano (2005), a colonialidade do poder produziu hierarquizações raciais, epistemológicas e espaciais que marginalizaram os povos originários e redefiniram seus territórios segundo lógicas externas. A Terra Indígena Sete de Setembro, ainda que homologada pelo Estado, é resultado de processos assimétricos que não contemplaram plenamente a autodeterminação Paiter Suruí.

Nesse sentido, lutar pelo território significa lutar pelo direito de existir segundo modos próprios de vida. Porto-Gonçalves (2006) destaca que o território é espaço de vida, e não apenas base material de reprodução econômica. Para os Paiter Suruí, o território é simultaneamente floresta, memória, espiritualidade e projeto coletivo. A apropriação das TICs reforça esse caráter insurgente do território, pois permite defender a terra em múltiplas frentes: no espaço físico e no ciberespaço, na luta material e na luta simbólica.

Essa prática aproxima-se do que Escobar (2014) denomina territórios insurgentes: espaços nos quais emergem formas alternativas de existência que desafiam a homogeneização da modernidade ocidental. Ao ressignificar tecnologias globais em favor da defesa da floresta, da cultura e da autonomia coletiva, os Paiter Suruí produzem uma decolonialidade prática, conforme enfatiza Walsh (2009), entendida não apenas como teoria, mas como ação cotidiana de resistência e criação.

Diante desse percurso teórico, torna-se possível compreender que o território vivido pelos Paiter Suruí não pode mais ser apreendido a partir de dicotomias rígidas entre tradição e modernidade, local e global, material e digital. A experiência territorial que emerge da incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação revela um processo complexo de reconfiguração, no qual a ancestralidade não é negada, mas atualizada por meio de novas mediações técnicas, políticas e simbólicas. Nesse contexto, o território se afirma simultaneamente como espaço de vida, de resistência e de criação, articulando saberes tradicionais, corporeidade, memória coletiva e tecnologias contemporâneas em um mesmo horizonte existencial. Tal constatação indica a

necessidade de avançar para uma formulação conceitual capaz de expressar essa articulação singular entre herança ancestral e inovação tecnológica, superando leituras que tratam a tecnologia como elemento externo ou dissolvente da territorialidade indígena. É a partir dessa lacuna analítica - evidenciada pela experiência concreta dos Paiter Suruí - que se abre o caminho para a proposição do conceito de *território tecnoancestral*, desenvolvido no subtítulo seguinte.

1.5 Território tecnoancestral: síntese e contribuição teórica

A partir do percurso teórico e empírico desenvolvido neste capítulo, emerge a necessidade de uma formulação conceitual capaz de expressar a articulação entre ancestralidade e inovação tecnológica vivida pelos Paiter Suruí. Nesse contexto, propõe-se o conceito de território tecnoancestral, entendido como uma configuração territorial na qual saberes tradicionais e tecnologias contemporâneas se integram de forma dinâmica e situada.

É importante destacar, antes de tudo, que o território tecnoancestral não representa a substituição das práticas tradicionais por tecnologias digitais, mas a sua articulação em processos de reterritorialização que fortalecem a autonomia indígena. À luz da fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), essa incorporação implica a ampliação dos meios perceptivos e de ação do corpo indígena no território. Na perspectiva decolonial, conforme argumentam Quijano (2005) e Santos (2010), trata-se de uma prática insurgente, que ressignifica instrumentos globais em favor de projetos locais de vida.

O conceito de território tecnoancestral propõe, dessa forma, compreender a territorialidade indígena como uma síntese dinâmica entre tecnologias ancestrais e tecnologias contemporâneas. Diferentemente das perspectivas que separam tradição e modernidade em polos opostos, o território tecnoancestral ressalta a coexistência e a ressignificação contínua de instrumentos, saberes e práticas. Arcos, flechas, roças, cantos e rituais constituem tecnologias tradicionais que, historicamente, garantiram a sobrevivência e a identidade dos

povos indígenas. Hoje, drones, aplicativos de georreferenciamento e redes sociais são incorporados como prolongamentos dessa mesma lógica de defesa, monitoramento e comunicação, sem romper com as bases culturais que sustentam a vida comunitária.

As TICs, nesse sentido, funcionam como o “novo arco e flecha” dos Paiter Suruí. Assim como os instrumentos tradicionais foram, historicamente, meios de defesa, caça e sobrevivência, as tecnologias digitais tornam-se instrumentos de monitoramento, denúncia e visibilidade. Essa metáfora sintetiza a tese central deste trabalho: o território indígena não é estático, mas dinâmico, plural e insurgente, capaz de incorporar novas tecnologias sem romper com suas bases ancestrais.

A noção de território tecnoancestral valoriza ainda o fato de que, para os povos indígenas, a tecnologia nunca foi ausente. Como ressalta Berta Ribeiro (1985), a cultura material indígena - cestarias, cerâmicas, sistemas de manejo e artefatos de caça - sempre foi expressão de conhecimento técnico e de engenhosidade adaptativa. O que ocorre no presente é a incorporação de tecnologias externas, as quais não são simplesmente adotadas, mas reinterpretadas à luz da cosmologia e das necessidades coletivas. Nesse sentido, as TICs não representam apenas uma inserção no mundo globalizado, mas a atualização de um repertório tecnológico que se mantém ancorado em práticas ancestrais.

O território tecnoancestral, assim, se caracteriza por integrar dimensões aparentemente distintas em um mesmo campo de vida. A espiritualidade, os saberes tradicionais e os símbolos de ancestralidade se entrelaçam com os recursos digitais em práticas cotidianas de defesa territorial. O uso de aplicativos para monitorar áreas de floresta, por exemplo, não se desvincula da cosmologia indígena que compreende a mata como espaço sagrado e habitado por espíritos. Ao contrário, a tecnologia digital se torna uma ferramenta complementar na proteção desse espaço espiritual e material. Dessa forma, o território tecnoancestral é, ao mesmo tempo, memória e inovação, tradição e modernidade, corpo e digitalidade.

No caso Paiter Suruí, essa concepção é visível na metáfora do “novo arco e flecha”. As tecnologias ancestrais de defesa, fundamentais na sobrevivência histórica do povo, são reatualizadas no contexto contemporâneo pelas TICs. O arco e a flecha garantiam a caça, a segurança e a afirmação territorial; hoje, drones, câmeras digitais e redes sociais cumprem função semelhante, assegurando a defesa da floresta, a denúncia de invasões e a visibilidade internacional da luta indígena. Nesse processo, o território não se limita à dimensão física, mas se amplia em novas camadas de significação que articulam tradição e tecnologia. A experiência dos Paiter Suruí revela que o território é, simultaneamente, chão, memória e horizonte de futuro, e que a apropriação das TICs amplia as possibilidades de resistência, afirmação cultural e construção de novas territorialidades.

A relevância do conceito de território tecnoancestral para esta tese é dupla. Em primeiro lugar, ele oferece uma categoria analítica que reconhece o protagonismo indígena na ressignificação das tecnologias, evitando leituras que os reduzem à condição de receptores passivos da modernidade. Em segundo lugar, o conceito evidencia que as TICs não anulam a tradição, mas se integram a ela, criando um campo híbrido de territorialidades. Assim, o território tecnoancestral revela-se como espaço no qual o passado e o presente dialogam, projetando-se como uma estratégia de resistência e de continuidade histórica.

Nesse sentido, o conceito de território tecnoancestral dialoga diretamente com a Geografia Humanística, ao reafirmar o território como experiência vivida, construída a partir da percepção, da memória e do envolvimento existencial dos sujeitos com o espaço. Conforme apontam autores como Yi-Fu Tuan e Edward Relph, o espaço transforma-se em lugar quando é investido de significado, afetividade e identidade. Ao incorporar as tecnologias digitais às práticas territoriais, os Paiter Suruí não esvaziam o sentido do lugar; ao contrário, ampliam suas formas de vivência e de expressão. O território tecnoancestral, assim, não se reduz a uma espacialidade mediada por dispositivos técnicos, mas constitui um lugar vivido e sentido, no qual o corpo, a memória ancestral e a percepção do mundo permanecem centrais, ainda que articuladas a novas mediações tecnológicas. A tecnologia, nesse contexto, não rompe a relação

fenomenológica com o território, mas passa a integrar o horizonte perceptivo e simbólico a partir do qual o espaço é experienciado.

Ao articular ancestralidade e tecnologia, o território tecnoancestral também contribui para superar leituras dicotômicas que opõem tradição e modernidade, natureza e técnica, corpo e digitalidade. A partir da experiência dos Paiter Suruí, evidencia-se que as tecnologias contemporâneas podem ser incorporadas como prolongamentos da relação ancestral com a terra, operando em continuidade com saberes tradicionais e cosmologias indígenas. Drones, mapas digitais e redes de comunicação não substituem a experiência sensível do território, mas se somam a ela como novos modos de cuidar, narrar e defender o espaço vivido. Dessa forma, o conceito de território tecnoancestral fortalece uma compreensão humanística e situada da tecnologia, ao reconhecê-la como parte de um processo relacional, enraizado no lugar, na memória e na ancestralidade, reafirmando o território como espaço de vida, sentido e projeto coletivo de futuro.

Em síntese, o território tecnoancestral é o espaço onde ancestralidade e inovação tecnológica se encontram. Ele evidencia que, para os Paiter Suruí, a luta pela terra e pela identidade não se dá apenas no plano físico da floresta, mas também no plano simbólico e tecnológico. Essa categoria, portanto, permite compreender como a apropriação das TICs se inscreve na continuidade das práticas tradicionais, reafirmando que a defesa territorial indígena é, ao mesmo tempo, um ato de memória e de futuro.

Este capítulo teve como propósito estabelecer o alicerce conceitual e analítico que sustenta toda a tese, tomando o território como categoria central para compreender a experiência dos Paiter Suruí e, particularmente, a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como parte de suas estratégias contemporâneas de gestão, defesa e afirmação identitária. Ao revisitar a polissemia do conceito na Geografia e evidenciar suas metamorfoses teóricas, demonstrou-se que o território não se reduz a uma superfície delimitada pelo Estado, mas se constitui como espaço vivido, historicamente produzido e permanentemente disputado, atravessado por dimensões materiais e imateriais que incluem memória, espiritualidade, poder e

projetos coletivos. Esse deslocamento é decisivo para a tese, pois permite interpretar a Terra Indígena Sete de Setembro não apenas como marco jurídico, mas como condição ontológica de existência do povo Paiter Suruí, onde se enraízam suas narrativas, suas práticas e seus sentidos de mundo.

Nesse horizonte, a discussão sobre territorialidade, desterritorialização e reterritorialização possibilitou compreender o território como processo: um campo em constante construção, marcado por enraizamentos e rupturas, mas também por recomposições criativas. Ao mobilizar autores como Raffestin, Haesbaert e Souza, o capítulo evidenciou a territorialidade como conjunto de relações e práticas que produzem sentido, pertencimento e identidade, sem perder de vista sua dimensão política e conflitiva. A partir dessa abordagem, tornou-se possível reconhecer que, no caso indígena, a desterritorialização não é apenas deslocamento físico, mas ameaça ampla aos vínculos simbólicos e espirituais que sustentam a coletividade. Contudo, ao articular desterritorialização e reterritorialização como processos indissociáveis, destacou-se igualmente a potência de reinvenção que emerge das estratégias de resistência, retomada e reorganização territorial, sobretudo quando os povos originários incorporam seletivamente instrumentos externos e os reorientam conforme seus próprios valores e projetos.

A perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty ofereceu um ganho decisivo ao reforçar que o território é vivido pelo corpo e mediado pela percepção: é a experiência encarnada que produz lugar, sentido e identidade. Assim, os movimentos territoriais - sejam eles de ruptura, recomposição ou expansão - não podem ser lidos apenas em chave estrutural ou institucional, mas também a partir do modo como os sujeitos percebem, habitam e significam o espaço. Esse enfoque amplia a tese ao afirmar que a incorporação das TICs não deve ser interpretada como intrusão externa ou como ruptura com a tradição, mas como mediação contemporânea que passa a integrar o mundo da vida indígena, reconfigurando a experiência territorial sem desancorá-la do vínculo ancestral com a terra.

A contribuição de Marcos Aurélio Saquet, por sua vez, consolidou uma abordagem relacional e histórico-processual que permite compreender o

território como articulação entre território, rede e lugar, superando leituras que os isolam ou os opõem. Esse arcabouço foi fundamental para interpretar as territorialidades contemporâneas como híbridas e multiescalares, nas quais permanências e transformações coexistem. Nesse sentido, a discussão decolonial, com Porto-Gonçalves, Quijano, Escobar e Walsh, aprofundou a compreensão do território como espaço de luta, produção epistêmica e afirmação existencial. Ao denunciar a colonialidade que historicamente reduziu e redefiniu territórios indígenas segundo lógicas externas, a perspectiva decolonial evidenciou que reivindicar território é reivindicar vida, isto é, o direito de existir conforme racionalidades próprias. Assim, o capítulo mostrou que as TICs, apropriadas e ressignificadas, podem operar como instrumentos de insurgência prática, ampliando a capacidade de vigilância, denúncia, comunicação e articulação política dos Paiter Suruí, inclusive em redes nacionais e globais.

Nesse percurso, a metáfora do “novo arco e flecha” sintetizou uma ideia central da tese: tecnologias não anulam a ancestralidade, mas podem ser integradas a ela como prolongamentos de uma lógica histórica de defesa territorial e continuidade coletiva. Por isso, o capítulo culminou na proposição do conceito de território tecnoancestral, entendido como categoria analítica situada que expressa a síntese dinâmica entre tecnologias ancestrais e tecnologias contemporâneas, articuladas em processos de reterritorialização que reforçam autonomia, memória e futuro. O território tecnoancestral, tal como proposto, não é um “novo tipo universal” de território, mas uma chave interpretativa que emerge do caso Paiter Suruí, permitindo compreender como a territorialidade indígena pode incorporar mediações digitais sem romper com seus fundamentos ontológicos, simbólicos e cosmológicos.

Ao encerrar este capítulo, reafirma-se que o território, para os Paiter Suruí, é simultaneamente chão, história e horizonte vivido: nele se inscrevem conflitos, resistências e projetos de continuidade. As TICs, integradas às práticas de gestão e defesa territorial, ampliam repertórios de ação e comunicação, sem deslocar o sentido profundo do território como espaço de vida e pertença. Com isso, este capítulo fornece a base teórica indispensável para o passo seguinte

da tese: compreender quem é o povo Paiter Suruí, como se organiza sociopoliticamente, como constrói seus vínculos com a Terra Indígena Sete de Setembro e de que modo sua historicidade - marcada por contato, conflito, recomposições e estratégias de afirmação - dá densidade ao que aqui se analisou conceitualmente. É precisamente ao aprofundar a trajetória histórica, a cosmologia, as formas de liderança, as redes internas e as experiências coletivas da Nação Paiter Suruí que será possível compreender, no próximo capítulo, como o território vivido torna-se também território narrado, isto é, como memória, identidade e luta se territorializam no tempo, sustentando a apropriação contemporânea das TICs como parte de um projeto coletivo de existência e futuro.

CAPÍTULO 02 – A NAÇÃO PAITER SURUÍ

Figura 03: Povo indígena Paiter Suruí



Foto: portal Amazônia. Junho de 2023.

“A floresta fala conosco. Cada árvore é uma história, cada rio é uma lembrança, e cada canto é a voz dos nossos ancestrais dizendo que o território vive dentro de nós.”

(SURUÍ, Almir Narayamoga. Memórias da floresta: depoimentos e reflexões de um líder Paiter. Cacoal: Associação Metareilá, 2010, p. 41.)

2.1 Do território tecnoancestral à nação viva

A compreensão do território como uma dimensão viva, simbólica e tecnológica, desenvolvida no capítulo anterior, constitui o ponto de partida para a análise da Nação Paiter Suruí. O conceito de território tecnoancestral, proposto a partir da articulação entre ancestralidade e inovação, permite perceber que o espaço vivido pelos Paiter não é apenas o chão da floresta, mas também um campo de relações, memórias e tecnologias que se entrelaçam na produção da vida coletiva. Essa concepção rompe com as leituras clássicas de território como simples recorte físico ou jurídico e o reposiciona como um organismo cultural, espiritual e técnico, em constante movimento e ressignificação.

O território, conforme Raffestin (1993), é o resultado de uma ação, e não um dado da natureza. Ele se constrói nas relações de poder, nas práticas de apropriação e nos modos de vida dos sujeitos. Haesbaert (2004) amplia essa leitura ao introduzir a ideia de multiterritorialidade, reconhecendo que cada grupo social habita e produz múltiplos territórios simultaneamente — físicos, simbólicos, espirituais e digitais. No caso dos povos indígenas da Amazônia, e particularmente do povo Paiter Suruí, o território não é apenas uma base material, mas a expressão concreta de uma cosmologia. Como afirma Porto-Gonçalves (2006, p. 24), “o território é a inscrição da vida nos espaços de convivência e luta”. Assim, a floresta não é vista como um recurso natural, mas como uma entidade viva, coabitada por humanos e não humanos, constituindo-se em fonte de memória e espiritualidade.

Essa leitura é reforçada pela perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty (1999), segundo a qual o corpo e o mundo se constituem mutuamente em uma relação de intersubjetividade. O território, nesse sentido, é o prolongamento do corpo, e o corpo é o primeiro território. Quando o povo Paiter caminha pela floresta, coleta plantas medicinais, realiza rituais ou manipula tecnologias contemporâneas, está continuamente corporificando o espaço. Essa corporeidade ampliada é o que permite compreender a articulação entre a ancestralidade e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como uma extensão perceptiva e simbólica do ser indígena.

O território tecnoancestral, portanto, não é apenas um conceito teórico, mas uma realidade vivida. Ele traduz a capacidade dos povos indígenas de reinventarem suas territorialidades em meio às transformações globais, sem perder as referências cosmológicas que sustentam seu modo de ser. A adoção de drones, GPS, redes sociais e ferramentas de georreferenciamento pelos Paiter Suruí não deve ser vista como uma ruptura com a tradição, mas como uma continuidade criativa — uma forma contemporânea de praticar o mesmo gesto ancestral de observar, cuidar e comunicar-se com o território. A floresta, os rios, os cantos e os circuitos digitais compõem um mesmo sistema simbólico de vida e resistência.

Ao trazer essa abordagem, esta tese reafirma o papel do território como categoria fundante da Geografia, mas o projeta para uma dimensão ampliada: a de território vivido, pensado e tecnologicamente atualizado. A Nação Paiter Suruí emerge como um exemplo emblemático dessa transformação. Sua história de contato, resistência e inovação revela como as territorialidades indígenas se expandem para novas escalas — do chão da floresta ao espaço digital — sem perder o elo com a memória e a ancestralidade.

Nesse contexto, o presente capítulo busca analisar o processo de constituição e reconfiguração da Nação Paiter Suruí à luz do conceito de território tecnoancestral. O objetivo é compreender como esse povo, através de lutas históricas, estratégias políticas e apropriação de tecnologias, construiu uma forma singular de territorialidade que combina tradição, espiritualidade e inovação. O percurso proposto segue a lógica fenomenológica e decolonial já apresentada: partir da experiência vivida e da historicidade dos sujeitos para compreender o fenômeno em sua totalidade.

Assim, o capítulo está estruturado em seções que abordam, inicialmente, quem é o povo Paiter Suruí e onde se localiza seu território; em seguida, o contexto histórico de contato e as marcas da colonização; as lutas e conflitos que moldaram sua identidade; a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), que simboliza a institucionalização de sua autonomia; e, por fim, a incorporação das tecnologias digitais como atualização de suas práticas de resistência e gestão ambiental.

O estudo da Nação Paiter Suruí, portanto, não é apenas uma incursão etnográfica, mas um exercício geográfico de escuta e tradução intercultural. É na coexistência entre o arco e o drone, entre o canto ritual e o vídeo compartilhado, entre a oralidade e o algoritmo, que se desenha o território tecnoancestral. A análise desse processo permitirá compreender como a experiência Paiter projeta novos paradigmas para a Geografia, para os estudos decoloniais e para a reflexão sobre o papel das tecnologias na produção de novas territorialidades na Amazônia.

2.2 A Nação Paiter Suruí: quem é esse povo

O povo conhecido nacionalmente como Suruí autodenomina-se Paiter, palavra que, em sua língua, significa “gente de verdade” ou “povo verdadeiro”. Essa autodesignação expressa uma visão de mundo centrada na coletividade e na reciprocidade, em que o ser humano só se realiza em relação com o outro, com o ambiente e com os seres espirituais que habitam o cosmos. A tradução de Paiter não é apenas linguística, mas existencial: ela remete a uma ética do pertencimento e do equilíbrio, fundamentos que estruturam toda a cosmologia e a organização social do grupo.

2.2.1 Origem e autodenominação Paiter

Segundo dados etnográficos sistematizados por Arnt e Pinto (2000), os Paiter pertencem ao tronco linguístico Tupi-Mondé e vivem atualmente na Terra Indígena Sete de Setembro, entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. Antes do contato com a sociedade nacional, ocorrido em 1969, distribuíam-se em diversos subgrupos e aldeias ao longo dos rios Branco, Formoso e Sete de Setembro. A autodenominação Paiter surgiu como afirmação identitária frente às pressões externas, especialmente após o contato traumático com a FUNAI e com os seringueiros que avançavam sobre seu território tradicional.

Como observa Mindlin (1993), a autoafirmação da identidade é um gesto político e cosmológico. Ao se autodenominarem Paiter, os Suruí recusam a nomeação colonial imposta de fora e reafirmam sua autonomia simbólica. Trata-

se, portanto, de um ato de resistência epistêmica, no qual nomear-se é um modo de existir e persistir.

“Nomear-se é, para os povos indígenas, um modo de reafirmar o vínculo entre o corpo, a terra e o espírito. A palavra é território. Dela se irradia o sentido de pertença e a memória de todos os que vieram antes” (MINDLIN, 1993, p. 58).

2.2.2 Organização social e política

A organização social Paiter é estruturada em quatro grandes clãs — Gameb, Gapgir, Makor e Kaban —, que se interligam por meio de casamentos exogâmicos, alianças políticas e partilhas cerimoniais. A vida comunitária é regida por um sistema de reciprocidade que envolve a troca de alimentos, objetos, serviços e saberes. Essa reciprocidade é, como afirma Lévi-Strauss (2008), “a base da sociedade humana, pois transforma a diferença em complementaridade e a troca em elo civilizatório”.

Cada clã possui responsabilidades específicas no conjunto social: alguns estão ligados à caça e ao manejo do território, outros às práticas xamânicas ou à liderança política. Essa divisão, longe de ser hierárquica, é relacional — todos os papéis são considerados essenciais à manutenção da vida coletiva. O cacique, ou pajegan, é uma liderança escolhida pelo reconhecimento de sua sabedoria e capacidade de diálogo, mais do que por imposição de poder.

A dimensão política da organização Paiter foi se transformando ao longo das últimas décadas. Após o contato com a sociedade não indígena e a introdução das instituições formais, como associações e conselhos, os Paiter criaram estruturas de representação próprias, como a Associação Metareilá do Povo Indígena Paiter Suruí, fundada em 1988. Essa associação tornou-se referência na Amazônia por integrar saber tradicional e gestão moderna, articulando projetos ambientais, educacionais e tecnológicos conforme verifica-se na fala a seguir: “O governo Paiter não está escrito em papéis, mas na palavra dita e ouvida. Cada decisão é parte de um círculo maior, onde o espírito da floresta também é ouvido” (SURUÍ, 2010, p. 42).

2.2.3 Cosmologia e práticas culturais

A cosmologia Paiter é marcada pela interdependência entre o mundo humano e o não humano. A floresta é percebida como um ser vivo, dotado de intencionalidade, memória e voz. As árvores, os rios e os animais são concebidos como parentes, e cada elemento natural possui um espírito guardião. Essa visão, descrita por Viveiros de Castro (2002) como perspectivismo ameríndio, rompe com as dicotomias ocidentais entre natureza e cultura.

O ciclo da vida Paiter é entrelaçado por rituais que reafirmam os vínculos com o território e com o cosmos. As danças, pinturas corporais, cantos e narrativas míticas são modos de comunicar-se com os ancestrais e com os espíritos da floresta. Entre os principais rituais estão o Mapimaí (festa da moça nova), o Arimã (ritual da caça) e o Damaipá (festa dos espíritos). Cada um deles atualiza a memória coletiva e reitera a continuidade da vida.

Berta Ribeiro (1985) destaca que as tecnologias tradicionais indígenas - como as cestarias, cerâmicas, instrumentos musicais e sistemas agrícolas - são manifestações de uma “engenharia do sensível”, em que a estética e a funcionalidade se confundem. Nos Paiter, essas tecnologias revelam uma sabedoria acumulada ao longo dos séculos, capaz de garantir sustentabilidade e harmonia com o ambiente conforme citação a seguir: “O artefato indígena é ao mesmo tempo instrumento, símbolo e memória. Ele condensa uma filosofia de vida que une utilidade e beleza, técnica e espiritualidade”. (RIBEIRO, 1985, p. 27)

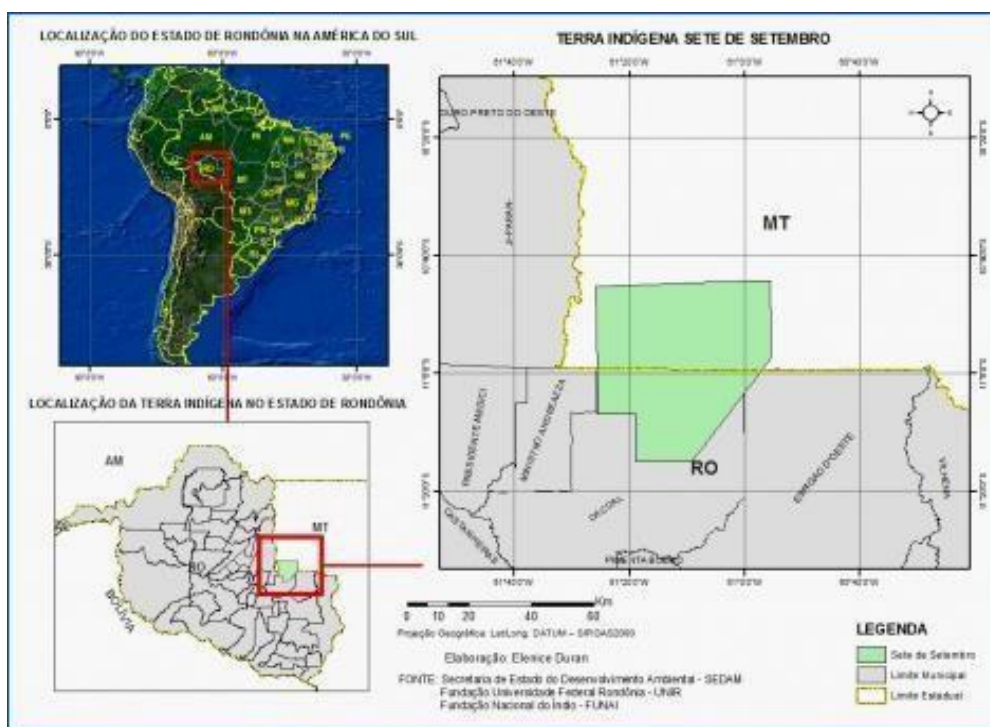
Essa compreensão do fazer como ato espiritual será essencial para entender, mais adiante, a apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Assim como o arco e a flecha, as câmeras e os drones também se tornam instrumentos de expressão simbólica e defesa territorial - elementos do que esta tese denomina território tecnoancestral.

2.3 Localização geográfica e contexto ambiental

2.3.1 A Terra Indígena Sete de Setembro

A Terra Indígena Sete de Setembro (TISS), onde vive a Nação Paiter Suruí (Paiterey Garah), localiza-se entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, abrangendo os municípios de Cacoal, Espigão do Oeste, Rondolândia e Aripuanã. O território foi homologado pelo Decreto nº 88.867, de 16 de outubro de 1983, com área aproximada de 248.000 hectares (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018).

Mapa 01: Terra Indígena Sete de Setembro entre Rondônia e Mato Grosso



Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/10218>. Elaborado por Elenice Duran Silva, 2015.

O mapa da Terra Indígena Sete de Setembro evidencia a localização estratégica desse território indígena na região sudoeste da Amazônia brasileira, posicionando-o em uma área de transição entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. Essa localização confere a ela um papel geográfico relevante no contexto da expansão histórica da fronteira agrícola e dos processos de ocupação territorial da Amazônia meridional.

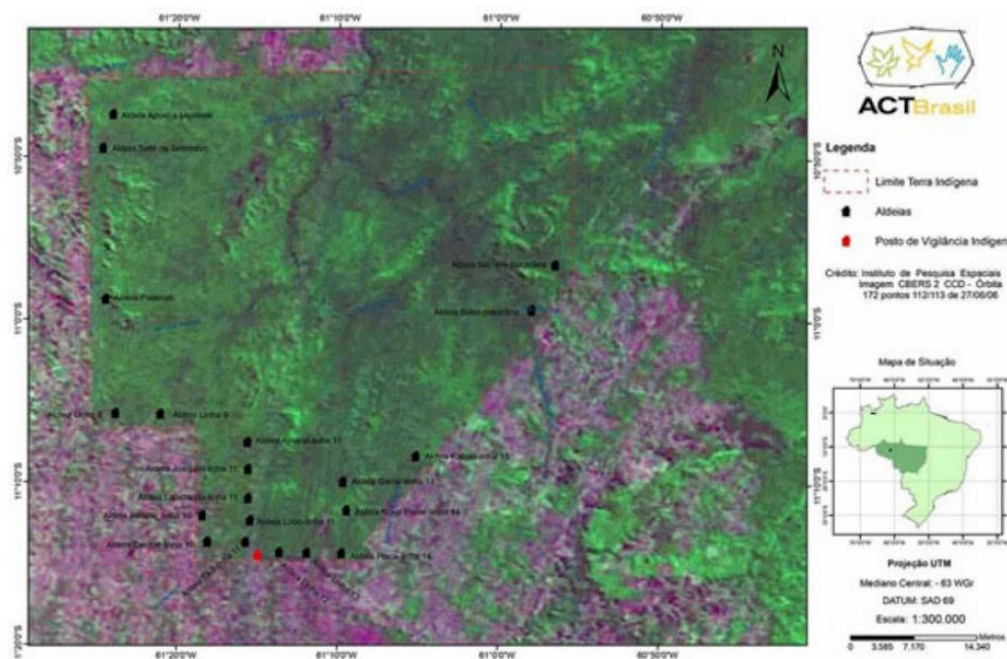
Cartograficamente, o território encontra-se inserido em uma faixa limítrofe inter-estadual, o que implica a coexistência de diferentes dinâmicas administrativas, políticas e socioeconômicas em seu entorno imediato. No estado de Rondônia, a Terra Indígena estabelece relações espaciais diretas com os municípios de Cacoal e Espigão do Oeste, enquanto, no Mato Grosso, articula-se com o município de Rondolândia. Essa posição fronteiriça reforça a complexidade da gestão territorial e intensifica as pressões externas sobre o território indígena.

Sob a perspectiva de Haesbaert, a localização da Terra Indígena em área de fronteira inter-estadual entre Rondônia e Mato Grosso expressa condição de multiterritorialidade, dado o entrecruzamento de lógicas estatais, econômicas e culturais que incidem simultaneamente sobre o mesmo espaço (HAESBAERT, 2004). Já à luz de Milton Santos, o mapa permite interpretar o território como espaço usado, onde coexistem e se tensionam sistemas técnicos externos e práticas territoriais locais, refletidas na organização espacial vinculada aos eixos de circulação e ocupação (SANTOS, 1996). Assim, a leitura integrada do mapa evidencia a articulação entre território, poder e uso do espaço, reafirmando a Terra Indígena Sete de Setembro como construção geográfica, política e simbólica (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; SANTOS, 1996).

Mapa 02: Terra indígena Sete de Setembro – Cacoal, RO



Aldeias da Terra Indígena Sete de Setembro



Fonte: IDESAM: ACTBrasil, 2011.

O mapa “Aldeias na Terra Indígena Sete de Setembro” constitui um importante instrumento analítico para compreender a organização espacial das aldeias Paiter Suruí. Diferentemente de mapas administrativos convencionais, essa representação cartográfica prioriza a lógica interna de ocupação indígena, estruturada a partir das chamadas “Linhas”, que correspondem a eixos de circulação e referência territorial no interior da Terra Indígena. Estas linhas funcionam como eixos estruturantes da ocupação e circulação no território Paiter Suruí. A vinculação estadual e municipal apresentada neste quadro é inferida a partir da posição relativa das aldeias no interior da Terra Indígena, respeitando seus limites inter-estaduais entre Rondônia e Mato Grosso.

Essa disposição espacial evidencia que a ocupação do território não ocorre de forma homogênea, mas segue padrões históricos, familiares e políticos, refletindo tanto processos internos de segmentação quanto respostas estratégicas às pressões externas sobre o território.

Com base no referido mapa, foi elaborado um quadro sistematizador das aldeias existentes na Terra Indígena Sete de Setembro, relacionando-as às

respectivas Linhas e à sua localização estadual ou municipal inferível. A tabela permite visualizar, de forma organizada, a estrutura espacial do território indígena e reforça a centralidade das Linhas como elemento ordenador da territorialidade Paiter Suruí.

Quadro 01: Aldeias da Terra Indígena Sete de Setembro

Aldeia	Linha / Referência territorial	UF / Município (quando inferível)
Paiter	Linha 7	RO – Cacoal / Espigão do Oeste
Atamoia	Linha 7	RO – Cacoal / Espigão do Oeste
Sertanista Apoena Meireles	Linha 7	RO – Cacoal / Espigão do Oeste
Panag	Linha 7	RO – Cacoal / Espigão do Oeste
Sertanista Aymoré Cunha da Silva	Linha 7	RO – Cacoal / Espigão do Oeste
Matera	Linha 8	RO – Espigão do Oeste
Ngaxip	Linha 9	RO – Espigão do Oeste
Paiter	Linha 9	RO – Espigão do Oeste
Iratana	Linha 10	RO – Espigão do Oeste
Central	Linha 10	RO – Espigão do Oeste
Amaral	Linha 11	RO – Espigão do Oeste
Joaquim	Linha 11	RO – Espigão do Oeste
Lapetanha	Linha 11	RO – Espigão do Oeste
Lobó	Linha 11	RO – Espigão do Oeste

Aldeia	Linha / Referência territorial	UF / Município (quando inferível)
Tikã	Linha 11	RO – Espigão do Oeste
Anine	Linha 12	RO – Espigão do Oeste
Mauira	Linha 12	RO – Espigão do Oeste
Paulinho	Linha 13	RO – Espigão do Oeste
Placa	Linha 14	RO / MT – setor limítrofe
Nova Paiter	Linha 14	RO / MT – setor limítrofe
Gabgir (Gapgir)	Linha 14	RO / MT – setor limítrofe
Nova Canaã	Entre Linhas 14–15	MT – Rondolândia
Kabaney	Linha 15	MT – Rondolândia
Bethel	Linha 15 / Pacarana	MT – Rondolândia
Gahere	Linha 15 / Pacarana	MT – Rondolândia

Fonte: IDESAM; ACTBrasil (2011)

De modo geral, observa-se que: as aldeias localizadas entre as Linhas 7 e 13 concentram-se majoritariamente no estado de Rondônia, especialmente nos municípios de Cacoal e Espigão do Oeste; as aldeias situadas nas Linhas 14 e 15, bem como no setor Pacarana, distribuem-se em áreas de fronteira interestadual, com maior presença no município de Rondolândia, em Mato Grosso. Já a existência de aldeias em setores limítrofes indica um movimento de ocupação estratégica das bordas da Terra Indígena.

Essa leitura reforça que o território indígena não se organiza segundo limites administrativos estatais, mas a partir de uma lógica própria, vinculada às relações sociais, à mobilidade interna e à necessidade de garantir o uso e a proteção do espaço tradicionalmente ocupado.

Do ponto de vista teórico, e assim como discutido no capítulo anterior, a organização espacial das aldeias na Terra Indígena Sete de Setembro pode ser

compreendida à luz do conceito de territorialidade indígena compreendido como o conjunto de práticas sociais, simbólicas e políticas por meio das quais um povo produz, controla e ressignifica seu território. Nesse sentido, pode-se inferir que este território não se reduz a uma área física delimitada, mas constitui-se como um espaço vivido, construído historicamente e constantemente reorganizado.

Todavia, a fragmentação controlada destas aldeias, evidenciada pela multiplicação de núcleos ao longo das Linhas, não deve ser interpretada como desagregação social. Ao contrário, trata-se de um processo recorrente em sociedades indígenas amazônicas, associado a fatores como crescimento de grupos familiares, disputas internas, busca por autonomia local e, sobretudo, estratégias de ocupação territorial. A criação de novas aldeias contribui para ampliar a presença indígena em áreas sensíveis do território, funcionando como mecanismo de vigilância, controle e afirmação de direitos territoriais.

Dessa forma, a organização espacial das aldeias deve ser analisada não apenas como um dado quantitativo, mas como expressão de práticas territoriais, estratégias políticas e modos de vida que articulam história, espaço e identidade indígena.

2.3.2 Ecossistemas, bacias e pressões antrópicas

Terra Indígena Sete de Setembro é uma das áreas mais importantes para a conservação da floresta no sul da Amazônia. Levantamentos da Associação Metareilá (2019) indicam que mais de 93% da cobertura vegetal original permanece preservada, o que se deve às práticas tradicionais de manejo sustentável adotadas pelos Paiter.

A hidrografia da região é formada principalmente pelas bacias dos rios Roosevelt e Branco, afluentes do rio Aripuanã. Esses rios são considerados seres vivos na cosmologia Paiter, cada qual habitado por entidades protetoras. Os peixes, as margens e as cachoeiras possuem nomes próprios e histórias que ligam o presente ao tempo mítico.

Segundo relatório do Instituto Socioambiental (ISA, 2018), as principais ameaças à integridade da TISS são a expansão da fronteira agropecuária, a

extração ilegal de madeira e a pressão fundiária. Apesar da homologação, a região é cercada por áreas desmatadas, o que intensifica conflitos e degradações ambientais.

O território está situado na transição entre o bioma Amazônico e o Cerrado, o que confere à região uma alta diversidade ecológica. Essa posição ecotonal cria um mosaico de paisagens que inclui florestas densas, matas de galeria e áreas de campo, todas fundamentais para o modo de vida Paiter. A floresta é mais do que um ambiente físico: é o espaço de morada dos ancestrais e o eixo que organiza a cosmologia, a economia e a espiritualidade do povo.

Segundo Porto-Gonçalves (2006), o território amazônico é também o espaço das disputas por diferentes racionalidades — a do capital e a da vida. No caso Paiter, essa tensão se materializa no contraste entre o manejo tradicional sustentável e as pressões externas do agronegócio, da extração madeireira e da abertura de rodovias.

A Terra Indígena Sete de Setembro é composta por 26 aldeias distribuídas ao longo dos rios Formoso, Branco e Sete de Setembro. Cada aldeia mantém uma organização social autônoma, mas todas compartilham vínculos políticos e espirituais sob a liderança do Conselho Paiter. As aldeias variam em tamanho e composição, refletindo dinâmicas internas de parentesco e mobilidade. Essa mobilidade, como observa Haesbaert (2004), é uma característica das territorialidades múltiplas — as aldeias são, ao mesmo tempo, centros fixos e pontos de passagem.

“O território Paiter é tecido por caminhos e travessias, por rios e veredas que conectam as aldeias como se fossem veias de um corpo vivo. O deslocamento não rompe o vínculo com o território: ele o renova.” (HAESBAERT, 2004, p. 72)

2.4 O primeiro contato e os impactos da colonização

O primeiro contato oficial dos Paiter Suruí com a sociedade não indígena ocorreu em 1969, durante as frentes de expansão promovidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Projeto de Integração Nacional (PIN). A

abertura da rodovia BR-364 foi um marco dessa política de ocupação e resultou em uma das experiências mais traumáticas para o povo Paiter.

De acordo com Arnt e Pinto (2000), antes da chegada dos sertanistas, os Paiter viviam em relativo isolamento, mantendo redes de trocas com povos vizinhos. O contato trouxe doenças, violência e desestruturação social. Em menos de uma década, a população Paiter foi reduzida em mais de 60%, consequência direta das epidemias de gripe, sarampo e tuberculose, além dos confrontos com madeireiros e colonos.

“Os primeiros anos após o contato foram marcados por mortes em série, fome e deslocamentos forçados. As aldeias esvaziaram-se, e a floresta, antes espaço de proteção, tornou-se cenário de medo”. (ARNT; PINTO, 2000, p. 63)

O contato introduziu uma lógica de tempo, trabalho e espaço distinta da cosmologia Paiter. O território passou a ser visto pelo Estado como recurso econômico e fronteira de desenvolvimento. Essa diferença epistemológica é o que Quijano (2005) denomina colonialidade do poder, a imposição de um modo de pensar e organizar o mundo segundo parâmetros eurocêntricos.

Figura 04 a 07: momentos do contato, 1969



Foto: Jesco, 1969

As fotografias do primeiro contato do povo Paiter Suruí, registrada em 1969 (JESCO, 1969), constitui um documento histórico e etnográfico que materializa o início de um processo profundo de transformação territorial, social e política. A imagem revela a assimetria de poder entre indígenas e agentes da sociedade envolvente, evidenciada pela disposição corporal, pelos objetos técnicos e pelo contexto de vigilância e mediação estatal, característicos das frentes de contato do período. Mais do que um registro visual, a fotografia deve ser compreendida como um artefato simbólico que participa da produção de narrativas sobre o território indígena, reforçando sua inserção forçada nas dinâmicas do Estado e da colonização regional (RAFFESTIN, 1993, p. 143). À luz de Milton Santos (1996), o registro expressa o início da reconfiguração do território como espaço usado, submetido a novas racionalidades técnicas. Sob a perspectiva da multiterritorialidade, o contato inaugura a sobreposição de lógicas territoriais distintas sobre o espaço Paiter Suruí (HAESBAERT, 2004), tornando a imagem um marco visual da transição entre autonomia territorial e disputa permanente pelo território.

Após o primeiro contato o impacto foi devastador: epidemias de sarampo, gripe e tuberculose dizimaram quase dois terços da população em menos de uma década (MELLO CARVALHO; ALMEIDA SILVA, 2016). O território, outrora espaço de reprodução cultural e ecológica, converteu-se em palco de conflitos, perdas e deslocamentos forçados.

Como mencionado anteriormente, essa experiência pode ser compreendida a partir da concepção de território de Raffestin (1993), que enfatiza a relação entre espaço e poder. O processo de contato foi, na prática, um ato de imposição territorial do Estado e de agentes econômicos, que buscavam integrar a Amazônia ao mercado nacional e internacional. Assim, o território Suruí foi destituído de parte de seu sentido simbólico e cultural, transformando-se em “terra a ser ocupada”, um recurso explorável. Essa lógica, como observa Porto-Gonçalves (1992), reflete o paradigma moderno-colonial que reduz a floresta a mercadoria e invisibiliza as territorialidades indígenas.

Segundo Quijano (2005, p. 121), “A colonialidade é mais do que a dominação econômica: é a dominação epistêmica, o controle das formas de

produzir e legitimar o conhecimento”. Todavia, os Paiter reinterpretaram as imposições externas dentro de suas próprias categorias simbólicas, criando formas de resistência e tradução. A demarcação da Terra Indígena Sete de Setembro, concluída em 1983, foi resultado de intensas negociações e de um processo de reconstrução sociopolítica conduzido pelas lideranças, que reorganizaram as aldeias, reativaram rituais e fortaleceram laços interclânicos.

A década de 1980 representou o início de um ciclo de mobilização intensa. O processo de demarcação, embora concluído, não garantiu a segurança territorial. As invasões madeireiras avançaram, incentivadas por políticas desenvolvimentistas e pela ausência de fiscalização. Entre 1985 e 1995 ocorreram centenas de registros de desmatamentos ilegais na TISS (ISA, 2018).

A homologação da Terra Indígena Sete de Setembro, ocorre somente em 1983, em meio a uma conjuntura de forte pressão estatal. Projetos como o Polonoroeste — financiado pelo Banco Mundial na década de 1980 — impulsionaram a abertura da BR-364 e a migração em massa para Rondônia e Mato Grosso, intensificando os conflitos fundiários (ALMEIDA SILVA, 2010). O território Suruí, embora reconhecido juridicamente, permaneceu vulnerável às invasões de madeireiros, garimpeiros e pequenos agricultores, expressando aquilo que Haesbaert (2004) denomina de desterritorialização parcial: o espaço é legalmente reconhecido, mas as relações de poder externas desestruturam a territorialidade indígena.

Analisando o contexto histórico dos Paiter também evidencia-se a dimensão simbólica do território. Para esse povo, a terra não é apenas meio de subsistência, mas espaço sagrado que conecta ancestrais, espíritos e práticas culturais. Quando tal espaço é violado, ocorre não apenas a perda material, mas também a ruptura das bases identitárias. Henriques (2003) lembra que a expulsão de um povo de seu território significa condená-lo à morte cultural, pois a identidade coletiva está intrinsecamente ligada ao lugar de origem. No caso dos Suruí, a devastação territorial resultou em fragmentação social e crises internas, colocando em risco a continuidade de seus saberes e práticas.

Neste contexto, entre os anos 1990 e 2000, diante da intensificação das pressões externas e da precariedade das políticas públicas, as lideranças Suruí perceberam a necessidade de reorganização interna. Foi nesse período que emergiu a figura de Almir Narayamoga Suruí, articulador de alianças nacionais e internacionais. Essa fase corresponde ao que Milton Santos (1999) chama de território usado em rede, no qual as comunidades locais se inserem em fluxos globais de informação e recursos, sem perder a base identitária. O contato com organizações como a Kanindé³, o IDESAM⁴ e, posteriormente, a Google, possibilitou aos Paiter ampliar suas estratégias de resistência, incorporando tecnologias digitais ao seu repertório cultural.

Nesse sentido, observa-se uma transição histórica: do arco e flecha como instrumento físico de defesa para o laptop, o drone e o GPS como instrumentos digitais de monitoramento territorial. Essa metamorfose não significa abandono das práticas tradicionais, mas sua ressignificação diante de novas conjunturas. Trata-se de um processo de reterritorialização, no qual os Paiter reconquistam autonomia, agora utilizando aparatos tecnológicos que lhes permitem denunciar invasões, registrar violações ambientais e difundir sua cultura no cenário global (PINTO, 2009).

Como ressalta Haesbaert (2007), o território é simultaneamente material e simbólico. No caso Suruí, as TICs tornam-se novos marcadores territoriais, pois asseguram a presença indígena tanto no espaço físico (ao proteger as florestas) quanto no espaço virtual (ao projetar sua identidade no mundo digital). Assim, o contexto histórico de lutas e conflitos revela não apenas perdas e

³ A Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental é uma organização não governamental brasileira fundada no início da década de 1990, com atuação voltada à defesa dos direitos territoriais, ambientais e culturais dos povos indígenas da Amazônia, especialmente em Rondônia. A Kanindé desenvolve ações de apoio à gestão territorial indígena, monitoramento ambiental, formação de agentes indígenas e assessoramento técnico em processos de proteção territorial (KANINDÉ, 2010). No caso da Terra Indígena Sete de Setembro, sua atuação se insere no fortalecimento das estratégias locais de vigilância e no apoio institucional às iniciativas indígenas de defesa do território frente às pressões externas (KANINDÉ, 2012).

⁴ O IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia é uma organização da sociedade civil fundada em 2004, cuja atuação concentra-se na promoção da conservação ambiental associada ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. O instituto desenvolve pesquisas e projetos nas áreas de gestão territorial, mudanças climáticas, REDD+ e fortalecimento comunitário, atuando em parceria com povos indígenas e organizações indigenistas (IDESAM, 2011). No contexto do povo Paiter Suruí, o IDESAM, em conjunto com a ACTBrasil, participou da elaboração de diagnósticos socioambientais e levantamentos etnoterritoriais que subsidiaram ações de planejamento e proteção da Terra Indígena Sete de Setembro (IDESAM; ACTBRASIL, 2011).

desterritorializações, mas também a capacidade de reinvenção cultural diante das transformações impostas pelo mundo globalizado.

O contexto histórico de lutas e conflitos vivenciado pelos Paiter Suruí, marcado por epidemias, invasões territoriais e políticas desenvolvimentistas excludentes, evidencia o processo de desterritorialização forçada a que foram submetidos nas últimas décadas do século XX. Essa trajetória de perdas materiais e simbólicas não apenas fragilizou a coletividade, mas também reforçou a necessidade de criar mecanismos de resistência e reorganização interna. É nesse cenário que emerge o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), concebido como resposta estratégica a esse passado de violências e desestruturações. O plano representa não apenas um documento técnico, mas a materialização da reterritorialização Paiter, que busca resgatar a memória histórica, fortalecer a identidade cultural e projetar um futuro sustentável em diálogo com os desafios impostos pelo mundo contemporâneo.

2.5 O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA): um novo paradigma

A formulação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do povo Paiter Suruí representa um exemplo de articulação entre conhecimento tradicional e instrumentos modernos de governança socioambiental. Resultado de uma década de debates internos, diagnósticos participativos e parcerias interculturais, o PGTA simboliza a passagem do sofrimento histórico à ação propositiva. Sua elaboração começa em 2007, com apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e da Associação Metareilá, e é concluída em 2012.

Segundo o documento, o PGTA é “um instrumento político, técnico e espiritual” que visa orientar o uso sustentável do território, fortalecer a cultura e garantir a autonomia das gerações futuras: “Nosso plano não é de governo, é de vida. É um plano para manter a floresta em pé e o nosso povo de pé também.” (SURUÍ, 2010, p. 82)

A metodologia do Plano baseou-se em oficinas comunitárias nas 26 aldeias. Anciãos, mulheres, jovens e pajés participaram da identificação de problemas e propostas. Cada decisão foi tomada por consenso, segundo o princípio Paiter de que “a palavra é o caminho do acordo”: “Cada aldeia

desenhou seu mapa, contou sua história e definiu o que é importante proteger. O mapa é o nosso rosto na terra” (Depoimento de liderança Paiter, in METAREILÁ, 2012).

As ações do Plano são articuladas, monitoradas e estão subdivididas em cinco grandes eixos e uma série de atividades e indicadores conforme mostra o quadro 02 a seguir.

Quadro 02: Planejamento dos Paiter Suruí para os próximos 50 anos

	Atividade	Indicadores
Sócio demográfico	Planejamento Familiar	• Melhoria na taxa de nascimento; • Melhoria dos indicadores mortalidade; • Interferência no cenário atual de migração para a cidade, com a criação de condições de desenvolvimento sociocultural na TI.
Etno-cidadania	Formar indígenas na área de saúde em todos os níveis educacionais/ Aposentar idosos/ Fortalecer medicina tradicional.	• Número de aposentadorias e benefícios sociais concedidos após o início do projeto; • Melhoria na qualidade do ensino indígena e das escolas de ensino fundamental ofertado para os Paiter Suruí; • Escolas que oferecem ensino médio e superior dentro da TI; • Postos de saúde comunitárias funcionando; • Nº de casas com banheiro básico completo e com acesso à água tratada; • Nº de aldeias com coleta de lixo.
Conservação e Proteção da biodiversidade da TI	Proteger limites TI/ Manejar os recursos naturais e dos roçados/ Formar Agentes Ambientais Indígena/Formar indígenas nas áreas ambientais no curso superior/ Reflorestar área desmatada/ Obter roçados sustentáveis/ Implantar Sistema agroflorestais/ Recuperar sementes indígenas/Desenvolver ecoturismo/Implementar Serviços Ambientais	• Reavivar marcos dos limites da TISS; • Realizar expedições de fiscalização dos recursos naturais da TI; • Contratar indígenas para trabalho de Fiscalização ambiental da TI; • Programa Conservação Etnoambiental da TI; • Criar novas aldeias e áreas de reflorestamento; • Diminuir a exploração ilegal de madeira; • Adotar medidas de uso sustentável dos recursos naturais da TI; • Preparar estruturas para o turismo; • Aumentar número de turistas na terra indígena; • Implementar Projeto de carbono; • Manejar recursos hídricos.
Governança	Fortalecer Sistema de Governança Tradicional	• Tomada de decisões através de representantes de clãs a partir da demanda da comunidade; • Realizar reuniões periódicas entre os Diretores de Associações Indígenas e os chefes dos clãs para discutir, avaliar e monitorar o andamento do projeto; • Criar espaço para reclamações; • Realizar reuniões gerais para disseminação de informações e resultados; • Realizar reuniões quando solicitado entre indígenas e entre parceiros quando necessário.
Aspectos Culturais	Valorizar cultura	• Realizar festas e ritos tradicionais nas 10 aldeias (5); • Construir casas tradicionais nas aldeias; • Valorizar a produção de produtos locais para comércio (agrícolas, artesanatos, etc.); • Realizar pesquisas etnográficas realizadas para a documentar a cultura e história dos Paiterey; • Realizar e divulgar exposições sobre a cultura; • Valorizar as práticas tradicionais de cura e promoção à saúde.

Fonte: METAREILÁ, 2010.

Como se vê, a grande finalidade do plano é gerar os benefícios necessários para a valorização da cultura, fortalecimento identitário e a conservação de sua terra. No tocante aos aspectos culturais deste plano,

notamos que uma das atividades é “Realizar e divulgar exposições sobre a cultura”. E é justamente aí que entram em ação as novas tecnologias da informação e comunicação que vão auxiliar de modo decisivo na divulgação e consequentemente na concretização do Plano.

Na análise do plano, verifica-se que está organizado em eixos estratégicos que contemplam:

- a) *a preservação ambiental*, com destaque para o monitoramento da floresta e combate a invasões;
- b) *o fortalecimento c* Em entrevista concedida, Labiway Saga (líder maior), Almir Narayamoga Suruí, ainda em 2018, detalha *ultural*, com ações voltadas ao ensino da língua materna, práticas rituais e cosmologias;
- c) *a autonomia econômica*, por meio do manejo sustentável de produtos da floresta; e
- d) *a gestão participativa*, assegurada pelo Parlamento Paiter, instância de decisão interna que legitima as diretrizes.

Essa estrutura evidencia a capacidade dos Paiter de construir um projeto de futuro próprio, em que ancestralidade e inovação tecnológica não se opõem, mas se complementam.

O PGTA reafirma a concepção de território enquanto espaço usado e apropriado, nos termos de Milton Santos (1999). Para o autor, o território só adquire sentido quando vivido, experimentado, carregado de práticas cotidianas. Essa visão rompe com concepções meramente jurídicas de terra, pois insere dimensões simbólicas e culturais. É exatamente isso que ocorre no caso Paiter: o plano é um instrumento de uso e de pertencimento, que organiza não apenas o espaço físico, mas a vida coletiva em todas as suas dimensões.

2.5.1 Dimensão cultural, econômica e simbólica

Do ponto de vista cultural, o PGTA é também uma estratégia de resgate. A intensificação do contato nas décadas de 1970 e 1980 trouxe rupturas profundas às práticas sociais, ameaçando a transmissão intergeracional dos saberes. Nesse sentido, o plano estabelece mecanismos de fortalecimento da língua Paiter, da oralidade e dos rituais. Bonnemaïson (2002, p. 91) enfatiza que *“não há território sem cultura, nem cultura sem território”*, indicando a inseparabilidade entre espaço vivido e identidade. Ao propor atividades de revitalização cultural, o PGTA reafirma que o território não é apenas chão, mas também memória e cosmologia.

Em entrevista concedida à Associação Metareilá, Almir Suruí declarou: *“O plano é nosso caminho para o futuro. Nele estão os ensinamentos dos nossos anciãos e as ferramentas que precisamos usar para proteger nossa terra”* (SURUÍ, 2019, p. 23). Essa fala traduz a essência do plano como documento híbrido, que articula saberes ancestrais e tecnologias modernas, transformando-se em epistemologia indígena de gestão territorial.

Outro eixo relevante do PGTA é a busca pela autonomia econômica. A exploração predatória da madeira por décadas gerou degradação ambiental e dependência financeira. O plano, em contraposição, aposta na valorização de cadeias produtivas sustentáveis, como o café, a castanha e o cacau. Tais produtos vêm sendo inseridos em mercados diferenciados, como o comércio justo, gerando renda sem comprometer a integridade territorial. Para Almeida Silva (2015, p. 77), *“a sustentabilidade econômica é condição indispensável para a sustentabilidade territorial”*. Assim, ao articular economia e ambiente, o PGTA reafirma o território como espaço de reprodução material e simbólica.

Entre 2012 e 2022, o PGTA proporcionou avanços: redução de desmatamento, escolas bilíngues, projetos de energia solar e sistemas de vigilância por aplicativos móveis. O plano inspirou outros povos a desenvolverem seus próprios PGTA, consolidando um paradigma de gestão que conjuga ancestralidade e tecnologia.

2.5.2 Multiterritorialidade e escalas

O PGTA também deve ser compreendido à luz da multiterritorialidade, conceito desenvolvido por Haesbaert (2007). Ao mesmo tempo em que organiza a vida nas aldeias, o plano conecta os Paiter a redes nacionais e internacionais. Parcerias com ONGs (Kanindé, Idesam), organismos multilaterais (PNUD, USAID) e empresas privadas (Google, Natura) ampliaram as possibilidades de atuação, inserindo os Suruí em fluxos globais de informação e recursos. Essa inserção, contudo, não dilui a identidade; ao contrário, fortalece a autonomia, pois confere maior visibilidade às lutas.

Nesse sentido, o PGTA mostra que o território Paiter não se limita às fronteiras da Terra Indígena Sete de Setembro. Ele se projeta no espaço virtual, nos fóruns internacionais e nas plataformas digitais. É a materialização do que Santos (2006) denominou de território em rede, no qual os sujeitos locais articulam-se globalmente sem perder suas raízes.

A perspectiva decolonial é central para compreender o PGTA. Para Boaventura de Sousa Santos (2010), a modernidade ocidental estabeleceu um “pensamento abissal” que separa saberes legítimos (ocidentais, científicos) de saberes invisibilizados (indígenas, populares). O PGTA rompe com essa lógica, pois não é mera reprodução de modelos externos, mas criação autônoma que integra cosmologias indígenas e ferramentas modernas. Trata-se, assim, de uma prática concreta de epistemologia do Sul, em que a tecnologia não se impõe de fora, mas é apropriada e ressignificada.

Em entrevista concedida, Labiway Saga (líder maior), Almir Narayamoga Suruí, ainda em 2018, detalha mais sobre o PGTA:

[...] como líder nasci e cresci lá, vendo todos os desafios enfrentado por esse povo e também na região. Nós criamos um Plano de 50 anos, é uma estratégia de 50 anos, foi construído com as nossas ideias, com a nossa participação, então, ela tem que ser um resultado do nosso trabalho. Nós temos que ter protagonismo em relação a isso. Já tem uns 10 anos que estamos construindo esse plano de 50 anos dos Paiter Suruí. Ele foi importante para a conquista de alguns momentos da luta dos Paiter Suruí, uma dessas lutas é o Paiter Suruí sair fora dos

madeireiros ilegais de hoje. Também temos alguns parceiros potências que estão consolidados ao grupo de parceiros dos Paiter Suruí, como USAID, GOOGLE, KANINDÉ, ACT, IDESAN, FLOREST TREND, FUNBIO. Então, o plano pós-diagnóstico, orientou para que pudesse construir essa relação, de diferentes parceiros (Governos e ONGs) que têm diferentes ideias, isso é uma conquista. (SURUÍ, ALMIR. Entrevista concedida em 18 de setembro de 2018).

A fala de Almir nos conduz ao que Pinto (2009), afirma sobre as Tecnologias da Informação visto que se tornaram para alguns desses povos, objeto de lutas, ferramenta para competir com os meios de comunicação, para unir povos de vários lugares do Brasil e do mundo. A teoria da autora aponta para uma reinvenção cultural. Sobre este processo, Almeida Silva (2012; 2015a; 2015b) os indígenas têm desenvolvido métodos e estratégias de resistência, principalmente nas últimas décadas, e se organizaram na defesa de seus interesses, inclusive territoriais, direitos estes, elementares.

Essa apropriação fica evidente no uso de drones, GPS e imagens de satélite para monitorar invasões. Ao mesmo tempo em que mantém expedições tradicionais de vigilância, os Paiter utilizam essas ferramentas para registrar provas e denunciar crimes ambientais em escala global. É o arco e flecha que se metamorfoseia em TICs, confirmando a tese desta pesquisa de que as tecnologias constituem o novo arsenal simbólico de defesa territorial.

2.5.3 O PGTA como marco de reterritorialização

O PGTA pode ser considerado um marco de reterritorialização. Se a história recente dos Paiter foi marcada por desterritorializações forçadas - epidemias, invasões, projetos estatais -, o plano é a resposta criativa que restabelece o protagonismo indígena. Ele organiza a vida coletiva, fortalece a cultura, assegura sustentabilidade econômica e conecta o povo a múltiplas escalas de ação. Como afirma Haesbaert (2004, p. 52), *“a luta pelo território é também luta pela multiterritorialidade, pela possibilidade de habitar simultaneamente diferentes escalas”*.

O PGTA não é apenas um documento técnico, mas um projeto civilizatório indígena, que articula passado e futuro, tradição e inovação. Ele confirma que, para os Paiter Suruí, o território é sempre lugar de resistência, e que a tecnologia, longe de significar assimilação, pode ser ressignificada como novo arco e flecha, assegurando a continuidade histórica em pleno século XXI.

Em suma, observa-se que percurso histórico dos Paiter Suruí, marcado por intensas lutas, epidemias e invasões, revelou a fragilidade e ao mesmo tempo a resiliência de sua organização socioterritorial. Se, por um lado, a violência do contato produziu deslocamentos e perdas culturais, por outro, estimulou a criação de estratégias inovadoras de sobrevivência. Nesse sentido, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) emerge como resposta estruturada a esse passado de desterritorializações, configurando-se como projeto de reterritorialização coletiva, em que o povo busca resgatar seus fundamentos culturais e projetar novos caminhos para o futuro.

A sistematização do PGTA evidencia ainda como os Paiter conseguiram traduzir em planejamento suas demandas históricas e culturais, articulando memória ancestral e governança participativa. Contudo, a efetivação desse plano só se tornou viável por meio da apropriação das tecnologias contemporâneas, que ampliaram as formas de vigilância ambiental, fortaleceram a comunicação com parceiros e deram visibilidade internacional às lutas do povo. Assim, ao mesmo tempo em que o PGTA reafirma o território como espaço de resistência, o contato com as TICs revela-se como instrumento indispensável para atualizar as práticas de defesa e consolidar o novo arco e flecha na contemporaneidade

2.6 Contato com as novas tecnologias e o território tecnoancestral

O contato dos Paiter Suruí com as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) representa uma transformação profunda. Longe de configurar ruptura, tornou-se continuidade simbólica das práticas ancestrais de observação, comunicação e defesa territorial. A tecnologia, reinterpretada à luz da cosmologia indígena, integra o território tecnoancestral — espaço no qual

tradição e inovação coexistem, ampliando a presença e o poder político dos povos originários. “Quando usamos o celular, o computador ou o drone, não deixamos de ser Paiter. Estamos apenas aprendendo a lutar com outras flechas” (SURUÍ, 2010, p. 95).

2.6.1 O uso das TICs na comunicação e no monitoramento

A apropriação começou nos anos 2000, com acesso à internet via parcerias. Com o tempo, TICs tornaram-se centrais para monitoramento ambiental, gestão territorial e divulgação cultural.

Figuras 08 a 10: Fontes de recursos do Plano de Gestão do Povo Suruí; treinamento dos Suruí pela Google; divulgação cultural pelas redes sociais



Fonte: SURUÍ, 2020.

Figura 3. Fontes de recursos do Plano de Gestão do povo Suruí.

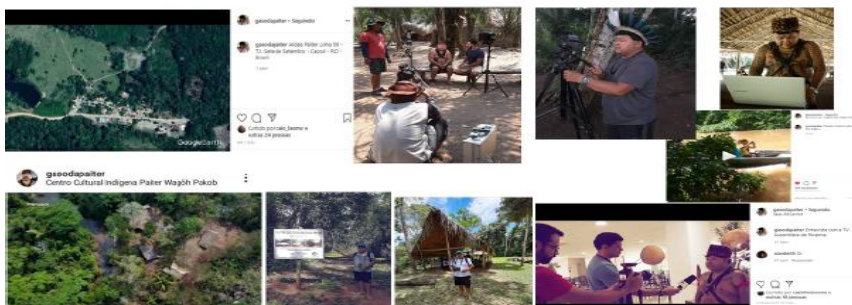
Rebecca Moore, cientista responsável por projetos ambientais do Google: lado esquerdo em treinamento com os índios Suruí e ao lado direito ensinando Almir Suruí a usar o Google Earth



Fonte: Associação KANIDÉ, 2012, adaptado por autores, 2020.

Figura 4. Suruí em treinamento pela Google, 2012.

A divulgação da cultura Suruí nas redes sociais utilizando ferramentas como: Google Earth, drones, câmeras filmadoras, notebook, celular e câmera fotográficas



Fonte: via instagram @gasodapaiter, 2025.

Como se vê, os Suruí receberam cooperação de grandes organismos nacionais e internacionais de suporte tecnológico. O modelo de gestão territorial implantado possui novas estratégias para mudar um cenário devastado depois do contato com o não indígena.

O ingresso no universo digital e tecnológico implicou profundas transformações na dinâmica social dos Paiter Suruí, exigindo adaptações em seus modos de organização, mas também abrindo novas possibilidades de resistência. Esse movimento não significa ruptura com a tradição, mas sua ressignificação, na medida em que as tecnologias passam a ser incorporadas como extensão do território vivido. É nesse contexto que as TICs consolidam-se como ferramentas centrais de resistência cultural e política, permitindo que o povo reafirme sua identidade, denuncie violações e dialogue em múltiplas escalas, do local ao global.

A partir de 2007, os Paiter passaram a utilizar GPS e imagem de satélite para mapear invasões e registrar biodiversidade, alimentando o SIG-Paiter. Em 2014, implantaram projeto de monitoramento participativo com drones e aplicativos móveis, entre as primeiras comunidades indígenas da América Latina a adotar tais tecnologias para conservação. “A imagem que o drone faz da floresta é também uma reza. Ele mostra ao mundo que a floresta vive e fala conosco” (Depoimento de jovem Paiter, in METAREILÁ, 2020).

A apropriação das TICs como instrumentos de luta projeta o povo Paiter em novos espaços de visibilidade e protagonismo, transformando o que antes era vulnerabilidade em força estratégica. Nesse cenário, a metáfora do “novo arco e flecha” adquire sentido pleno: se no passado o arco e flecha defendia fisicamente o território, no presente as tecnologias digitais defendem-no simbolicamente e politicamente, assegurando a continuidade das territorialidades indígenas em meio às pressões da globalização. As tecnologias digitais tornaram-se, portanto, instrumentos de expressão cultural. Jovens Paiter produzem documentários e registros rituais, veiculados em festivais e redes. Filmar é “pintar com a luz”, gesto simbólico que prolonga pinturas corporais e cantos. “Antes, o branco filmava a gente. Agora, somos nós que filmamos o

branco e mostramos nossa verdade.” (Depoimento de jovem cineasta Paiter, 2022).

O percurso desenvolvido neste capítulo demonstrou que a Nação Paiter Suruí é exemplo de resistência, reinvenção e inovação. Desde o contato traumático até o protagonismo em gestão e tecnologia, os Paiter afirmam que a luta pela terra e pela autonomia é também afirmação ontológica de existir segundo seus modos de ser, saber e viver.

A construção do PGTA e a incorporação das TICs demonstraram que os Paiter não apenas resistem, mas criam. O conceito de território tecnoancestral encontra neles sua expressão concreta — um território que é corpo, memória, floresta e rede digital. Essa síntese expressa a coexistência de múltiplos mundos em um mesmo espaço, articulando tradição e inovação. “Nosso território está na terra e na nuvem. Nossos ancestrais estão na floresta, mas também nas imagens e nas palavras que compartilhamos” (Depoimento de liderança Paiter, 2023).

O próximo capítulo, “A tecnologia como o novo arco e flecha”, aprofundará a análise de como as TICs, apropriadas de forma crítica e criativa, tornam-se instrumentos de emancipação, visibilidade e reterritorialização simbólica.

CAPÍTULO 03 - AS TECNOLOGIAS COMO O NOVO ARCO E FLECHA NO POVO PAITER SURUÍ: um território tecnoancestral

Imagem 01: Da esquerda para direita: Agamenon Suruí, Almir Narayamoga Suruí (líder maior e representante do povo) e Mopiry Suruí



FOTO: ALMIR SURUÍ, 2025.

A análise das entrevistas realizadas com lideranças e membros do povo Paiter Suruí insere-se em um percurso investigativo que, até aqui, percorreu o debate teórico sobre território - Capítulo I; e os processos históricos de desterritorialização e resistência - Capítulo II. Se, por um lado, o contexto histórico evidenciou as violências e rupturas impostas pelo contato com a sociedade nacional, e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) se consolidou como resposta estratégica de reorganização e resgate cultural, as entrevistas aprofundam o olhar sobre a forma como as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são vivenciadas e ressignificadas pelos próprios sujeitos.

A metáfora do “novo arco e flecha”, recorrentemente mencionada nas falas, traduz não apenas a incorporação de novos instrumentos, mas uma mudança de paradigma: o território não é defendido apenas por meios físicos, mas também por dispositivos digitais que asseguram vigilância, comunicação e visibilidade global. Essa perspectiva conecta-se diretamente à noção de território usado de Milton Santos (1999), pois revela que o espaço vivido pelos Paiter agora também se expande ao universo virtual, no qual a identidade coletiva é reafirmada e projetada em múltiplas escalas.

Nesse sentido, as entrevistas constituem um campo empírico privilegiado para compreender como as tecnologias não apenas ampliam a capacidade de defesa e denúncia, mas também fortalecem o vínculo entre cultura e território, assegurando que a luta Suruí seja reconhecida em esferas locais, nacionais e internacionais. Ao trazer a voz dos sujeitos, esse tópico confere densidade ao argumento central da tese: de que as TICs configuram-se como o novo arco e flecha dos Paiter Suruí, ressignificando o território em pleno século XXI e reafirmando sua presença como protagonistas na Amazônia brasileira.

Em 04 de fevereiro de 2025, em entrevista concedida pela liderança maior Almir Narayamoga Suruí (imagem 01), na sede da FUNAI, em Cacoal, Rondônia, e também pelo atual superintendente estadual da Secretaria dos Povos Indígenas do Estado de Rondônia, Gasodá Suruí, em Porto Velho, ambos afirmam como as novas tecnologias da informação e comunicação têm ajudado no processo de reestruturação da cultura Paiter diante as mudanças tecnológicas do novo século. O objetivo dos questionamentos foi compreender

a influência da tecnologia da informação e da comunicação dentro do território dos Paiter Suruí, no Território Sete de Setembro.

Com o intuito de organizar e sistematizar as informações obtidas na entrevista com Almir Narayamoga Suruí, elaborou-se o Quadro 03, que apresenta de forma sintética a estrutura das perguntas aplicadas e seus respectivos objetivos analíticos. A adoção da tabela justifica-se pela necessidade de conferir maior clareza metodológica ao processo de coleta de dados, evidenciando os principais eixos temáticos que nortearam a investigação: o contexto histórico do povo Paiter Suruí; a relevância do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA); o papel das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como novo arco e flecha; as relações entre cultura, tradição e inovação tecnológica; a inserção em uma escala global por meio de parcerias; e, por fim, as perspectivas voltadas ao futuro e à juventude. Esses eixos permitem compreender a abrangência das questões levantadas e, sobretudo, como as falas do entrevistado dialogam com a hipótese central desta tese: a ressignificação das TICs como instrumentos de resistência e salvaguarda cultural no território Paiter Suruí.

Quadro 03 – Estruturação das perguntas realizadas a Almir Suruí

Eixo Temático	Pergunta aplicada	Objetivo Analítico
Contexto histórico	Como o senhor avalia a trajetória do povo Paiter desde o contato até os dias atuais?	Entender como a memória histórica é reinterpretada no presente.
Plano de Gestão (PGTA)	Qual a importância do Plano de Gestão Territorial para o futuro dos Paiter Suruí?	Identificar percepções sobre autonomia e reterritorialização.
Tecnologias (TICs)	Como as novas tecnologias têm contribuído para a proteção e visibilidade do território?	Analisar a metáfora do 'novo arco e flecha'.

Cultura e tradição	De que forma as práticas tradicionais (língua, rituais, cosmologias) dialogam com as tecnologias?	Explorar tensões entre tradição e inovação.
Escala global	Qual o papel das parcerias com ONGs, empresas e órgãos internacionais?	Evidenciar a multiterritorialidade e articulação em rede.
Futuro e juventude	Que mensagem o senhor deixaria para os jovens Paiter sobre o uso das tecnologias?	Projetar a continuidade cultural e tecnológica no futuro.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em entrevistas de campo

Esta síntese apresentada no Quadro 03 evidencia que as perguntas formuladas para Almir Suruí abrangem dimensões fundamentais para compreender o processo de reterritorialização Paiter. Ao articularmos os eixos histórico, político, cultural e tecnológico, observaremos, através das falas do entrevistado, que elas não apenas resgatam a memória de perdas e resistências, mas também projetam caminhos de autonomia e inovação. A metáfora do “novo arco e flecha”, recorrente em suas respostas, mostra-se atravessada por todos os eixos: do fortalecimento cultural à defesa ambiental, da gestão territorial à inserção em redes globais. Dessa forma, a tabela contribui para evidenciar a coerência entre a narrativa indígena e os referenciais teóricos da tese, reforçando a centralidade das TICs que asseguram a continuidade da identidade Paiter Suruí em múltiplas escalas.

Dando continuidade ao percurso metodológico desta pesquisa, apresentam-se a seguir as entrevistas realizadas com as lideranças Paiter Suruí, que constituem a principal fonte empírica para compreender a apropriação das tecnologias como o novo arco e flecha. As entrevistas foram conduzidas de forma semiestruturada, possibilitando tanto a exploração de eixos temáticos previamente definidos — como trajetória histórica, Plano de Gestão Territorial, uso das tecnologias, cultura e tradição, inserção em redes globais e perspectivas futuras — quanto a abertura para que os interlocutores expressassem suas

próprias interpretações e experiências. Essa abordagem buscou valorizar a voz dos sujeitos, respeitando os princípios da pesquisa decolonial e da história oral⁵, e garantindo que as falas fossem analisadas como narrativas legítimas de resistência e de produção de conhecimento.

Sob a perspectiva de Merleau-Ponty (1999), a experiência é compreendida como percepção encarnada, na qual o corpo próprio constitui o meio de relação com o mundo vivido. Dessa forma, a análise fundamenta-se na corporeidade e na percepção enquanto dimensões essenciais da fenomenologia merleau-pontyana.

As entrevistas realizadas constituem não apenas um recurso metodológico, mas um lugar de enunciação no qual os Paiter Suruí reafirmam sua história, sua identidade e sua capacidade de ressignificar práticas diante dos desafios contemporâneos. Ao evidenciarem a trajetória de perdas e resistências, a centralidade do Plano de Gestão Territorial e a incorporação das TICs como novo arco e flecha, os depoimentos dialogam diretamente com a hipótese central da pesquisa: a de que o território Paiter é permanentemente atualizado por meio da articulação entre ancestralidade e inovação. Dessa forma, os relatos colhidos não apenas enriquecem o corpus empírico, mas também reforçam a dimensão teórico-analítica da tese, demonstrando que a apropriação das tecnologias é indissociável da luta pela reterritorialização e pela continuidade cultural do povo Paiter Suruí.

O primeiro questionamento para Almir Suruí foi: Qual a sua visão no atual contexto global e como podemos compreender a importância da tecnologia da informação dentro do Território Suruí?

Então, com certeza, a tecnologia tem vantagens e desvantagens. Então, primeiro eu vou dizer assim, quando a gente inseriu essa tecnologia de informações dentro da terra indígena, a gente tinha muito medo de levar, através da tecnologia, informações negativas dentro da terra indígena que possam influenciar a juventude. E assim a gente explicou muito, orientou muito a juventude que a nossa ideia era usar a tecnologia para fortalecer o Paitéis Suruí na gestão do seu território. E isso a maior parte da juventude entendeu, igual qualquer outra

⁵ Mais do que uma técnica de coleta de dados, a história oral constitui uma abordagem teórico-metodológica de pesquisa qualitativa que se baseia na produção, registro e análise de narrativas orais, obtidas por meio de entrevistas, com o objetivo de compreender experiências, memórias, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos aos acontecimentos vividos (THOMPSON, 1992).

sociedade. É difícil dizer que cem por cento vai dar tudo certo. Então, se a maioria da juventude entendeu qual era o nosso objetivo de levar essa internet, outras formas de tecnologia dentro do território, foi importantíssimo. Então, um dos grandes principais da nossa aliança com a tecnologia foi proteger nosso território.

A fala de Almir revela que a primeira preocupação foi de alertar os jovens indígenas sobre os perigos, os pontos negativos quanto ao uso das novas tecnologias dentro da Terra Indígena, por isso o primeiro passo foi de alertá-los, orientando-os que a ideia era usar a tecnologia para fortalecer o povo na sua gestão do território.

A ideia da conversa primeira com a juventude foi estratégica para fortalecer e preparar a base para o plano de trabalho que seria feito nas décadas seguintes, dos problemas que o povo enfrentava:

Criar informações para que a gente possa levar as autoridades competentes sobre a ameaça que o nosso território tem. E isso ajudou, porque foram feitos por nós mesmos, por juventude. Então, e mesmo assim a gente tem dificuldade de proteger nosso território. Porque depois a gente foi entender por que a gente tem essa dificuldade de apenas proteger. Porque tem outras pressões externas sobre nós, povos indígenas. A própria tecnologia gerou isso também, que é consumo. Ter o melhor aparelho de celular exige que alguma fonte de receita que venha para dar suporte àquele consumo.

O resultado deste primeiro processo gerou deu certo e atualmente observa-se o trabalho utilizando as novas tecnologias em pontos cruciais dentro do território, conforme relato de Almir:

Então, hoje a gente está usando o mesmo que gerou esse problema para que a gente possa utilizar ela para buscar soluções. Como? Divulgando negócio sustentável do território. Apoiando o empreendedorismo de cada individual, cada indivíduo do país destruído dentro do território. Para que eles possam vender o melhor seu produto, como café, cacau, castanha, artesanato. Ou também ter outras iniciativas de empreendedorismo. Então, hoje também estão apoiando, conscientizando a juventude nessa área. Porque, infelizmente, a tecnologia dá oportunidade muito rápido. Por exemplo, se a gente está aqui falando, se a gente quer compartilhar, de repente isso aqui pode explodir. Ao mesmo tempo, ela está em vários lugares e vários países ao mesmo tempo.

Almir tem consciência da importância e potência que essas tecnologias ocasionarão dentro de sua Terra, conforme seu relato acima. Foi neste intuito a preocupação a priori para conscientizar a juventude dos benefícios, mas também dos malefícios que ela poderá ocasionar, conforme relato a seguir:

Então, a agilidade dela é muito importante e muito perigosa também por isso. Agora, a consciência disso tem que estar quem está dirigindo essa tecnologia. Sempre falei isso também. O problema não é ela em si, é quem está colocando a informação lá. Se eu quero colocar, inverter o problema do que eu estou falando do território, usando tecnologia, eu consigo. Porque eu vou pensar com essa ruindade, então vai indo. Então, ao mesmo tempo, eu nunca me arrependi por isso. Eu acho que isso veio se tornar uma ideia que a gente pensou muito forte. Que é dar visibilidade aos problemas enfrentados pelo território indígena. E, ao mesmo tempo, abrir o diálogo com o governo e com negócios que eu falei. Dessa forma, hoje, os suruí estão vendendo seu café à empresa Três Corações. E, ao mesmo tempo, eles estão criando vários negócios empreendedorismo individuais dentro do território que eles estão divulgando usando essa tecnologia. E assim, quando a gente fala do sustentável, garantam que o nosso território esteja se desenvolvendo de médio e longo prazo. Baseado no plano que a gente tem, que é o PGTA.

Conforme a fala, observa-se a estratégia de utilizar as novas tecnologias como forma solucionar os problemas existentes dentro do povo e assim fortalecer a cultura Suruí, principalmente na gestão do Plano Territorial, consoante ao relato a seguir:

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena. Hoje, a gente tem vários projetos implementados, divulgados dentro do território. E usando isso, né? Redes sociais, tem blogs, tem localizadores. Tanto outros que a tecnologia fortalece isso. Então, quando se fala assim, novo arma, novo flecha, né? Novo flecha do PGTA como tecnologia, acredito que é verdade. Porque informações é forte, né? Então, por exemplo, aqui mesmo eu estou fazendo essas articulações sobre a pressão que nós estamos recebendo, diretamente com as autoridades lá em Brasília. E com essa organização pronta, eu estou indo lá para sentar e discutir aí sim, verbalmente com eles. Então, quer dizer, estamos vendo na prática que se você souber usar pra quê e por quê, né? A tecnologia realmente é um aliado forte pra quem sabe usar. Dentro da sociedade como toda. Indígena, não indígena, toda. Pra você ver, tem na história da tecnologia quantos grandes líderes eles já se elegeram usando tecnologia. Usando informações, usando essas redes sociais todas, né? Então, é isso.

A nova estratégia de utilização das tecnologias gerou frutos midiáticos. Na fala acima Almir afirma a tese proposta nesta pesquisa, de que as novas tecnologias realmente funcionam como uma arma, um novo arco flecha.

Outro questionamento para Almir foi: Como você entende esses instrumentos dentro do seu território, como entende o satélite, os computadores, as máquinas fotográficas, como entende a importância desse novo arco e flecha dentro do teu território?

Bom, como que eu entendo? O satélite eu vejo que eles podem mostrar imagem, né? Que pode ajudar a gente ter essas imagens, de muitas vezes, como é que é atualizado, né? E também a... Máquinas

fotografias, computador, isso também gera outros potenciais. Hoje, os suruí têm vários comunicadores do povo paiter suruí, que são juventudes, jovens, que estão fotografando, que estão filmando, né? Divulgando os trabalhos, os problemas do território. Então, isso se torna uma informação importante. Por exemplo, agora, tem os suruí que, juventude suruí, um grupo de juventude, criaram uma rede deles que chama Lacapoi Filme, né? Lacapoi Filme é um grupo que eles estão fazendo esse trabalho de filmagem, e eles acabaram de participar de um filme com vídeos-filmes da família Morella Salles, que trata história de luta política da minha família. Do homem suruí, e de tia suruí, e nossa família, né? Que é a minha terra estrangeira, no nome do filme. Então, o maior, quase 70% da participação do filmagem, do filme, foi os paita suruí. Né? E 30% do equipe da família do Salles, lá, do Morella Salles. Então, o João, né? Porque o João tá mais presente. Então, eu vejo que esses, gerando esse filme, ou instalando museus digitais, memórias digitais e outros, são importantíssimos pra esse momento pra gente, né? Porque nós estamos, talvez, numa transição muito forte, que se a gente não cuidar, outras gerações, depois da gente, não conseguem conviver como eu já convivi com a minha cultura. Mas, talvez, graças à tecnologia, vai estar gravado, vai estar registrado, guardado, pra quando precisar, essa juventude já tenha onde buscar o socorro. Então, a importância disso é essa.

A fala de Almir revela as ações estratégicas de seu povo para promoção e divulgação através das mídias digitais. Ele acredita estar em novo momento, que ele entende como importante e de “transição”, como forma de prevenir as gerações futuras e principalmente de registro.

A terceira pergunta foi: Como o líder maior do povo suruí hoje, como você pode demonstrar todo esse potencial das tecnologias usadas pelos paiter suruí?

Eu acho que é pra demonstrar o resultado que nós já temos na prática, né? Hoje, o povo paiter suruí se torna uma referência de luta, da sustentabilidade, pelo menos no estado de Rondônia, sim, né? Nós somos de uma referência, né? Pra dizer que é possível sim, né? Você lutar, construir um país justo, uma sociedade justa, respeitando a diversidade e, principalmente, o papel da floresta, que também tem outro papel importante no equilíbrio climático, que é um das grandes ameaças que o mundo vive hoje. Então, usando as tecnologias, nós tivemos o primeiro projeto de carbono indígena do mundo. E até agora é o único. Entendeu? Até agora é o único. Então, já mostra que é possível você fazer isso. O que falta é responsabilidade. Respeitar todos os critérios e usar a política pública como ferramenta disso. E reconhecer seu direito, reconhecer seu dever e você apoiar e implementar a política pública como um direito autônomo de um povo indígena, no caso, nós. Como fazer isso acontecer. Então, também, em volta, aí estou falando, né? Quando você quer destruir, também, você consegue usar a tecnologia para destruir. O que foi construído como único no mundo, pela tecnologia, e o mesmo tecnologia destruiu pelas pessoas que não concordavam com o projeto em si. Porque, como eu falei, é o único projeto que já teve... Se deu certo lá, dá certo de novo. Então, a gente vai mostrar isso na prática. Outro resultado na prática é os parceiros. Construir parcerias com instituições privadas, com instituições de pesquisa, do ensino, com governo de várias

distâncias, município, estado, união. Você ter relação com esse povo igual para igual.

Na fala da liderança ele analisa os avanços já obtidos depois da utilização das novas tecnologias, colocando-os como destaque quanto à gestão de território. Ele acredita que grande parte disso se deve às estratégias no uso destas novas tecnologias. Também percebe que fazer parceiros estratégicos com instituições é fator importante nesta luta.

A quarta pergunta foi: historicamente falando, os Paiters estavam quase dizimados quando você trouxe a tecnologia como ferramenta estratégica de resgate cultural. Qual o resultado disso hoje, em termos populacionais?

Hoje, nossa população são aproximadamente 1.800 pessoas, chegando a quase 2.000. Então, esse crescimento é esse. Porque, como eu falei, você tem agilidade de buscar e enfrentar todo o desafio que você tem. Isso é gestão territorial. Isso é gestão territorial. A gente também usou tecnologia durante pandemias do Covid-19. Para buscar apoio e também para comunicar entre nós, Paitê Suruí, dentro do território. Assim, a gente conseguiu manter isolamento no nosso território. E mesmo assim, nós fomos o maior povo indígena afetado na nossa região pelo Covid-19. Se a gente não tivesse toda essa estrutura para buscar apoio para enfrentamento desse nível. Se a gente não tivesse, talvez seria mais pior. Porque assim a gente conseguiu apoio de muita gente para ajudar a gente durante pandemias. E uma dessas é o apresentador Luciano Huck. Ele, quase um ano todo, ele apoiou o isolamento do povo Paitê Suruí com o seu apoio. E a gente articulando, só usando WhatsApp, mandando vídeo, fazendo essas articulações.

Observa-se na fala acima que o povo teve uma expressa quanto ao quantitativo populacional. Em momentos pandêmicos o povo teve parceiros importantes para ajudar, uma vez que da região, foi o mais afetado pelo vírus. Parceiros famosos no mundo do entretenimento como o apresentador Luciano Huck foi parte importante no enfrentamento da Covid. Outro ponto importante que Almir destacou no uso destas tecnologias é na área da saúde:

E agora, muitas vezes, com extrema necessidade, a gente usa telemedicina. Entendeu? Então, a potência da tecnologia é essa. Mas, como eu falei, você tem que saber usar. Em seu favor. Em favor da sociedade. Então, isso a gente tenta fazer. Então, a gente tem, a gente usa muito essa telemedicina dentro do território. Quando a gente precisa. Quando alguém está passando mal, a gente liga para alguns médicos que conhecem a gente.

A área da saúde também é ponto favorecido dentro do território, quebrando as barreiras visíveis e invisíveis que o povo enfrenta. Na sua fala final ele faz uma análise da influência tecnológica, do potencial em pleno 2025 exercido dessa tecnologia dentro do território Paitê Suruí:

Hoje, eu, como líder maior, posso afirmar que a tecnologia da informação é o nosso novo arco e flecha. Como disse sua tese. Então, como líder maior do povo Paitê Suruí, eu reafirmo que a tecnologia de informações hoje é o nosso novo arco e flecha. Por quê? Porque a gente está usando para garantir a nossa sobrevivência. À frente de um grande desafio que o mundo passa, que a Amazônia passa, pelo fator de pressões econômicas. Então, a gente tem, graças à tecnologia, a grande capacidade de dialogar e propor o propósito que nós acreditamos como um dos mecanismos para fortalecer a nossa autonomia como povo Paitê Suruí. E assim garantir o nosso direito, que possam conseguir proteger o nosso território e assim garantir a sobrevivência de cada indivíduo do Paitê Suruí. E do futuro da juventude, das crianças que estamos hoje, que possam ser reconhecidos pela política pública, pelo governo, seja quem for. Ou a gente vai enfrentar usando tecnologia, mostrando o nosso direito de querer não só usar, mas contribuir ao mundo, como é possível você desenvolver economicamente e respeitando o meio ambiente como o papel que pode agregar o seu produto sustentável.

Este é ponto chave desta pesquisa, onde observamos o próprio líder maior afirmar que as novas tecnologias da informação e comunicação funcionam como seu novo arco e flecha. Graças a esta estratégia eles podem dialogar e expor seus propósitos com forma de fortalecer principalmente sua autonomia cultural.

Para aprofundar a compreensão das falas, apresenta-se, a seguir, uma análise crítica das respostas de Almir Narayamoga Suruí, estruturada por eixos temáticos.

I. Memória histórica, perda e reorganização: da desterritorialização à agência:

As respostas de Almir retomam a trajetória de choques do contato (doenças, invasões, pressão de frentes econômicas) e, simultaneamente, evidenciam um movimento de reorganização interna a partir dos anos 1990/2000. Três elementos se destacam:

- O reconhecimento explícito das perdas humanas e culturais após o contato;
- A leitura de que a vulnerabilidade histórica não eliminou a agência;
- A identificação de um ponto de inflexão quando as lideranças passam a compor redes e elaborar um projeto próprio de futuro. Esse encadeamento confirma a chave interpretativa do Capítulo 02: o território é relação de poder e espaço vivido (RAFFESTIN; SANTOS), e, portanto, pode ser reocupado simbólica e politicamente após processos de desterritorialização. O diagnóstico histórico de Almir, longe de fatalismo, prepara o terreno para a reterritorialização.

Este contexto confirma a tese: o passado de perda não é “fim de linha”, mas condição de possibilidade para a criação de ferramentas contemporâneas de defesa - as TICs - e de instrumentos institucionais de governo do território - o PGTA.

II. PGTA como eixo de reterritorialização e governança indígena

Almir qualifica o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) como “caminho para o futuro”, articulando governança comunitária, planejamento de longo prazo e garantia de autonomia frente a pressões externas. Há três convergências fortes aqui:

- *Concepção de território usado* (SANTOS): o plano organiza práticas cotidianas (manejo, proteção, cultura), não apenas fronteiras legais;
- *Multiterritorialidade* (HAESBAERT): a vida no território conecta aldeias, órgãos públicos, ONGs e redes digitais;
- *Epistemologias do Sul* (Boaventura): o PGTA nasce de categorias internas e ressignifica conhecimentos técnico-científicos.

Almir reconhece que o PGTA não é documento estático, mas dispositivo de mobilização: cria papéis institucionais, processos de decisão (Parlamento Paiter) e protocolos de vigilância. Ao enfatizar a centralidade do PGTA para

autonomia e proteção, ele confirma que a reterritorialização Paiter é metódica e política, e não apenas reativa.

O PGTA, ao sistematizar práticas e articular escalas, abre a porta para a apropriação tecnológica como prática de governo do território (monitoramento, denúncia, visibilidade), confirmando nossa tese

III. TICs como “novo arco e flecha”: da vigilância ambiental à visibilidade global

No núcleo das respostas, Almir afirma que celular, internet, satélites, GPS e drones assumem hoje a função de defesa e afirmação antes desempenhada pelo arco e flecha. Analiticamente, isso se desdobra em quatro dimensões:

- *Defesa territorial operativa:* georreferenciamento de invasões, documentação de ilícitos, compartilhamento rápido com órgãos fiscalizadores e imprensa. A tecnologia encurta o tempo de resposta e eleva a capacidade probatória.
- *Visibilidade e diplomacia pública:* redes sociais e parcerias tornam público e global o que antes ficava invisível. A publicidade do conflito cria contenção política e apoios.
- *Arquitetura de provas e memória:* registro digital (foto, vídeo, logs) compõe memória coletiva e cadeias de evidências, instrumento crucial na disputa por legitimidade.
- *Cibertopologia do território:* ao falar das TICs como extensão da presença Paiter, Almir confirma a tese da multiterritorialidade: aldeia + floresta + ciberespaço formam um território expandido.

Este ponto da fala também é outra confirmação da tese de que as TICs são marcadores territoriais contemporâneos - armas simbólicas e operacionais que atualizam a defesa, ampliam a escala de enunciação e solidificam a reterritorialização.

IV. Tradição e inovação: complementaridade, não substituição

Almir enfatiza que o uso das TICs não descaracteriza a cultura; ao contrário, complementa práticas ancestrais (língua, rituais, cosmovisões). Há aqui um ponto metodológico e político essencial: a tecnologia não é “ocidentalizante” por si; ela é apropriada e ressignificada no interior de um projeto ético-político Paiter. Essa chave afasta uma falsa dicotomia “moderno vs. tradicional” e sustenta a categoria que você propôs no texto - o território tecnoancestral: um regime de convivência entre ancestralidade e artefatos digitais e confirmando a metáfora de que o novo arco e flecha não implica ruptura, mas metamorfose de instrumentos de proteção e enunciação do território.

V. Parcerias e escala: redes como infraestrutura de autonomia

Almir destaca o papel de parcerias (ONGs, universidades, empresas de tecnologia, organismos multilaterais) para viabilizar tanto o PGTA quanto as rotinas de monitoramento e formação. Esse ponto confirma a hipótese de que a autonomia Paiter não se dá por autarquia, mas por interdependência estrategicamente governada – escolha, curadoria e avaliação contínua de aliados e recursos. Em termos geográficos, isso reforça o território em rede (SANTOS): a coesão interna se articula a fluxos externos de tecnologia, capital social e legitimidade.

Esta interpretação confirma a tese de que a escala global não dilui a identidade; quando governada, potencializa a defesa do território e a produção de conhecimento indígena.

VI. Juventude, continuidade e pedagogias tecnopolíticas

Ao endereçar a juventude, Almir valoriza formação e responsabilidade no uso das TICs, sinalizando dois pontos de fundo:

- A tecnologia como campo pedagógico (aprender a operar ferramentas e narrativas);

- A necessidade de protocolos éticos (não expor informações sensíveis, respeitar rituais, proteger dados, evitar captura por desinformação). Essa dimensão projeta a sustentabilidade da reterritorialização para além da conjuntura, instituindo cultura de uso que alinha tecnologia a valores Paiter.

Este eixo temático confirma que a continuidade da reterritorialização exige transmissão intergeracional de capacidades tecnopolíticas, consolidando o “novo arco e flecha” como prática social e educativa.

VII. Tensões e salvaguardas, riscos identificados e respostas

As respostas de Almir também deixam ver tensões: receios dos anciãos quanto a perdas de práticas, riscos de dependência de plataformas, exposição indevida de dados sensíveis e assimetria de acesso entre aldeias. Esses pontos são valiosos porque reforçam o caráter não triunfalista da tese: a tecnologia abre oportunidades e cria novos riscos. O que as falas evidenciam é a existência de mecanismos de salvaguarda: mediação intergeracional, protocolos comunitários, decisões colegiadas no Parlamento Paiter, priorização do PGTA como norma de uso das TICs. Em vez de negar o risco, a governança Paiter o administra.

A análise deste ponto confirma que a apropriação tecnológica é política e normativamente regulada, não espontânea; daí sua potência reterritorializante.

Tomadas em conjunto, as respostas de Almir convergem para quatro teses confirmatórias:

- *Apropriação ativa das TICs*: a tecnologia não foi “implantada de fora”, mas incorporada como arma cultural e política (novo arco e flecha) em coerência com valores e objetivos Paiter.
- *PGTA como fundação institucional*: o plano é a infraestrutura de reterritorialização que permite às TICs operar com direção, prioridade e legitimidade comunitária.

- *Território expandido e multiescalar*: a presença Paiter se desenha em camadas (físico, simbólico, digital), ativando redes e obtendo visibilidade transescalar (aldeia–Estado–global).
- *Tecnoancestralidade e continuidade*: tradição e inovação se co-implicam, reforçando identidade, governança e memória; a juventude é o vetor de continuidade tecnopolítica.

Como consequência, a metáfora do “novo arco e flecha” não é mero recurso retórico; ela designa um arranjo prático-institucional que integra PGTA, TICs, protocolos comunitários e alianças em rede. Em termos geográficos, as respostas de Almir atualizam a leitura do território como prática (SANTOS), comunicação e poder (RAFFESTIN) e pluralidade de pertencimentos (HAESBAERT). Em termos decoloniais, ratificam a autoridade epistêmica indígena para definir problemas e soluções, deslocando o lugar da tecnologia de um objeto de “modernização” para um meio de autodeterminação.

Em suma, as respostas de Almir validam empiricamente a hipótese central: as TICs, ancoradas no PGTA e mediadas por governança indígena, são instrumentos contemporâneos de defesa, visibilidade e produção de verdade sobre o território - o novo arco e flecha que transforma vulnerabilidade histórica em protagonismo multiescalar.

Em outras palavras, a fala de Almir Narayamoga Suruí confirma quatro dimensões centrais da hipótese desta tese. Em primeiro lugar, evidencia-se a apropriação ativa das TICs, compreendidas não como imposição externa, mas como instrumentos ressignificados de luta e proteção — o “novo arco e flecha”. Em segundo lugar, observa-se a centralidade do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), que funciona como base institucional e normativa da reterritorialização. Em terceiro lugar, destaca-se a noção de território expandido e multiescalar, que articula a vida nas aldeias, o espaço físico da floresta e a presença digital em redes nacionais e internacionais. Por fim, confirma-se a perspectiva da tecnoancestralidade, em que tradição e inovação não se opõem, mas se complementam, garantindo a continuidade cultural e política do povo Paiter Suruí.

Cabe ressaltar ainda que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação pelos Paiter Suruí não se dá de forma indiscriminada, mas obedece a protocolos comunitários de cuidado e ética. Entre esses protocolos destacam-se o respeito ao sigilo de informações sensíveis relacionadas ao território, a necessidade de consentimento prévio para registros audiovisuais e a proteção da imagem e da palavra dos sujeitos. Esses cuidados revelam que o “novo arco e flecha” não se limita ao uso técnico das ferramentas, mas incorpora uma dimensão ética que assegura a preservação da memória coletiva e a autonomia política frente a riscos de exposição e apropriação indevida.

À luz das análises empreendidas, propõe-se aqui o conceito de governança tecnopolítica indígena para nomear o arranjo estratégico que integra o PGTA, o uso das TICs, a atuação do Parlamento Paiter e as redes de parcerias nacionais e internacionais. Trata-se de um modelo de gestão que alia autonomia cultural e inovação tecnológica, projetando o território Paiter para múltiplas escalas sem abrir mão de sua ancestralidade. Essa governança tecnopolítica evidencia que os povos indígenas não apenas resistem às pressões externas, mas também criam formas próprias de governar a tecnologia, reafirmando sua condição de sujeitos ativos na produção de conhecimento e na defesa do território.

As tensões e salvaguardas discutidas anteriormente revelam que o processo de incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação pelos Paiter Suruí não se resume à adoção de instrumentos técnicos, mas envolve um campo complexo de disputas simbólicas e políticas. A presença das TICs introduz novas camadas de vulnerabilidade — vigilância, dependência tecnológica e exposição de dados —, mas, ao mesmo tempo, cria oportunidades inéditas de resistência e protagonismo. É nesse equilíbrio delicado entre risco e autonomia que se configuram as reterritorializações contemporâneas, nas quais a tecnologia deixa de ser um elemento externo e passa a integrar o próprio corpo social e espiritual do povo. Assim, compreender as tensões identificadas é reconhecer que a luta Paiter pela salvaguarda de seu território físico e digital não é apenas uma reação defensiva, mas uma afirmação ativa de sua existência enquanto nação - uma continuidade da territorialidade tecnoancestral construída ao longo desta pesquisa. Como afirma Milton Santos (2000, p. 63), “a técnica,

ao mesmo tempo em que submete o homem, é também o meio pelo qual ele se liberta”, o que sintetiza a ambivalência vivida pelos Paiter no uso das tecnologias como novo instrumento de resistência e autonomia.

Isto posto, temos um novo arco e flecha diante do século XXI. Substituídos pelos tradicionais, as novas tecnologias chegam como meio de defesa territorial, fortalecimento cultural-identitária para a quebra dos discursos postos como atrasados, bárbaros e primitivos. É uma nova forma do indígena pensar o “moderno” diante um mundo multifacetado e diverso.

O povo indígena Paiter Suruí, aos poucos, vai adaptando-se aos novos instrumentos disponibilizados pelo mundo altamente tecnológico oferece e entende que é necessário conhecer, estudar e adequar-se aos novos padrões sociais de seu mundo externo.

Toda essa nova forma de gerir o território nos leva a analisar o conceito de demarcador territorial, defendido por Almeida Silva (2015):

[...] Instrumentos de gestão territorial do Estado que atua sobre os indivíduos e as coletividades, o que implica em estruturas de poder [...] exercidas pelo Estado [que] opera um caráter de controle e regulação territorial [...] compostos prioritariamente pelos elementos político, cultural e étnico, ambientais, tecnológicos e de valorização dos objetos dispostos na natureza, que são responsáveis pelo continuum da existência física, cultural e territorial. (SILVA, 2015, p. 117-118)

A partir deste conceito, verificamos que um demarcador é algo que carrega interesses, desejos de controlar territórios e riquezas indígenas diante uma política estatal. Eles carregam múltiplas representações, agregam inclusive o poder simbólico. Nisto encontramos as novas tecnologias embutida neste conceito, uma vez que atualmente exercem um poder de controle neste território atuando como instrumento de gestão territorial.

Para além deste conceito também analisamos o de marcador territorial, compreendido a partir de:

[...] Símbolos que ocorrem enquanto espaço de ação, definem territorialidades vinculadas à cosmogonia e experiências sócio-espaciais e possibilitam a formação das identidades culturais e do pertencimento identitário. Sendo assim, os marcadores territoriais são experiências, vivências, sentidos, sentimentos, percepções,

espiritualidade, significados, formas, representações simbólicas e presentificações que permitem a qualificação do espaço e do território como dimensão das relações do espaço de ação, imbricados de conteúdos geográficos. (ALMEIDA SILVA, 2010, p. 106)

Observamos que tais marcadores territoriais são aquilo que possui significado para o indivíduo ou para a coletividade, aquilo que o rodeia por meio de sua ação no espaço, no ambiente material e imaterial e em suas (re)configurações nesse mesmo espaço. No caso dos Paiter Suruí, o arco e a flecha seriam exemplos de marcador, pois possuem significado fundamental: são como a extensão do seu próprio corpo, identidade desse povo. Ao adotar as novas tecnologias como ferramentas de enfrentamento e de subsistência, tornam-se estas também, marcadores territoriais. Isto nos leva a concluir que tais ferramentas transformaram-se de demarcadores para marcadores territoriais nesta T.I.

Para refletirmos melhor sobre este conceito analisemos a discursão de Carvalho Mello e Almeida Silva (2015) quando afirmam que a adoção dessas tecnologias se caracterizou aquilo que classificam como “antropofagia pós-moderna”, isto é, a capacidade de emprego de instrumentos de estratégia transcultural-territorial que visam fortalecer a cultura e a identidade, bem como se municiar para o enfrentamento dos discursos pós-colonialistas.

Diante dessas definições apontamos estas novas tecnologias como possíveis novos marcadores territoriais do Território Indígena Paiter Suruí. A compreensão é de que elas se metamorfosearam, ou seja, reconfiguraram a forma de gestar seu território. Há aí uma formatação cultural.

Para analisar com mais profundidade essa transição simbólica e prática vivida pelos Paiter Suruí diante da incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), elaborou-se o Quadro 04, que apresenta um comparativo entre os marcadores territoriais tradicionais e os marcadores territoriais tecnológicos. Esse exercício analítico busca evidenciar como elementos ancestrais de identidade, defesa e pertencimento foram, nas últimas décadas, ressignificados ou complementados por novos instrumentos, constituindo aquilo que as próprias lideranças Paiter denominam de “novo arco e flecha”.

Quadro 04: Marcadores territoriais tradicionais e tecnológicos do povo Paiter Suruí

Marcadores Territoriais Tradicionais	Marcadores Territoriais Tecnológicos (Novo Arco e Flecha)
Arco e flecha como instrumento de defesa física	Celulares, drones e GPS como defesa e monitoramento
Pintura corporal como identidade visual e simbólica	Redes sociais como identidade digital e visibilidade global
Língua Paiter como demarcador cultural e de pertencimento	Uso da língua em plataformas digitais e produção audiovisual
Rituais e cosmologias como vínculo espiritual com o território	Registro audiovisual de rituais e difusão em escala global
Cultivo agrícola tradicional e manejo da floresta	Manejo sustentável planejado via PGTA com apoio tecnológico

Fonte: Elaborado pelo autor com base em entrevistas de campo (2025).

O quadro 04 mostra que marcadores como o arco e flecha, a pintura corporal, a língua Paiter, os rituais e o cultivo agrícola tradicional, que historicamente reforçavam a territorialidade Suruí, encontram hoje correspondência em marcadores tecnológicos, como o uso de celulares, drones e GPS para vigilância, redes sociais para afirmação identitária global, mídias digitais para revitalização da língua, registros audiovisuais para difusão cultural e o Plano de Gestão Territorial (PGTA) como prática de manejo sustentável apoiado pela tecnologia. Assim, observa-se que não há ruptura entre tradição e inovação, mas sim um processo de complementaridade, em que os marcadores tecnológicos passam a desempenhar papel equivalente aos tradicionais, reforçando tanto a defesa do território físico quanto a projeção simbólica do povo Paiter em múltiplas escalas.

A análise desenvolvida até aqui evidencia que o território Paiter Suruí não é uma categoria fixa, mas um campo de interações que integra poder, cultura, técnica e ancestralidade. As práticas observadas e as narrativas coletadas demonstram que a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação ocorre de modo relacional, em um processo contínuo de

reterritorialização que combina o enraizamento na floresta com a circulação em redes digitais. Essa multiescalaridade confirma a leitura de Haesbaert (2004, p. 68), para quem “o território é sempre múltiplo e, portanto, resultado de sobreposições e deslocamentos de territorialidades diversas”. Assim, a seguir, a tabela sintetiza as categorias analíticas que emergem dessa pesquisa, articulando teoria, metodologia e experiência vivida, e revelando como os Paiter constroem, em sua prática cotidiana, uma territorialidade tecnoancestral que é, ao mesmo tempo, memória e criação.

Quadro 05: Funções analíticas dos marcadores territoriais Paiter Suruí

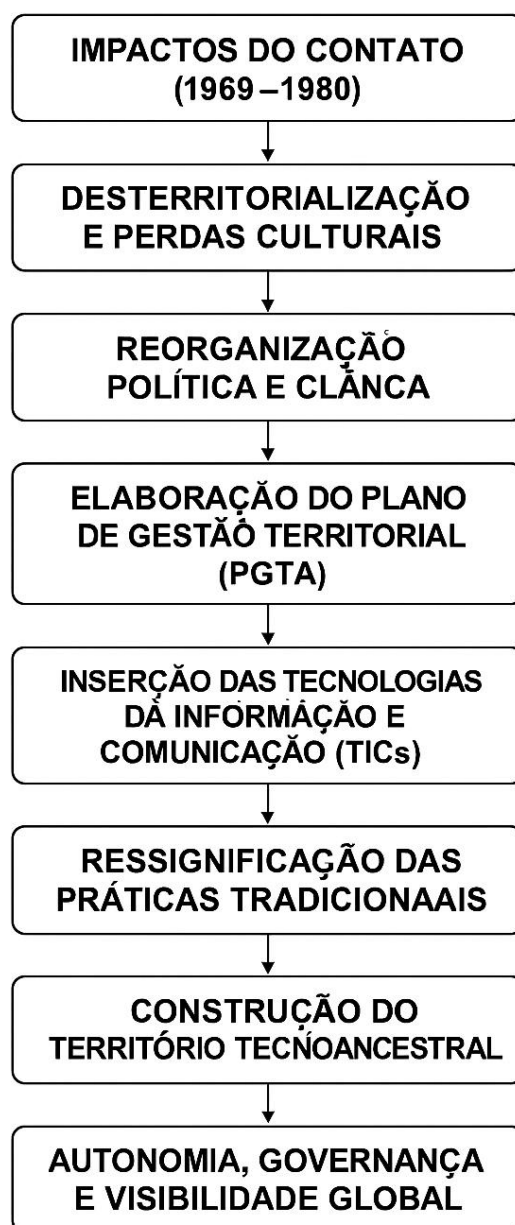
Marcador Territorial	Tipo	Função Identitária	Função Simbólica	Função Política	Função Econômica	Função Cultural
Arco e flecha	Tradicional	Reforça a identidade guerreira e de defesa	Símbolo da ancestralidade Paiter	Defesa física do território contra invasores	Produção artesanal e troca	Transmissão de técnicas entre gerações
Pintura corporal	Tradicional	Marca a pertença a clãs e grupos	Representa mitos e cosmologias	Afirmar presença em rituais e encontros políticos	Não possui função direta	Fortalece memória e oralidade
Língua Paiter	Tradicional	Expressa identidade étnica	Valoriza a oralidade e saberes tradicionais	Mobilização interna e externa	Não possui função econômica direta	Transmissão cultural e educacional
Rituais e cosmologias	Tradicional	Fortalece o pertencimento coletivo	Conecta com o sagrado e os espíritos	Legítima lideranças	Não possui função econômica direta	Manutenção da espiritualidade e da tradição
Cultivo agrícola tradicional	Tradicional	Identidade ligada ao território e à floresta	Relação com a terra como mãe	Resistência ao modelo de monocultura	Subsistência e economia local	Transmissão de práticas agrícolas
Celulares, drones e GPS	Tecnológico	Identidade indígena moderna	Novo símbolo de defesa territorial	Monitoramento e denúncias ambientais	Apoio a projetos financiados (ex.: REDD+)	Ferramenta pedagógica em aldeias
Redes sociais	Tecnológico	Identidade digital coletiva	Visibilidade e reconhecimento externo	Pressão política e denúncia pública	Geração de renda via parcerias	Difusão cultural em escala global
Uso da língua em mídias digitais	Tecnológico	Fortalece identidade linguística	Reforça símbolos culturais na internet	Reconhecimento político da diversidade	Produção de materiais educativos	Revitalização da língua e tradução cultural
Registro audiovisual de rituais	Tecnológico	Preserva memória coletiva	Torna o simbólico acessível fora da aldeia	Legítima reivindicações políticas	Produção de documentários e parcerias	Difusão cultural intergeracional
Manejo sustentável via PGTA	Tecnológico	Identidade ligada ao 'território vivo'	Símbolo de inovação e resistência	Gestão autônoma do território	Geração de renda sustentável (café, cacau, castanha)	Integra tradição e tecnologia

Fonte: Elaborado pelo autor com base em entrevistas de campo (2025), inspirado em Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Santos (1999), Bonnemaïson (2002) e Suruí (2019).

A sistematização apresentada na tabela anterior reforça que o território Paiter Suruí se manifesta como um espaço em constante recriação, onde se articulam práticas ancestrais e mediações tecnológicas. Cada categoria identificada — da resistência política ao uso das TICs — revela dimensões complementares de um mesmo fenômeno: a produção de uma territorialidade viva e insurgente. A leitura cruzada dos dados evidencia que as tecnologias, longe de desfigurar a identidade indígena, têm ampliado o alcance das práticas tradicionais, permitindo novas formas de comunicação, vigilância ambiental e gestão autônoma. Essa constatação confirma que o território tecnoancestral não é apenas uma construção teórica, mas uma realidade concreta em curso, sustentada pela ação dos sujeitos e pela força simbólica de sua cultura. Assim, o conjunto empírico aqui organizado serve como base para compreender, no próximo capítulo, como a Nação Paiter Suruí consolida sua identidade política e espiritual no entrelaçamento entre floresta, memória e tecnologia.

A partir das análises empíricas e teóricas desenvolvidas, torna-se necessário sintetizar, de modo visual e conceitual, o percurso percorrido pelo povo Paiter Suruí na construção de suas novas territorialidades. O fluxograma a seguir representa essa trajetória, articulando os processos históricos de desterritorialização às estratégias contemporâneas de reterritorialização mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Ele evidencia que o uso das tecnologias não surge como ruptura, mas como continuidade dinâmica do território tecnoancestral, no qual tradição e inovação se complementam. Assim, o diagrama não apenas organiza etapas cronológicas e analíticas, mas também revela as conexões entre memória, resistência, governança e autonomia, reforçando a tese de que as TICs constituem o “novo arco e flecha” dos Paiter Suruí.

Figura 11: Fluxo analítico da reterritorialização Paiter Suruí: do contato a tecnoculturalidade



Elaborado pelo autor, com base nos dados e análises da pesquisa (2025).

O fluxograma representa o processo histórico e simbólico de reterritorialização vivido pela Nação Paiter Suruí. As setas indicam o movimento contínuo de reconstrução territorial, em que o uso das TICs não rompe com as práticas tradicionais, mas as amplia em direção à autonomia e à governança digital indígena.

As falas de Almir Narayamoga Suruí e Gasodá Paiter consolidam, em sua materialidade discursiva, a dimensão viva da tese aqui proposta. Elas revelam que o território não é uma abstração teórica, mas uma experiência encarnada, construída na palavra e na ação cotidiana. Quando afirmam que as tecnologias são hoje o “novo arco e flecha” do povo Paiter, esses líderes traduzem, com sua própria prática, o movimento de continuidade e atualização da ancestralidade. As Tecnologias da Informação e Comunicação não se impõem como instrumentos externos de poder, mas são apropriadas como parte de uma cosmopolítica indígena, na qual a floresta, o corpo, a palavra e a rede digital se entrelaçam. Assim, o território tecnoancestral emerge como síntese entre memória e inovação, expressando a capacidade de o povo Paiter Suruí transformar o contato em reexistência, e a técnica em linguagem de autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese nasceu da inquietação em compreender como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) atravessam e reconfiguram as formas de existir, resistir e habitar dos povos indígenas da Amazônia, em especial do povo Paiter Suruí, de Rondônia. Tal inquietação não parte de um olhar externo, nem pretende interpretar o outro, mas de um movimento de escuta e coabitação com a diferença, que, na perspectiva fenomenológica e decolonial, é também um modo de existir no mundo. Assim, esta pesquisa compreendeu que o território, mais do que um recorte físico ou jurídico, constitui-se como uma experiência viva, simbólica e política - um espaço existencial que se refaz constantemente nas relações entre corpo, natureza, ancestralidade e tecnologia.

Ao longo do percurso investigativo, buscou-se demonstrar que as TICs, quando apropriadas pelos Paiter Suruí, não representam apenas um fenômeno de modernização técnica, mas uma continuidade simbólica de suas práticas ancestrais de comunicação e defesa territorial. A tese central afirmada, portanto, é que as tecnologias digitais se configuram como o novo arco e flecha dos povos Paiter, materializando a passagem de uma territorialidade estritamente física para uma territorialidade híbrida e dinâmica, onde tradição e inovação coexistem. Essa relação é sintetizada na formulação do conceito de território tecnoancestral, que define um espaço no qual o saber ancestral e o saber técnico se entrelaçam, produzindo novas formas de existência, gestão e resistência.

A pesquisa evidenciou que o processo de incorporação das tecnologias pelos Paiter não pode ser entendido como mera adaptação ao mundo globalizado, mas como um ato de reexistência, isto é, uma estratégia consciente de sobrevivência cultural e política. As entrevistas realizadas, as narrativas orais, os registros visuais e os documentos do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) mostram que, para esse povo, a tecnologia é um prolongamento do corpo e da memória - um modo de continuar existindo e comunicando-se com o mundo sem romper com os vínculos espirituais que sustentam sua relação com a floresta.

A partir dessa perspectiva, as considerações finais buscam articular as reflexões teóricas e as evidências empíricas construídas ao longo dos três capítulos que compõem esta tese, retomando o diálogo entre o pensamento geográfico, a fenomenologia e a decolonialidade. O propósito é reafirmar que compreender o território na contemporaneidade exige superar a visão eurocêntrica e utilitarista do espaço, reconhecendo-o como campo de afetos, saberes e práticas plurais.

O percurso percorrido demonstrou que o território é, antes de tudo, um modo de ser no mundo, e que as tecnologias, longe de ameaçarem a tradição, podem ser incorporadas como extensões simbólicas da vida. Assim, as considerações que seguem sintetizam as principais contribuições teóricas, metodológicas e políticas desta tese, articulando cada capítulo e reafirmando o lugar do conceito de território tecnoancestral como contribuição original ao pensamento geográfico e às epistemologias indígenas da Amazônia.

O primeiro capítulo desta tese estabeleceu o alicerce teórico que sustenta toda a discussão posterior, ao revisar criticamente o conceito de território no campo da Geografia e sua relação com as dimensões culturais, simbólicas e políticas da existência humana. Ao longo do texto, buscou-se evidenciar que o território não se reduz a uma delimitação espacial ou administrativa, mas é expressão de relações de poder, pertencimento e resistência. A leitura de autores como Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2004) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) permitiu compreender o território como uma construção social dinâmica, atravessada por disputas simbólicas e políticas, e constantemente reconfigurada pelas práticas e saberes dos sujeitos que nele habitam.

Raffestin (1993), ao propor o território como produto da ação humana sobre o espaço, ofereceu o ponto de partida para compreender a territorialização como processo relacional e intencional. Em sua concepção, “o território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sobre um espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143), o que implica reconhecer a dimensão subjetiva e política dessa ação. Essa perspectiva revelou-se particularmente fecunda para pensar as

territorialidades indígenas, pois nelas o espaço não é objeto de posse, mas de comunhão, de inscrição da vida e da espiritualidade.

Haesbaert (2004), por sua vez, ampliou essa reflexão ao introduzir a noção de multiterritorialidade, que reconhece a coexistência de múltiplas formas de pertencimento e de apropriação do espaço. Essa concepção é essencial para compreender o contexto indígena contemporâneo, no qual os povos, mesmo vivendo em territórios fisicamente delimitados, constroem também territorialidades simbólicas e digitais — espaços de presença e resistência que extrapolam a materialidade da terra. Já Porto-Gonçalves (2006) contribuiu com uma leitura decolonial e política do território, ao entendê-lo como campo de luta epistemológica, em que se confrontam saberes e racionalidades distintas, e no qual se afirmam projetos civilizatórios alternativos.

Essas formulações teóricas se mostraram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que o estudo sobre o povo Paiter Suruí e sua relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) exige compreender o território como categoria viva, não restrita à geopolítica estatal, mas enraizada em cosmologias, linguagens e modos de ser. Assim, o capítulo demonstrou que o território é também um espaço afetivo, simbólico e existencial, onde se constroem identidades e se elaboram estratégias de resistência.

A incorporação das TICs pelos Paiter Suruí, analisada posteriormente, não poderia ser entendida fora desse contexto. Ao inserir o conceito de território tecnoancestral, a pesquisa avança no debate geográfico contemporâneo, demonstrando que as tecnologias, ao invés de dissolverem as territorialidades tradicionais, podem atuar como mediadoras de sua continuidade. O capítulo I, portanto, serviu de base conceitual para compreender como a tecnologia participa da territorialização indígena, reafirmando que o espaço é também uma forma de linguagem e que o território é continuamente (re)feito nas práticas cotidianas, nas narrativas e nas mediações técnicas.

Por fim, ao recuperar o pensamento de Milton Santos (2006) e sua noção de “meio técnico-científico-informacional”, o capítulo articulou a leitura geográfica

do espaço com a compreensão crítica da modernidade. Assim, demonstrou que cada época produz seus próprios meios técnicos, e que, no caso dos povos indígenas da Amazônia, o encontro entre tradição e tecnologia revela uma nova configuração espacial: o território como experiência de interdependência entre natureza, cultura e técnica. Essa concepção, que dialoga com a fenomenologia de Merleau-Ponty e com a decolonialidade de Quijano, constitui o eixo epistemológico que sustenta toda a tese.

O segundo capítulo desta tese teve como propósito aprofundar a compreensão sobre o povo Paiter Suruí, situando-o no contexto histórico, geográfico e político da Amazônia rondoniense. Esse percurso foi fundamental para demonstrar como as experiências concretas desse povo, desde o primeiro contato até a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), refletem a trajetória de resistência, reinvenção e continuidade que sustenta a tese do território tecnoancestral. A análise do capítulo evidenciou que compreender o território Paiter é compreender uma história de enfrentamentos, deslocamentos e ressignificações permanentes, nas quais o corpo, a floresta e a tecnologia se tornam dimensões complementares da existência.

A introdução do capítulo estabeleceu uma ponte direta com o debate teórico anterior, destacando que o conceito de território tecnoancestral não nasce de uma abstração, mas de uma vivência concreta inscrita na trajetória histórica e espiritual dos Paiter. A narrativa construída revelou que esse povo não se define apenas pela delimitação da Terra Indígena Sete de Setembro, mas pela complexa rede de relações que mantêm com o ambiente, com os seres espirituais, com outras etnias e com o mundo não indígena. Assim, o território é simultaneamente espaço físico, espiritual e tecnológico - uma totalidade que expressa o modo próprio Paiter de habitar o mundo.

O capítulo detalhou o processo de formação da Nação Paiter Suruí, desde sua autoidentificação como “gente de verdade” - significado do termo *Paiter* - até as profundas transformações decorrentes do contato com a sociedade envolvente a partir da década de 1960. O primeiro contato, que se deu com agentes do Estado e frentes missionárias, marcou uma ruptura drástica com os modos de vida tradicionais, gerando epidemias, deslocamentos e perdas

territoriais. Entretanto, o capítulo demonstrou que, mesmo diante dessas violências, o povo Paiter encontrou caminhos para resistir e reconstruir seus vínculos comunitários e territoriais, afirmando sua presença política na região.

Ao discutir a localização geográfica e o contexto ambiental da Terra Indígena Sete de Setembro, o texto ressaltou a importância da floresta como elemento estruturante da cosmovisão Paiter. O território não é apenas o “lugar onde se vive”, mas o “lugar onde se é”. A mata, os rios e os animais constituem uma extensão do corpo coletivo, e qualquer agressão ambiental é percebida como ferimento à própria vida. Essa concepção ecológica e espiritual diferencia radicalmente a territorialidade indígena da lógica capitalista de uso e exploração do espaço, revelando um modo de pensar que antecipa as noções contemporâneas de sustentabilidade e reciprocidade ecológica.

Outro ponto central abordado foi a trajetória de lutas e conflitos pela terra e pela autonomia. O capítulo demonstrou como o povo Paiter se organizou politicamente, criou associações próprias e passou a atuar ativamente na defesa de seus direitos, tanto no campo institucional quanto no simbólico. O PGTA, elaborado coletivamente, emerge desse processo como uma resposta política e técnica à necessidade de autogestão territorial, integrando conhecimentos tradicionais, dados cartográficos, ferramentas de georreferenciamento e parcerias com instituições externas. Esse documento não é apenas um plano de gestão ambiental, mas um manifesto de soberania e autonomia, que expressa a capacidade dos Paiter de traduzir suas cosmologias em instrumentos contemporâneos de ação política.

A incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) aparece, nesse contexto, como uma nova etapa dessa trajetória de resistência e criatividade. O uso de drones, aplicativos, redes sociais e sistemas de monitoramento florestal não rompe com as práticas tradicionais, mas as prolonga em novas dimensões. As tecnologias digitais tornam-se, assim, prolongamentos simbólicos da ancestralidade, atualizando o arco e a flecha como instrumentos de defesa e diálogo intercultural. Esse movimento é o que caracteriza o território tecnoancestral: um espaço híbrido, onde o saber ancestral e o saber técnico coexistem, sustentados pela cosmovisão indígena.

O capítulo concluiu reafirmando que o território Paiter Suruí é, hoje, uma totalidade em movimento - simultaneamente ancestral e digital, físico e simbólico. A noção de território tecnoancestral, construída a partir dessa análise, não representa apenas uma inovação conceitual, mas uma forma de reconhecer epistemologicamente as práticas indígenas como produtivas e criadoras de conhecimento. Nesse sentido, o capítulo II consolidou o elo entre teoria e empiria, demonstrando que as tecnologias, quando apropriadas pelos povos Paiter Suruí, não dissolvem suas identidades, mas ampliam suas territorialidades, fortalecendo o diálogo entre o passado e o futuro, entre a floresta e o ciberespaço.

O terceiro capítulo desta tese representa o ponto de convergência entre os fundamentos teóricos e a experiência empírica observada junto ao povo Paiter Suruí. Ao desenvolver a análise sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o capítulo evidencia como os processos técnicos e digitais não configuram uma ruptura com a ancestralidade, mas sim uma reconfiguração das práticas territoriais e simbólicas. O arco e a flecha, instrumentos tradicionais de defesa e subsistência, são reatualizados na forma de drones, câmeras, redes sociais e plataformas de georreferenciamento, os quais passam a integrar o repertório cotidiano e espiritual dos Paiter.

Sob a perspectiva de Merleau-Ponty (1999), a experiência é compreendida como percepção encarnada, na qual o corpo próprio constitui o meio de relação com o mundo vivido. Dessa forma, a análise fundamenta-se na corporeidade e na percepção enquanto dimensões essenciais da fenomenologia merleau-pontyana.

A partir dessa perspectiva, a tese dialoga com o pensamento de Pierre Lévy (1999) e Manuel Castells (1999), que compreendem as TICs como elementos estruturantes da sociedade em rede e da nova ecologia comunicacional. Contudo, diferentemente das leituras eurocêntricas que veem a tecnologia como símbolo de progresso, a leitura Paiter reconfigura esse sentido. As TICs são apropriadas de modo crítico e criativo, se transformando em ferramentas de soberania epistemológica. Por meio delas, o povo Suruí amplia

a visibilidade de suas lutas, produz registros próprios de suas práticas culturais e denuncia, em tempo real, os crimes ambientais em seu território.

O capítulo revelou que, ao utilizar as tecnologias digitais, o povo Paiter não apenas adquire novos instrumentos, mas redefine as fronteiras da territorialidade. As ferramentas digitais expandem os limites da Terra Indígena Sete de Setembro, projetando-a para o espaço virtual e global, onde a voz indígena ganha novas formas de expressão e resistência. Essa reterritorialização, impulsionada pelas TICs, produz um fenômeno que esta tese denomina de território tecnoancestral, uma categoria que articula o material e o imaterial, o físico e o digital, a tradição e a modernidade.

O diálogo com a fenomenologia de Merleau-Ponty (1999) foi essencial para sustentar a compreensão de que a tecnologia, no caso Paiter, é incorporada como extensão do corpo e da percepção. O corpo indígena, ao manipular a câmera ou o drone, continua sendo corpo florestal, corpo territorial, corpo em comunhão com a terra. A percepção, na fenomenologia merleau-pontyana, é sempre encarnada, logo, a técnica, quando integrada à vida indígena, não aliena o sujeito, mas amplia suas possibilidades de ser-no-mundo. Dessa forma, as TICs tornam-se também modos de percepção e de presença, prolongando o olhar e a voz do povo Paiter na defesa de seu território.

A análise do capítulo III mostrou que as tecnologias digitais operam simultaneamente em três níveis: (1) como instrumentos de gestão ambiental e monitoramento do território; (2) como ferramentas de comunicação intercultural, permitindo que os Paiter dialoguem com instituições, governos e outras comunidades; e (3) como dispositivos de expressão simbólica e cultural, através dos quais a memória coletiva é preservada e compartilhada. Essa tríplice função das TICs reforça o caráter híbrido da territorialidade contemporânea e confirma o papel das tecnologias como mediadoras entre ancestralidade e inovação.

As entrevistas com Almir Narayamoga Suruí e Gasodá Paiter confirmam empiricamente essa leitura. Ambos enfatizam que o uso das tecnologias não substitui os saberes tradicionais, mas os fortalece. A metáfora do “novo arco e flecha”, cunhada por Almir, traduz a compreensão indígena de que a defesa do

território, hoje, exige também a ocupação do ciberespaço. O arco e a flecha permanecem como símbolos de identidade e resistência, mas as novas armas são as imagens, os dados e as redes, que possibilitam à nação Paiter tornar-se protagonista de sua própria narrativa.

Por fim, o capítulo consolidou o elo entre a teoria geográfica e a prática indígena contemporânea. Mostrou que o território Paiter não é apenas uma categoria de análise, mas uma experiência vivida, permanentemente atualizada pela interação entre o local e o global, entre o sagrado e o técnico. Ao propor o conceito de território tecnoancestral, esta tese contribui para ampliar os horizontes da Geografia e das Ciências Humanas, ao reconhecer que os povos indígenas não estão à margem da modernidade, mas produzem, a partir de seus próprios referenciais, outras modernidades possíveis, fundadas na reciprocidade, na memória e na sustentabilidade.

O percurso desenvolvido ao longo desta pesquisa permitiu a formulação e consolidação do conceito de território tecnoancestral, entendido como um espaço híbrido, relacional e simbólico, no qual se entrelaçam a memória ancestral e as tecnologias contemporâneas. Essa categoria nasce da observação empírica do povo Paiter Suruí, mas se inscreve também como contribuição teórica ao pensamento geográfico e às epistemologias decoloniais da Amazônia. O território tecnoancestral rompe com as dicotomias clássicas entre natureza e cultura, corpo e técnica, tradição e modernidade, propondo uma leitura do território como organismo vivo e dinâmico, constituído por redes de relações, afetos e saberes.

O termo “tecnoancestral” deriva da percepção de que, para os povos indígenas, a tecnologia nunca esteve ausente de suas práticas sociais e espirituais. O arco e a flecha, o fogo, as cestarias, os sistemas agrícolas, os cantos e rituais, são desde tempos imemoriais, expressões tecnológicas profundamente imbricadas na cosmologia e no cotidiano. O que ocorre no contexto contemporâneo é a ampliação desse repertório técnico com a incorporação de novas ferramentas - câmeras, satélites, aplicativos, redes digitais - que passam a integrar o mesmo continuum de conhecimento e prática. Desse modo, o território tecnoancestral não substitui as tecnologias tradicionais,

mas as reatualiza, mantendo viva a ancestralidade enquanto dialoga com o presente.

A formulação desse conceito está enraizada na fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty (1999), especialmente em sua compreensão de que o corpo é o ponto de interseção entre o sujeito e o mundo. Para o filósofo, a percepção é sempre encarnada, e toda técnica é uma extensão do corpo - um meio pelo qual o ser humano se abre ao mundo. Aplicada ao contexto Paiter Suruí, essa perspectiva revela que as TICs não são meros instrumentos externos, mas prolongamentos sensoriais e simbólicos do corpo coletivo da comunidade. O drone que sobrevoa a floresta, a câmera que registra uma assembleia, ou o celular que transmite um ritual não são artefatos neutros: são extensões da percepção indígena, expressões contemporâneas da corporeidade territorial.

A partir do diálogo com a decolonialidade de Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2003), o território tecnoancestral assume ainda um caráter político e epistemológico. Ele desafia a colonialidade do saber e do poder ao afirmar que o uso das tecnologias pelos povos indígenas não é imitação do Ocidente, mas exercício de soberania cognitiva. Os Paiter, ao manejar as TICs a partir de sua cosmologia, transformam-nas em instrumentos de autodeterminação. Essa apropriação subverte a lógica colonial que associa tecnologia à modernidade ocidental, demonstrando que é possível produzir tecnologias a partir do Sul, enraizadas em epistemologias ecológicas, espirituais e comunitárias.

Do ponto de vista geográfico, o conceito dialoga com as formulações de Raffestin (1993) e Haesbaert (2004). De Raffestin, herda a compreensão do território como resultado de relações de poder e de apropriação simbólica, de Haesbaert, a ideia de multiterritorialidade, que reconhece a coexistência de dimensões diversas - físicas, políticas, espirituais e digitais. O território tecnoancestral amplia essas perspectivas ao incorporar a dimensão tecnológica como campo de experiência e mediação. Nesse sentido, o ciberespaço é compreendido não como um “não lugar”, mas como extensão do território vivido,

um novo domínio de presença e comunicação que prolonga as territorialidades indígenas em escala global.

A consolidação do conceito, portanto, resulta de uma síntese entre três matrizes teóricas complementares: (1) a fenomenologia, que permite compreender a tecnologia como extensão da percepção e da corporeidade; (2) a decolonialidade, que reposiciona o uso das TICs como ato político e epistemológico de resistência; (3) a geografia crítica, que oferece os instrumentos conceituais para interpretar o território como campo de poder e identidade.

Essas três dimensões convergem para revelar que o território tecnoancestral é um espaço em constante produção, simultaneamente físico e digital, espiritual e técnico, local e global. Ele é, acima de tudo, um território de reexistência, no qual os povos indígenas, diante da colonialidade e da globalização, reinventam suas formas de habitar o mundo.

No caso dos Paiter Suruí, o território tecnoancestral se manifesta na prática cotidiana: no uso das tecnologias para proteger a floresta, no registro audiovisual dos rituais, na gestão compartilhada do PGTA, e na presença ativa nas redes digitais. Cada uma dessas ações expressa a síntese entre tradição e inovação, entre o cuidado ancestral e a intervenção técnica. Assim, o conceito formulado nesta tese não apenas descreve uma realidade empírica, mas propõe um novo paradigma interpretativo para os estudos geográficos e antropológicos na Amazônia.

Em última instância, o território tecnoancestral revela que a tecnologia, quando incorporada segundo lógicas comunitárias e espirituais, pode tornar-se ferramenta de cura, comunicação e continuidade. Ao unir o ancestral e o contemporâneo, o local e o global, o território tecnoancestral representa um novo horizonte epistemológico: um modo de pensar e viver o espaço que desloca o centro da modernidade, reinscrevendo os povos indígenas como produtores de conhecimento e como protagonistas da era digital.

A partir do percurso teórico e empírico desenvolvido nesta pesquisa, torna-se possível afirmar que o território, enquanto categoria central da

Geografia e das Ciências Humanas, precisa ser constantemente revisitado, à luz das novas experiências de vida e resistência que emergem no mundo contemporâneo. A vivência do povo Paiter Suruí, atravessada pela memória ancestral e pela incorporação crítica das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), desafia os paradigmas tradicionais e evidencia a necessidade de repensar o espaço como uma realidade plural e insurgente.

O conceito de território tecnoancestral, formulado a partir dessa experiência, não é apenas um produto teórico, mas uma tradução epistemológica de práticas concretas que articulam o passado e o futuro, o corpo e a técnica, a floresta e a rede. Esse conceito rompe com a linearidade da modernidade ocidental e propõe um entendimento relacional do território, no qual as tecnologias digitais se tornam prolongamentos simbólicos da ancestralidade. A partir dessa perspectiva, a tecnologia deixa de ser vista como elemento de ruptura para tornar-se mediadora de continuidade - elo entre o conhecimento tradicional e os novos modos de habitar o mundo.

Em termos metodológicos, a pesquisa demonstrou que o diálogo entre a fenomenologia e a decolonialidade é não apenas possível, mas fecundo. Enquanto a fenomenologia de Merleau-Ponty permitiu compreender o território como experiência encarnada e perceptiva, a decolonialidade de Quijano, Mignolo e Walsh revelou as dimensões políticas e epistêmicas dessa experiência. O cruzamento entre essas matrizes teóricas possibilitou construir uma leitura que reconhece a corporeidade indígena e sua relação sensorial com o espaço, sem ignorar as assimetrias históricas que marcam a produção do conhecimento e o uso da tecnologia na América Latina. Assim, esta tese contribui para uma epistemologia geográfica situada, crítica e aberta às cosmologias não ocidentais.

A experiência Paiter Suruí mostrou que a incorporação das TICs não representa assimilação cultural, mas reexistência — uma forma de retomar a agência sobre o próprio destino, de ocupar também os espaços digitais e discursivos onde a colonialidade antes se impunha. O PGTA, os registros audiovisuais, o monitoramento ambiental via drones e a comunicação em rede constituem expressões dessa nova territorialidade, em que o saber ancestral e

a técnica moderna se complementam. O território tecnoancestral, portanto, é mais do que uma metáfora; é uma realidade vivida, uma práxis cotidiana que desafia o sistema colonial e propõe um novo paradigma de coexistência.

Reafirma-se, assim, a tese que orientou esta investigação: *as Tecnologias da Informação e Comunicação, quando apropriadas pelos povos indígenas, configuram-se como o novo arco e flecha*, isto é, como instrumentos de defesa, visibilidade e continuidade cultural. Essa metáfora, ancorada na experiência dos Paiter Suruí, simboliza a passagem de uma lógica de resistência física para uma resistência comunicacional, ambiental e epistemológica. O arco e a flecha, agora, disparam imagens, dados e narrativas, atravessando fronteiras e reafirmando o direito de existir em um mundo que, muitas vezes, tenta invisibilizar as vozes indígenas.

O conceito de território tecnoancestral consolida-se, portanto, como contribuição original desta tese à Geografia e aos estudos sobre povos indígenas e tecnologia. Ele propõe um olhar que não separa o humano do técnico, nem o ancestral do contemporâneo, mas compreende o território como teia de relações interdependentes, atravessadas por afetos, memórias e práticas comunicacionais. Trata-se de uma nova categoria analítica e política que permite compreender os modos indígenas de habitar a modernidade sem submeter-se a ela, afirmando outras formas de viver e conhecer.

Por fim, esta tese reafirma que o território tecnoancestral não pertence apenas aos Paiter Suruí, mas se projeta como possibilidade teórica e ética para pensar os desafios do século XXI. Em um mundo marcado por crises ambientais, epistemológicas e civilizatórias, as práticas indígenas de relação com a terra, a técnica e o sagrado oferecem caminhos para reconstruir a coexistência entre humanidade e natureza. O território tecnoancestral é, nesse sentido, uma proposição de esperança — uma categoria que nos convida a compreender a tecnologia não como instrumento de dominação, mas como linguagem de reconexão, um novo arco e flecha lançado em direção a futuros possíveis.

O novo arco e flecha é digital, mas continua sendo ancestral. Que esta tese seja um arco de ideias e flechas de palavras lançadas em defesa dos territórios vivos da Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades e identidade do coletivo Kawahib da terra indígena URU-EU-WAU-WAU em Rondônia: Orevaki Are (Reencontro) dos marcadores territoriais**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- ARNT, R.; PINTO, L. **Paiter Suruí: o povo da floresta**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- ASSOCIAÇÃO METAREILÁ. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Paiter Suruí**. Cacoal: Associação Metareilá, 2012.
- _____. **Relatório de monitoramento ambiental da Terra Indígena Sete de Setembro**. Cacoal: Associação Metareilá, 2019.
- _____. **Relatórios de governança, tecnologias e memória Paiter Suruí (2010–2022)**. Cacoal: Associação Metareilá, 2022.
- BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-132.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.
- GINSBURG, Faye. **Indigenous media from U-matic to YouTube: media**

sovereignty in the digital age. Sociologia & Antropologia, v. 1, n. 1, p. 93–114, 2011.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

ESCOBAR, A. **Territories of difference: place, movements, life, redes.** Durham: Duke University Press, 2014.

FARIA, I. F. **Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: propostas interculturais para autonomia.** In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: CES, 2018. p. 133-164.

FEENBERG, A. **Transforming technology: a critical theory revisited.** New York: Oxford University Press, 2002.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia, v. 9, n. 17, 2007.

HENRIQUES, Cláudio. **Turismo, cidade e cultura: Planeamento e gestão sustentável.** Lisboa: Sílabo, 2003.

HOLZER, W. **O lugar na geografia: o espaço vivido.** Revista Território, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 65-76, 1997.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Terra Indígena Sete de Setembro: diagnóstico ambiental e sociocultural.** São Paulo: ISA, 2018.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARANDOLA JR., E. **Fenomenologia e geografia: notas introdutórias sobre uma aproximação possível**. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 27-45, 2008.

MELLO, Kelli Carvalho; SILVA, Adnilson de Almeida. Os Paiterey e a tecnologia: antropofagia pós-moderna. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 149-166, 2016. Portal de Periódicos da UEM. Disponível em: <https://moderna/links/5776b42e08ae4645d60d7f70/OS-PAITEREY-E-ATECNOLOGIAANTROPOFAGIA-POS-MODERNA.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGNOLO, W. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINDLIN, Betty. **Diálogos na floresta: narrativas indígenas e antropologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MONDARDO, M. L. **Territórios e territorialidades: uma leitura a partir da geografia crítica e da decolonialidade**. Revista GeoGraphos, Alicante, v. 5, n. 63, p. 45-67, 2014.

PAPPIANI, Â. **Tecnologias indígenas: esplendor e captura**. Outras Palavras, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/eurocentrismoemxeque/tecnologiasindigenasesplendor-e-captura/>. Acesso em: 25 set. 2025.

PEREIRA, P. C. B. **O novo arco e flecha dos povos indígenas: as novas tecnologias como salvaguarda do povo Paiter Suruí em Cacoal, Rondônia.** 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Novas tecnologias e povos indígenas na Amazônia.** Revista Sociedade e Cultura, v. 12, n. 1, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Geografia política e desenvolvimento sustentável.** Terra Livre, n. 11-12, p. 9-76, 1992.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

_____. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RELPh, E. **Place and placelessness.** London: Pion, 1979.

RIBEIRO, Berta G. **Cultura material dos índios da Amazônia.** Rio de Janeiro: MEC; Museu Nacional, 1985.

RIBEIRO, Berta. **Tecnologia indígena: tradição e criatividade.** São Paulo: Melhoramentos, 1985.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-71.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. O território e o dinheiro. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SAQUET, M. A. **Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Adnilson de Almeida; LEANDRO, E. L. Questão indígena na Amazônia, a especificidade de Rondônia: algumas considerações. In: AMARAL, J. J. O.; LEANDRO, E. L. (Org.). **Amazônia e Cenários Indígenas**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. v. 1, p. 45-69.

SIMONDON, G. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 2008.

SURUÍ, Almir Narayamoga. **Memórias da floresta: depoimentos e reflexões de um líder Paiter**. Cacoal: Associação Metareilá, 2010.

_____. **Plano de Gestão Territorial Paiter Suruí**. Cacoal: Associação Metareilá, 2019.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Abya-Yala, 2009.

ANEXO**AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO**

Como líder maior do povo Paiter Suruí, autorizo Paulo César Barros Pereira, doutorando do programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGGEO/UFAM com a matrícula nº 3210077, RG nº 0213192, CPF 434.976.242-68, orientação da Profª. Drª. Amélia Regina Batista Nogueira e coorientação do Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva, a desenvolver o projeto de tese abaixo mencionado na Terra Indígena Paiterey Karah (Terra Indígena Sete de Setembro), o qual será desenvolvido no período de fevereiro de 2025.

O projeto tese autorizado tem como título **O NOVO ARCO E FLECHA: “a influência das novas tecnologias da informação na gestão do território Paiter Suruí”** em Cacoal – Rondônia, com o objetivo de trazer à confirmação dessas influências da tecnologia da informação dentro do território dos Paiter Suruí, como o “novo arco e flexa”.

Ao final da pesquisa, o Doutorando deverá entregar cópia da tese, bem como imagens e áudios dos materiais coletados ao povo Paiter Suruí, bem como cumprir com os princípios éticos em pesquisa, conforme legislação vigente.

Cacoal-RO, 31/01/2025.

Documento assinado digitalmente
 **ALMIR NARAYAMOGA SURUI**
Data: 20/04/2026 11:57:27-0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Profº. Dr. Honoris Causa Almir Narayamoga Suruí
Labiway e Saga – líder do Povo Paiter Suruí